



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**Impactos da intervenção do projeto “Doces Matas” em comunidades de
Mata Atlântica: perspectiva de um estudo de percepção ambiental.**

Autora: Karla Fernanda Barbosa Barreto

Orientador: Stephen Francis Ferrari

Fevereiro - 2008
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**Impactos da intervenção do projeto “Doces Matas” em comunidades de
Mata Atlântica: perspectiva de um estudo de percepção ambiental.**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Como parte dos requisitos exigidos para a Qualificação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autora: Karla Fernanda Barbosa Barreto

Orientador: Stephen Francis Ferrari

Fevereiro - 2008
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

AGRADECIMENTOS

É difícil explicar certas escolhas, mas acredito que tem uma força maior, que exerce influência sobre nós. Por isso, agradeço a DEUS (a força maior) por direcionar minha vida e colocar pessoas tão importantes ao meu lado.

A minha mãe (Vera) que esta ao meu lado em todos os momentos, me dando estímulo para continuar a percorrer este caminho que às vezes tem curvas muito sinuosas.

As minhas tias Telma e Tânia que com atitudes simples mostram o quanto me amam, tenho certeza de que poderei contar com elas em todos os momentos da minha vida.

Aos meus irmãos (Tony e Patrícia) e ao meu pai (Fernando) por fazerem parte da minha vida e me apoiarem.

As minhas amigas (Anne, Bella, Paula, Sheila) e as Toddynhas que entenderam a minha ausência e me incentivaram a continuar, pois nem sempre foi fácil.

À Professora Carmen Regina (minha tia Carminha), que desde a minha graduação tem me ajudado, sendo a pessoa que mais me estimulou a fazer a prova de mestrado, corrigindo meu pré-projeto e atribuindo palavras de conforto.

Ao Professor Stephen, por ter compreendido minha aflição ao aceitar me orientar, sem nem me conhecer, e por ter muita paciência comigo (desculpa as dores de cabeça).

Ao pesquisador da CODEVASF (Ronaldo Fernandes) que me ajudou a desenvolver meu projeto nas comunidades e por acreditar na minha capacidade (nunca vou esquecer o que fez por mim).

Aos entrevistados que contribuíram com a minha pesquisa e me acolheram em suas casas, sempre com muita paciência.

Aos meus amigos-irmãos do Instituto Bioterra que me apoiaram e compreenderam minha ausência durante este percurso final.

Ao Instituto Xingó e a CODEVASF por terem possibilitado a realização da minha pesquisa durante o Projeto Doces Matas.

A todos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, (professores, faxineiros, secretárias, entre outros) por terem me acolhido.

Aos meus colegas de curso, em especial a Joyce e Dani, por terem feito das aulas um prazer.

Aos meus amigos do Colégio Gilberto Freyre, que muitas vezes me ajudaram e compreenderam minha ausência.

A todos os amigos, familiares, colegas que, direta ou indiretamente, participaram desta etapa da minha vida.

UM BREVE COMENTÁRIO

RELAÇÃO PESQUISADORA X COMUNIDADES: RESGATE DE SENTIMENTOS

Inicialmente queria trabalhar com manguezais na zona urbana de Aracaju, nada mais simples, já conhecia a cidade e não iria ter grandes surpresas, porém meu orientador falou: “Gostaria que você visitasse algumas comunidades que vão trabalhar com abelhas.” Fiquei angustiada, pois meu projeto era com gente e não com insetos, qual a relação que poderia ter com abelhas?

Diz o poeta “e foste um difícil começo; afasto o que não conheço”, de fato tudo era muito novo, nunca havia visitado comunidades tão carentes, contudo, ao invés de repulsa, me senti atraída pelo que vi, definitivamente, iria trabalhar ali. Apenas neste momento, percebi que a questão não era “abelhas” e sim **PESSOAS**, pessoas estas, que apesar das diversas dificuldades, conseguem sobreviver e que me fizeram perceber que a vida não se resume ao meu “mundinho”.

A minha primeira visita foi ao Assentamento São Sebastião, e posso descrevê-la como um misto de fascínio e piedade. Fascínio por ter conhecido a proposta do Projeto Doces Matas (de conciliar preservação ambiental a desenvolvimento econômico) e acreditar que tal proposta poderia dar certo. Quanto à piedade, talvez possa parecer um sentimento muito forte, para alguns até humilhante, mas seria hipocrisia dizer que não senti piedade. Às vezes vemos e não enxergamos, e era exatamente isso que estava acontecendo comigo, naquela visita percebi que até então não havia “enxergado” o real conceito de indivíduo carente. As casas daquelas pessoas eram feitas de palha e lona plástica, no chão de terra batida, sem banheiro, sem água encanada ou qualquer outra espécie de infra-estrutura, definitivamente não havia conforto. As crianças deles não eram iguais as nossas, elas andavam de pés descalços, e se contentavam em brincar com pedaços de madeira, imaginando que eram carrinhos ou cavalos. Qualquer pessoa, com o mínimo de sensibilidade, ficaria comovida com a cena que vi, e teria rompantes de ajudar, de tentar sanar aquele problema.

No Assentamento Caraíbas a sensação foi a mesma, mas lá, a princípio, me pareceu ser mais difícil, pois nem água potável aquele local possuía, dependendo de um carro pipa que “gentilmente” a prefeitura cedeu para levar água até a comunidade. Além disso, diferentemente do Assentamento São Sebastião que fica dentro de um povoado, Caraíbas fica distante de tudo, no meio de um grande canavial. Definitivamente, a vida daquelas pessoas pareceu ser mais difícil.

Minha visita a Badajós foi a menos impactante, pois as condições de moradia eram mais adequadas, apesar de viverem sem luxo, percebia-se que nas casas havia algum tipo de conforto, além disso, eles certamente se alimentavam melhor do que as pessoas que viviam nos Assentamentos Caraíbas e São Sebastião. Possivelmente, devido ao fato de ser a comunidade com menores dificuldades financeiras, foi a que menos mostrou interesse em realizar as atividades do Projeto.

Os três primeiros meses de pesquisas foram os mais difíceis, pois me sentia mal com tamanha desigualdade, não achava justo que eu vivesse confortavelmente e aquelas pessoas não. Também me questionava se era certo pedir àquelas pessoas que preservassem algo, sendo que elas necessitavam diretamente daqueles recursos. Após esse período, fui me acostumando com a situação, não ficava mais chocada com o que observava, tudo parecia muito normal e só me dei conta do que havia acontecido comigo, quando levei minha mãe para visitar Caraíbas e ela saiu transtornada com o que viu. Acredito que esse seja o grande problema do ser humano, acostumar-se com a situação e achar tudo muito “normal”, entretanto, não é normal que uma pessoa jogue comida fora e a outra morra de fome. Não é possível nos acostumarmos com algo tão desigual e fecharmos os olhos para problemas tão sérios.

“Mesmo com todo o aparato legal e as penalidades possíveis de serem aplicadas na ocorrência de infrações ou crimes ambientais, é praticamente impossível preservar recursos naturais quando do seu lado as pessoas não têm suas necessidades imediatas satisfeitas. Por certo, o que a natureza oferece será clandestinamente buscado, para a geração de alguma renda no curto prazo, como é curto o prazo dado por estômagos famintos, frente ao prato de comida” (PEREIRA, 2005a, p.2).

RESUMO

A Mata Atlântica possui um dos maiores índices de diversidade biológica do planeta, e abrange um conjunto variado de formações florestais e ecossistemas associados, originalmente cobria 15% do território brasileiro. Entretanto, toda a área sofreu uma degradação antrópica significativa, e a floresta agora está reduzida a menos de 10 % de sua cobertura original. O Estado de Sergipe é um exemplo típico deste cenário, restando apenas algumas dezenas de fragmentos pequenos e isolados de floresta, que abrigam uma fauna característica, que inclui espécies ameaçadas de extinção, como o guigó-de-sergipe, *Callicebus coimbrai*. A degradação destas matas, além de colocar em risco toda a sua biodiversidade, implica em uma redução crítica na disponibilidade de água para as populações humanas locais, e conseqüências deletérias para suas atividades de subsistência, saúde e qualidade de vida. É clara a necessidade do envolvimento dos moradores no processo de preservação ambiental, e de integrá-los como aliados, para combater a visão de que a preservação ambiental consiste em entrave ao desenvolvimento. O presente estudo baseou-se numa análise sistemática da percepção ambiental dos participantes de um projeto sócio-ambiental – Projeto Doces Matas – em três comunidades rurais do leste de Sergipe (Badajós, Caraíbas e São Sebastião), onde observou-se que os entrevistados não possuem muitas informações sobre meio ambiente, no entanto, são capazes de perceber a dependência que apresentam em relação à água e a natureza. Houve uma clara relação entre a proximidade do local da floresta e sua exploração pelos membros das comunidades, e as atitudes destes em prol da preservação da floresta. Após as atividades de educação ambiental, verificou-se um aumento da sensibilidade dos participantes em relação ao meio ambiente. Além disso, muitos sujeitos foram capazes de responder questões específicas, que não responderam corretamente antes das atividades. Isso demonstra a necessidade de um sistemático processo de educação ambiental que deve envolver toda a comunidade. As comunidades demonstram estar dispostas a preservarem o meio ambiente, mas necessitam explorar os recursos naturais pela falta de outras fontes de renda. O fornecimento de uma alternativa de renda ecologicamente sustentável – como a apicultura, a atividade promovida pelo Doces Matas – é uma prioridade clara para essas comunidades.

Palavras-chave: percepção ambiental, Mata Atlântica, degradação ambiental.

ABSTRACT

The Brazilian Atlantic Forest is one of the World's most biologically diverse biomes, and encompasses a variety of different forest formations and ecosystems, originally covering 15% of Brazilian territory. However, the whole area has suffered significant anthropogenic degradation, and the forest has now been reduced to less than a tenth of its original cover. The state of Sergipe is typical of this scenario, and remaining habitat is distributed in a few dozen small, isolated fragments of forest, which harbour a characteristic fauna, including endangered species such as Coimbra's titi monkey, *Callicebus coimbrai*. In addition to threatening its biodiversity, the degradation of these forests has a number of negative implications for local human populations, in particular with regard to the protection of water supplies, and related consequences for subsistence activities, health, and quality of life. There is a clear need to involve local residents in any project, and to integrate them as allies against the traditional view of environmental preservation as an obstacle to development. The present study was based on a systematic analysis of the environmental perception of the participants in an environmentally-oriented social development project – *Projeto Doces Matas* – in three rural communities of eastern Sergipe (Badajós, Caraíbas and São Sebastião). While the majority of subjects had little knowledge of the environment or environmental legislation, they were able to comprehend their dependence on Nature, and in particular its protection of water supplies. There was a clear relationship between the proximity of local forests and their exploitation by the members of local communities, and the attitudes of local residents towards their preservation. Following a series of activities aimed at increasing the sensitivity of the participants towards the environment, many subjects were able to answer specific questions they had been unable to respond correctly before the activities. This reveals the need for a systematic process of environmental education, which should involve the whole community. The communities appear to be willing to preserve the environment, but are forced into the exploitation of natural resources by their lack of financial assets. The provision of ecologically-sustainable alternative sources of income – such as beekeeping, the activity promoted by *Doces Matas* – is a clear priority for these communities.

Key words: environmental perception, Atlantic Forest, habitat degradation.

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS.....	21
2.1 – Geral.....	22
2.2 – Específicos.....	22
CAPÍTULO 3 – REVISÃO DA LITERATURA.....	23
3.1 – Mata Atlântica.....	24
3.2 – Relação Homem-Natureza.....	25
3.3 – Movimentos Ambientistas	27
3.4– Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	28
3.5– Políticas Ambientais.....	29
3.6 – Áreas Protegidas.....	31
3.7 – O Papel da Educação Ambiental	35
3.8 – Percepção Ambiental.....	37
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....	41
4.1 – Método a ser Utilizado.....	42
4.2 – Desenvolvimento da Metodologia.....	43
4.2.1 – Fase Exploratória	43
4.3 – Primeira Etapa de Entrevista	48
4.4 – Atividades de Sensibilização	49
4.5 – Segunda Etapa de Entrevistas.....	51
4.6 – Análise dos Dados.....	52

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
5.1 – Caracterização das Localidade Seleccionadas.....	53
5.2 – Primeira Etapa de Entrevistas.....	62
5.2.1 – Caracterização dos Sujeitos.....	62
5.2.2 – Conhecimento Sobre Meio Ambiente.....	65
5.2.3 – Conhecimento a Respeito da Legislação Ambiental.....	68
5.2.4 – Relação Homem/Natureza.....	69
5.2.5 – Percepção da Comunidade.....	72
5.3 – Atividades de Sensibilização.....	76
5.4 – Segunda Etapa de Entrevistas.....	81
5.4.1 – Conhecimento Sobre Meio Ambiente.....	82
5.4.2 – Conhecimento a Respeito da Legislação Ambiental.....	84
5.4.3 – Percepção da Comunidade.....	86
5.5 – Avaliação da Atuação do Projeto Doces Matas.....	88
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS A – MATÉRIAS EM JORNAIS.....	104
ANEXOS B – MAPA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS.....	108
ANEXOS C – ROTEIRO - PILOTO DA PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTA	110
ANEXOS D – ROTEIRO DA PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTA.....	114
ANEXOS E – SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTA.....	118
ANEXOS F – TABELAS COM AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....	120

NOMENCLATURA

Abreviaturas

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

EA - Educação Ambiental

FLONA - Floresta Nacional

RESEX - Reserva Extrativista

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – unidade de conservação

Siglas

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente

CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CODEVASF - Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco

DEAGRO - Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário

FAPISE - Federação Apícola de Sergipe

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MST - Movimento Sem Terra

SBF - Secretaria de Biodiversidade e Floresta

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 - Mapa parcial de Sergipe indicando, em amarelo, os municípios onde o Projeto Doces Matas está sendo desenvolvido (o tracejado vermelho indica a Zona da Mata Sergipana).....	45
Figura 4.2 - Mapa parcial do Estado de Sergipe, destacado os municípios onde estão localizados o Povoado Badajós e Assentamento Caraíbas (ambos em Japaratuba) e Assentamento São Sebastião - Povoado Alagamar (em Pirambu).....	46
Figura 4.3 - Realização de entrevista no Assentamento Caraíbas, primeira etapa de entrevistas, 2007.....	49
Figura 4.4; 4.5 - Seminário em Canindé do São Francisco, apresentação das comunidade 2007.....	51
Figuras 5.1; 5.2 - Área Central; casa de um dos entrevistados. Povoado Badajós, 2006.....	57
Figuras 5.3; 5.4 - Produção artesanal de vassouras; plantio de cana-de-açúcar. Povoado Badajós, 2006.	57
Figuras 5.5; 5.6 - Casa de farinha; agricultura de subsistência. Povoado Badajós, 2006.....	58
Figuras 5.7; 5.8 - Fragmentos de Mata Atlântica. Povoado Badajós, 2006.....	58
Figuras 5.9; 5.10; 5.11; 5.12 - Respectivamente: caixa d'água na região central; rio onde as roupas são lavadas; casas de plástico e taipa construídas pelos assentados; casas de alvenaria que já existiam na antiga fazenda. Assentamento Caraíbas, 2006...	59
Figuras 5.13; 5.14 - Plantio de abacaxi; casa de farinha. Assentamento Caraíbas, 2006.....	60
Figuras 5.15; 5.16 - Fragmento de Mata Atlântica. Assentamento Caraíbas, 2006.....	61

Figuras 5.17; 5.18 - Área central; banheiro improvisado na casa de palha e taipa. Assentamento São Sebastião – Alagamar, 2006.....	62
Figuras 5.19; 5.20 - Construção da casa para beneficiamento de polpa de frutas; palha para produção de artesanato (chapéus, bolsas e esteiras). Assentamento São Sebastião, 2007.....	62
Figuras 5.21; 5.22 - Fragmento de Mata Atlântica. Assentamento São Sebastião, 2006.....	63
Figuras 5.23; 5.24 - Início de erosão nas margens do rio Poxim. Povoado Badajós, 2007.....	76
Figuras 5.25 - Distribuição de mudas. Assentamentos Caraíbas, 2006.....	78
Figuras 5.26; 5.27 - Atividades de sensibilização ambiental. Assentamento São Sebastião, 2006.....	79
Figuras 5.28; 5.29; 5.30; 5.31 - Respectivamente: reunião em São Sebastião; reunião em Caraíbas; reunião em Badajós; elaboração do mapa de São Sebastião para identificar as áreas onde ocorrerão os plantios. 2007.....	80
Figura 5.32; 5.33 - Primeiro plantio em Badajós, ação conjunta entre a comunidade e a Polícia Militar, 2007.	81
Figura 5.34 - Plantio realizado pelos assentados de Caraíbas, 2007.....	81
Figura 5.35; 5.36 - Plantio realizado pelos assentados de São Sebastião, 2007.....	82
Figura 5.37; 5.38 - Seminário em Canindé do São Francisco, 2007.....	83
Figura 5.39 - Segunda etapa de entrevistas, Assentamento São Sebastião, 2007.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - Idade, sexo e escolaridade dos entrevistados nas 03 comunidades do presente estudo.....	64
Tabela 5.2 - Classes de respostas dos entrevistados para a pergunta 14 (Porque as pessoas dizem que devemos preservar as matas?).....	69
Tabela 5.3 - Conhecimento da legislação ambiental de entrevistados nas 03 comunidades.	70
Tabela 5.4 - Respostas dos entrevistados para a pergunta 19 (Você utiliza a mata como um local de diversão?).....	71
Tabela 5.5 - Classes de respostas dos entrevistados para a pergunta 23 (O que você acha do IBAMA?).....	75
Tabela 5.6 - Classes de respostas dos entrevistados a pergunta 24 (Por que quase não se tem mata?).....	75
Tabela 5.7 - Classe de respostas dos entrevistados a pergunta 02 (Por que você plantou tantas árvores?).....	84
Tabela 5.8 - Classe de respostas dos entrevistados a pergunta 06 (Qual o papel do governo em relação à preservação das matas?).....	87
Tabela 5.9 - Classe de respostas dos entrevistados a pergunta 07 (O que deve ser feito para que as pessoas preservem as matas?).....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 - Idade x escolaridade dos entrevistados. Nunca estudou = 1; Ensino fundamental incompleto = 2; Ensino fundamental completo = 3; Ensino médio incompleto = 4; Ensino médio completo = 5.....	66
Gráfico 5.2 - Identificação de sua profissão pelos entrevistados nas 03 comunidades.....	66
Gráfico 5.3 - Renda <i>per capita</i> das famílias dos entrevistados nas 03 comunidades	67
Gráfico 5.4 - Frequência relativa de entrevistados que responderam positivamente à pergunta 10 (Já ouviu falar em Mata Atlântica?).....	68
Gráfico 5.5 - Frequência relativa de entrevistados que responderam positivamente à pergunta 15 - (Alguém ou alguma instituição já veio conversar com vocês sobre meio ambiente?).....	69
Gráfico 5.6 - Percentual daqueles que utilizam a mata como local de diversão.....	72
Gráfico 5.7 - Distribuição de respostas positivas para as perguntas 20 (Os moradores costumam caçar?) e 21 (Você retira planta da mata para utilizar como remédio?).....	72
Gráfico 5.8 - Distribuição de respostas para a pergunta 22 (De onde retira lenha para cozinhar?).....	74
Gráfico 5.9 - Respostas para a pergunta 26 (De alguma forma, a vegetação que fica nas margens dos rios atrapalha a comunidade?) nas três comunidades.....	76
Gráfico 5.10 - Distribuição de respostas para a pergunta 28 (Quem deve cuidar das matas?) nas três comunidades.....	77

Gráfico 5.11 - Possibilidade das pessoas participarem de projetos de preservação ambiental sem receberem contrapartida, de acordo com os entrevistados de cada comunidade.....	78
Gráfico 5.12 - Frequência relativa de respostas corretas na definição do conceito de mata ciliar pelos entrevistados nas 03 comunidades antes e depois das atividades de sensibilização.....	85
Gráfico 5.13 - Frequência relativa dos entrevistados nas três comunidades que citaram algum motivo pela preservação das matas, antes e depois das atividades de sensibilização.....	85
Gráfico 5.14 - Percentual de respostas dos entrevistados a pergunta de número 08 (Quem é o principal responsável pela destruição das matas? Por quê?).....	88
Gráfico 5.15 - Mudança na frequência relativa de entrevistados que responderam perceber problemas ambientais na comunidade antes e depois das atividades de sensibilização.....	89
Gráfico 5.16 - Percentual daqueles acreditam na possibilidade das matas deixarem de existir. Antes e depois das atividades de sensibilização.....	89
Gráfico 5.17 - Área que cada entrevistado conservou em seus desenhos.....	90
Gráfico 5.18 - Fonte de renda que cada entrevistado mostrou em seus desenhos.....	91

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1.0 - INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica possui um dos maiores índices de diversidade biológica do planeta, abrangendo um conjunto variado de formações florestais e ecossistemas associados, localizados ao longo da costa brasileira, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, além de parte dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. No entanto, desde o descobrimento do Brasil, quando representava 15% do território nacional, tem sofrido um processo de degradação antrópica significativo, sendo reduzida drasticamente (SCHÄFFER & PROCHNOW, 2002; NEIMAN, 1989). Atualmente, este bioma encontra-se reduzido a menos de 8% de sua cobertura original, distribuída espaçadamente ao longo da costa atlântica e no interior das regiões Sul e da Sudeste (MMA, 2001).

Devido as grandes variações no relevo, clima e solo, a Mata Atlântica engloba uma série de ecossistemas distintos, incluindo floresta ombrófila (densa, mista ou aberta), floresta estacional decidual ou semidecidual, manguezal, restinga, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste (SCHÄFFER & PROCHNOW, 2002). A preservação da biodiversidade pode ser justificada através de inúmeras considerações, entre elas, principalmente, a manutenção do equilíbrio ambiental e de recursos genéticos, a obtenção de novos extratos medicinais e outros recursos naturais, e a conservação de espécies. Segundo o Consorcio Mata Atlântica (1992, p. 20):

“Essa diversidade, ao mesmo tempo em que representa uma excepcional riqueza de patrimônio genético e paisagístico, torna a mata extremamente frágil. A destruição de parcelas ainda que pequena dessa floresta pode significar a perda irreversível de inúmeras espécies, por vezes sequer estudadas pela ciência.”

Além dos vários benefícios decorrentes da biodiversidade, a preservação das florestas, como um todo, é de extrema importância para a manutenção da água doce no planeta. As matas ciliares, que se encontram nas margens de cursos de água, possuem papel fundamental, pois protegem contra a erosão e conseqüente assoreamento dos rios.

Considerando o processo de desmatamento da Mata Atlântica, o Estado de Sergipe não foge à regra. De acordo com Ribeiro & Siqueira (2001), 40% do território de Sergipe era, originalmente, de Mata Atlântica, e esta área já foi reduzida em cerca de 99,5%. São diversos

os motivos que levaram a tão elevada perda, sendo os mais importantes, o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de pastos para criação bovina.

Os fragmentos de Mata Atlântica existentes no Estado de Sergipe, abrigam uma fauna característica, que inclui espécies ameaçadas de extinção, como o guigó-de-sergipe, *Callicebus coimbra* (KOBAYASHI & LANGGUTH, 1999), o que enfatiza a necessidade de preservação deste ecossistema. Em muitos municípios de Sergipe, percebe-se que existe muito pouco respeito à legislação federal que rege a preservação da Mata Atlântica. É óbvio que algumas pessoas mais elucidadas sabem exatamente o porquê de conservar a Mata Atlântica, no entanto, a maioria da população tem pouca idéia do valor da mata, e menos ainda dos motivos de se ter que preservá-la. Alguns podem até saber que são obrigados a preservar certas áreas, como as matas ciliares, contudo, se não perceberem o porquê de preservá-las não irão protegê-las efetivamente.

Um erro comum das instituições responsáveis pela conservação da Mata Atlântica é de impor leis e sanções sem esclarecer adequadamente os motivos, que são, geralmente, muito abstratos, principalmente por envolver mecanismos de longo prazo ou duração. Com isso, as pessoas se sentem obrigadas a conservar um local que nem sabem para que serve. De acordo com Loureiro (2004, p. 28), “há profunda despolitização do debate ambiental nos órgãos responsáveis pelas unidades de conservação e da compreensão acerca da funcionalidade desses espaços territoriais numa sociedade excludente como a brasileira”.

A existência de tais leis parece não “amedrontar” a população, o processo de fiscalização é ineficaz e muito raramente multas são atribuídas. Independentemente disto, qualquer ação compensatória, como o reflorestamento, representa uma iniciativa paliativa frente à perda da biodiversidade. Sem contar com a carência das populações rurais, que vêm na mata um meio de sobrevivência. Santos (2004, p. 158) mostra que “o processo ambiental só poderá se completar quando existir participação pública ao longo de sua construção”. Ou seja, para evitar grandes conflitos, é preciso que a população participe das decisões, que opine sobre a melhor alternativa a ser elaborada.

Leis são necessárias, porém, é preciso fazer campanhas de esclarecimento concomitantes, utilizando a mídia, as escolas, comitês de moradores, entre outros, para que a população saiba o porquê de ter que preservar, sensibilizando a mesma, mostrando que precisamos dessas

áreas para que o meio ambiente funcione de forma estável e que no futuro, não seja necessário “pagar caro” pelas conseqüências de nossas ações atuais.

O planeta Terra tem passado, por várias catástrofes vinculadas aos fenômenos naturais e os cientistas acreditam que, nós, os seres humanos, somos os grandes responsáveis, pois, temos consumido os recursos naturais, sem pensar nas conseqüências de seu uso, ou na sua eventual escassez (BARRETO, 2003). Não há como voltar o tempo e impedir o avanço tecnológico, por isso, é necessário discutir e viabilizar o desenvolvimento sustentável. Precisa-se criar medidas de preservação das áreas naturais, para que tais catástrofes não se acentuem.

Considerando que cada comunidade tem características singulares, o estudo da percepção ambiental local, torna-se um aliado na preservação do meio ambiente, pois, seus resultados podem auxiliar na construção de projetos que levem em consideração os anseios específicos da comunidade. De acordo com Poltroniéri (1996, p. 237):

“É do ponto de vista da percepção, da forma como o homem percebe e interage com o meio ambiente, em função de influências históricas e socioculturais, que se pode avaliar as necessidades, interesses e anseios da população, e fornecer aos órgãos dirigentes orientações mais adequadas para as decisões em nível político, socioeconômico e de desenvolvimento, seja rural, urbano ou regional.”

A Educação Ambiental (EA), também pode ser considerado uma ferramenta essencial na defesa do meio ambiente, pelo fato de ser uma das formas de esclarecer a população sobre a importância das áreas verdes, no caso específico, da Mata Atlântica. Se houver uma tomada de consciência pela população no momento em que surge um problema ambiental, como um desmatamento, há maior probabilidade de ocorrer uma mobilização destas pessoas, para impedir tal degradação.

Considerando que, apesar da legislação vigente, os fragmentos remanescentes deste bioma continuam a ser degradados, o presente trabalho tem como objetivo avaliar os impactos da intervenção do Projeto Doces Matas em relação à percepção dos moradores de três comunidades localizadas nas proximidades de remanescentes da mata atlântica sergipana, no extremo oriental do Estado. Esta avaliação subsidiará o desenvolvimento de abordagens de conscientização ambiental apropriadas à realidade local, visando a implantação de infra-

estrutura semelhante ao longo de toda a Zona da Mata Sergipana, como componente integral de estratégias de conservação.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó elaborou um projeto denominado Doces Matas (PEREIRA, 2005b), que concilia a preservação das matas ciliares à inclusão social. Oitenta famílias que vivem no Semi-árido e Zona da Mata Sergipana foram selecionadas, as mesmas receberam material de apicultura e orientação dos técnicos do SEBRAE, para o trabalho com as abelhas. Esta atividade tem como objetivo gerar uma nova fonte de renda para o grupo e em contrapartida, as famílias auxiliaram no plantio e monitoramento de mudas nas margens dos rios.

A escolha da apicultura como incentivo para que as comunidades participassem dos plantios, não foi aleatória, considerando o fato de que as abelhas precisam de flores e água para a produção de mel. Segundo Pereira (2005b, p.5):

“A apicultura é uma atividade econômica que possui uma grande interface com os recursos florestais, uma vez que a produção do mel esta relacionada diretamente a existência de plantas que produzem flores, quanto mais plantas floridas maior a produção melífera, nesse sentido a relação apicultura e recuperação florestal, resultam em uma equação onde ambos os componentes são essenciais e se complementam. Assim, pode-se dizer que não há apicultura produtiva sem um bom pasto florestal.”

O presente estudo será feito, justamente, com os envolvidos no Projeto Doces Matas: aqueles que receberam os kits de apicultura na região da Zona da Mata nos municípios de Pirambu e Japaratuba, totalizando trinta e três pessoas. Tem como objetivo avaliar a percepção destas pessoas, em relação à importância da mata para a população, e as consequências de sua degradação, visando subsidiar o desenvolvimento de abordagens de conscientização ambiental apropriadas para a realidade local. De acordo com Dias (2003, 43 p.) "sem conhecer os objetivos, problemas, prioridades e valores de uma dada comunidade, torna-se praticamente impossível planejar sem cometer gafes.”

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS

2.0 – OBJETIVOS

2.1 – GERAL

Avaliar os impactos da intervenção do projeto denominado “Doces Matas” em relação à percepção dos moradores que vivem em 03 povoados rurais, localizados na Zona da Mata Sergipana, onde passarão por um processo de sensibilização ambiental. Visando subsidiar o desenvolvimento de abordagens de conscientização ambiental apropriadas para a realidade local.

2.2 – ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil sócio-econômico de cada comunidade, e das possíveis diferenças entre elas;
- Avaliar a percepção ambiental dos moradores, sua relação com a mata, e seu conhecimento da legislação ambiental;
- Identificar ações ambientais desenvolvidas nas comunidades, e avaliar a disponibilidade dos moradores para participarem de projetos de preservação;
- Comparar a percepção dos entrevistados antes e depois das intervenções (palestras, plantios e seminário) feitas pelos técnicos do projeto Doces Matas;
- Desenvolver abordagens de conscientização ambiental apropriadas para a realidade local.

CAPÍTULO 3
REVISÃO DA LITERATURA

3.0 – REVISÃO DA LITERATURA

3.1 – MATA ATLÂNTICA

As florestas tropicais são os ecossistemas que detêm a maior diversidade de espécies dentre os demais do planeta. A Mata Atlântica é uma das duas florestas mais ameaçadas de extinção (RIBEIRO & SIQUEIRA 2001). Segundo Schäffer & Prochnow (2001) a destruição e utilização irracional da Mata Atlântica iniciou em 1500 com a chegada dos europeus. Nestes 500 anos a relação dos colonizadores e seus sucessores, com a floresta e seus recursos, foi a mais predatória possível. Os principais ciclos econômicos desde a exploração do pau-brasil, a mineração do ouro, a criação de gado, as plantações de cana-de-açúcar e café, a industrialização, a exportação de madeira e, mais recentemente, o plantio de soja e fumo, foram, passo-a-passo, desalojando esse bioma.

Devido a sua riqueza biológica e seu nível de ameaça, a Mata Atlântica foi indicada por especialistas como um dos *hotspots* mundiais, ou seja, uma das maiores prioridades para a conservação de biodiversidade em todo o mundo (MMA, 2002). No entanto, apesar de sobrar muito pouco deste habitat, as pressões persistem, ou seja, a mata está cada vez mais ameaçada a desaparecer por completo (KAGEYAMA & GANDARA, 2003).

Um assunto muito importante e que merece uma abordagem integrada, ou seja, que leve em consideração as questões físicas e humanas, é o caso da fragmentação florestal que ocorre na Mata Atlântica. Entre os 25 *hotspots* da biosfera, a floresta Atlântica se caracteriza pela forte fragmentação de seus ecossistemas, ligada essencialmente à ocupação humana e ao desenvolvimento acelerado e não sustentável das últimas décadas (GARAY, 2003).

Mesmo reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlântica possui uma importância enorme, pois ela regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural (CAPOBIANCO, 2002).

A ameaça também se dá ao patrimônio étnico e cultural do Brasil, ou seja, as comunidades tradicionais que, por séculos, viveram em harmonia com o meio ambiente,

retirando da mata apenas os recursos básicos para sua vida. Este patrimônio é composto de conhecimentos sobre a floresta e seus ciclos, o valor de suas madeiras, fibras, folhas e frutos, a variedade de suas plantas medicinais e um conjunto único de ritos, mitos e manifestações artísticas que corre risco de desaparecimento junto com estas comunidades, cada vez mais marginalizadas da sociedade dominante. Inclui-se aqui todo um acervo cultural representado pela gastronomia baseada em produtos nativos da região como a mandioca, o cará e o pinhão, e uma grande diversidade de frutas como o caju, goiaba, maracujá e jabuticaba (CONSORCIO MATA ATLÂNTICA, 1992).

No caso de Sergipe, apesar da devastação indiscriminada do bioma Mata Atlântica, ainda resta em torno de 0,5 % de remanescentes que ainda possuem uma diversidade biológica considerável, pois abrigam espécies que são endêmicas (RIBEIRO & SIQUEIRA 2001).

Franco (1983) previu o desaparecimento total da Mata Atlântica de Sergipe até o ano 2000, devido ao “estágio de desenvolvimento do Estado”. Felizmente, apesar de uma perda significativa, é possível encontrar fragmentos desta mata de tamanho razoável, os quais devem ser conservados através de todos os meios possíveis.

3.2 – RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

A relação homem-natureza, de acordo com Gonçalves (1989), sempre sofreu modificações ao longo da história. No período pré-socrático, não havia separação entre a natureza animada e inanimada, todos os seres possuíam alma e o homem estava inserido neste contexto, onde tudo se relaciona. A partir de Aristóteles, tem início a dicotomia homem-natureza. Na concepção judaico-cristã, o homem, por ser “imagem e semelhança de Deus”, torna-se superior a todos os outros seres. Com Descartes, a oposição homem-natureza acentua-se e gradualmente, o homem passa a ser dominador e a natureza passa a ser vista como um recurso de exploração. O Capitalismo surgiu como um agravante da degradação ambiental, o consumismo leva à exploração abusiva dos recursos naturais (GONÇALVES, 1989).

Bernardes & Ferreira (2003) mostram que até meados do século XX o homem possuía a concepção de que a natureza era fonte ilimitada de recursos, o que levou à sua exploração intensa e, conseqüentemente, à degradação. A partir da década de 1960, notou-se que os

recursos naturais são esgotáveis e que o crescimento sem limites começava a se tornar insustentável. Percebe-se, então, a necessidade de romper com a dicotomia sociedade/natureza.

Segundo Bolfe (2004), em nossa sociedade capitalista a natureza é um objeto a ser dominado pelo ser humano. De acordo com a autora, no mundo ocidental vive-se duas concepções: ou a natureza como algo hostil, lugar da luta de todos contra todos, ou é vista como harmonia e bondade, mantendo a dicotomia homem/natureza, a primeira denominada antropocentrismo e a segunda o biocentrismo. Ou seja, em ambos os casos o homem e a natureza excluem-se, pois a idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem pressupõe a idéia de um homem não natural e fora da natureza.

A conquista da natureza aconteceu em nome da busca de lucros e acúmulo de dividendos, sem avaliar-se que a destruição da natureza implica em subtrair as possibilidades de sobrevivência em nosso Planeta, pois é visível que os recursos naturais estão se extinguindo e isso, no caso do Brasil, vem ocorrendo desde o período da colonização (BOLFE, 2004).

Segundo Bourg (1993), os brasileiros herdaram dos portugueses a cultura de explorar a natureza ao máximo, acreditando que seus recursos eram infinitos. Ao chegarem ao Brasil, os portugueses não pretendiam fundar uma nova nação, e sim, retirar todas as suas riquezas e enviá-las para Portugal. Foi esta a herança que nossos colonizadores nos deixaram, o conceito de uma natureza provedora, a mercê do homem e inesgotável.

Ao longo do último século, a Terra entrou em um período de mudanças ambientais (elevação do nível do mar, mudanças climáticas com aumento de tempestades, furacões, secas e chuvas torrenciais), que parecem ter uma origem predominantemente humana. A Ciência reconhece que as principais conquistas civilizatórias introduziram perturbações na biosfera, alterando ecossistemas vitais (CAMARGO, 2003).

De acordo com Margulis (2001), a atitude do homem de se responsabilizar pela Terra é cômica – a retórica dos impotentes. É o planeta que toma conta de nós, e não o contrário. A obrigação moral que presunçosamente nos atribuímos de governar uma Terra instável ou curar nosso planeta doente é uma prova de nossa enorme capacidade de nos iludir. Na verdade, temos de nos proteger de nós mesmos.

3.3 – MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS:

A preocupação com a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, surgiram movimentos sociais (revolução ambientalista) que promovem significantes modificações no comportamento da sociedade e em sua organização política e econômica (BERNARDES & FERREIRA, 2003).

Da segunda metade do século XIX até meados do século XX, a postura ideológica do ambientalismo cornucopiano (baseado na riqueza e abundância) e do tecnocentrismo (baseado no conhecimento técnico) foram preponderantes na esfera das práticas ambientais. Apenas na crise capitalista de 1973 (a crise de petróleo) é que se iniciou uma preocupação com as questões ambientais. O ambientalismo surge, então, como um novo movimento social, reconhecendo a necessidade de equilibrar as necessidades humanas com as limitações do ambiente (MELO & SOUZA, 2004).

Bernardes & Ferreira (2003) mostram que no Brasil, os movimentos ecológicos são marcados por três períodos históricos: a fase ambientalista (1974 a 1981), caracterizada por movimentos de denuncia de degradação ambiental nas cidades e criação de comunidades alternativas rurais; a transição (1982 a 1985), marcada pela grande expansão quantitativa e qualitativa dos movimentos da primeira fase; terceira fase (a partir de 1986), onde a maioria dos movimentos ecológicos decidiu participar ativamente da arena parlamentar.

Herculano (1992) cita sete vertentes do pensamento ambientalista:

- (i) o alternativo (recusa ao mundo moderno);
- (ii) o neomalthusiano (controle do crescimento populacional);
- (iii) o zerista (zerar o crescimento econômico);
- (iv) o marxista (combater o capitalismo);
- (v) o verde (descentralização, não-consumo, a distribuição do trabalho além da distribuição das riquezas);
- (vi) o fundamentalista (visão ecocêntrica, não-antropocêntrica);
- (vii) o ecotecnicista (superação da crise ambiental através do desenvolvimento da ciências e suas novas técnicas).

O Ambientalismo é um movimento intrinsecamente plural, com finalidades de mudança social (absoluta), composto por atores sociais individuais e coletivos que se identificam pelo modo como compreendem e atuam na construção de novos padrões na relação sociedade-natureza. Em sua diversidade, carrega uma marca específica: é um movimento social que se contrapõe ao individualismo, à fragmentação dos saberes e à racionalidade instrumental, buscando repensar o destino do planeta a partir da relação entre as partes e o todo (LOUREIRO, 2004).

De acordo com Melo & Souza (2004), para que os ambientalistas possam colocar em prática seus objetivos, torna-se necessário possuir um embasamento teórico, pois, muitos deles são ambíguos em suas propostas, isto é, às vezes se baseiam em mais de uma teoria ou vertente, ou não são capazes de criticá-las. Os ambientalistas precisam refletir melhor a respeito dos postulados sobre os quais estão baseadas suas práticas.

3.4 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

A palavra desenvolvimento aparece nos dicionários como sinônimo de progresso, segundo Nehme (2004), seu emprego tem sido polêmico, já que subjaz a ambas as palavras, em princípio, uma idéia de algo positivo, favorável, mas também é empregada em conotações desfavoráveis, como modelos de desenvolvimento predatório e desenvolvimento desordenado.

Brugger (apud NEHME, 2004), esclarece que, no universo econômico, a palavra desenvolvimento aparece no lugar em que se deveria utilizar a palavra crescimento. Crescimento significa aumento, portanto, não se insere necessariamente em um sentido favorável, pois sua conotação é quantitativa.

Guimarães (2003) também critica o atual modelo de desenvolvimento baseado na modernização e no progresso. Este modelo prima pelos interesses privados frente aos bens coletivos. Além disso, em relação às questões sociais, trata-se de um desenvolvimento produtor de subdesenvolvimento, pois cresce as custas da exploração da maioria; em relação às questões culturais, esse atual modelo, tem imposto uma cultura baseada nos países ricos do norte, o que leva a um empobrecimento da diversidade cultural; em relação à qualidade de

via, o ter está sobrepondo ao ser, isto é, o valor do indivíduo é medido pela sua capacidade de consumo.

Questões ambientais estão diretamente ligadas à economia (LEFF, 2001). A economia neoclássica apresenta como base o lucro a todo custo, não havendo preocupação com a forma de conquistar seus objetivos, o que tem levado à degradação progressiva do meio ambiente. O Capitalismo está baseado na acumulação de capital e para que isto ocorra, é indispensável que a sociedade consuma, independentemente de haver necessidade do produto. Em consequência, precisa-se de mais matéria-prima o que leva a maior degradação da natureza. (BERNARDES & FERREIRA, 2003).

Porto-Gonçalves (2004) critica o fato de a Economia estar perdendo seus vínculos com a ética e a moralidade, tornando-se extremamente política, baseada na escassez das mercadorias e determinada pela finitude dos recursos. Ferreira (2003) comenta que, a partir da década de noventa, no Brasil, não há mais como separar o debate sobre proteção do meio ambiente do desenvolvimento econômico. A preocupação é atingir um novo estilo de desenvolvimento que interiorize a proteção ambiental. Há, também, um questionamento sobre quais atores – os atores estatais, a sociedade civil ou o mercado – seriam os principais responsáveis pela busca de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Depois de anos argumentando a favor da conservação em si só, alguns ambientalistas mudaram de sintonia. Começaram a perceber que existem melhores perspectivas de se conservarem as espécies e seus ecossistemas se as pessoas se convencerem de que valha a pena conservar. Por mais que os economistas se esforcem para atribuir opção, herança ou outros valores à natureza, é mais provável que as pessoas levem a sério a conservação se perceberem que o sucesso irá trazer-lhes recompensas concretas, enquanto o fracasso custará caro, não somente em termos de dinheiro, como também de qualidade de vida (CAIRNCROSS, 1992).

3.5 – POLÍTICAS AMBIENTAIS

Pereira (2000) diz que a Gestão Ambiental aparece como um instrumento administrativo para o exercício da sustentabilidade e surge a partir de uma evolução da consciência

ambiental para uma preocupação coletiva, onde sua base está fundamentada em três vertentes: a científica, a política e a técnico-administrativa. Cunha & Coelho (2003) identificaram três períodos principais na história das políticas ambientais no Brasil:

- (i) de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos de recursos naturais;
- (ii) de 1972 a 1987, o Estado torna-se extremamente intervencionista, enquanto o Mundo percebe que está vivendo uma crise ecológica;
- (iii) e a partir de 1988, quando ocorre o enraizamento da noção de desenvolvimento sustentável, democratização e descentralização que leva à promulgação da constituição de 1988.

O Estado pode adotar várias estratégias para contribuir para a exploração mais racional de recursos naturais (PEREIRA, 2000). Além dos instrumentos tradicionais de comando-e-controle (leis, normas e regulamentos), pode lançar mão de estratégias econômicas, como incentivos fiscais, e auto-reguladoras, como o Selo Verde e os números ISO, que entregam às forças do mercado a responsabilidade ambiental.

O'Connor (2003) sustenta que uma política realmente ambiental deveria cobrar impostos altos sobre os recursos naturais não-renováveis e sobre produtos que geram poluição, e isentar produtos com baixo impacto ecológico em todo o seu ciclo de vida. Ao mesmo tempo, as políticas nacionais deveriam incentivar o estudo e a utilização de fontes de energia renováveis, a eliminação de produtos químicos tóxicos, entre outras formas de diminuir a degradação do meio ambiente.

O seqüestro de carbono foi lançado, no início dos anos 1990, na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, como um instrumento de flexibilização dos compromissos de redução de gases de efeito estufa dos países com metas de redução. Trata-se de uma modalidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, com a finalidade de diminuir o ritmo do aquecimento global. Esses projetos envolvem, em geral, empresas transnacionais com emissões significativas nos países desenvolvidos que os financiam, visando obter créditos de carbono para compensar parte das emissões em seus países e, por outro lado, empresas, sociedade civil e governos de países em desenvolvimento interessados em abrigar esses projetos (BENSUSAN, 2006).

3.6 – ÁREAS PROTEGIDAS

A preocupação com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade tem levado a maioria dos países a desenvolver um olhar estratégico em relação a seu patrimônio natural, e também à criação de medidas legais para proteger ou regular o seu uso. Essas medidas incluem a criação de áreas protegidas, entre as quais, os parques nacionais, que têm como objetivo central a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica (HORTA & IRVING, 2007).

O estabelecimento de espaços especialmente protegidos é uma das ferramentas mais utilizadas atualmente para a conservação da natureza. Trata-se de separar algumas porções do território e limitar ali o uso da terra e dos recursos naturais. Não há dúvida de que essa é uma estratégia importante e necessária diante da ocupação desenfreada da terra e do uso predatório dos recursos naturais que a humanidade vem, há tempos, protagonizando (BENSUSAN, 2006).

No Brasil as áreas protegidas são chamadas de Unidades de Conservação e têm diferentes objetivos e categorias, definidas pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Entre os objetivos destacam-se a manutenção da diversidade biológica, a proteção das espécies ameaçadas, a proteção de paisagens naturais de notável beleza cênica, a proteção e recuperação dos recursos hídricos, a promoção de educação ambiental e do ecoturismo, o incentivo a pesquisa científica e a proteção dos recursos naturais necessários à sobrevivência das populações tradicionais (SCHÄFFER & PROCHNOW, 2001).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - (BRASIL, 2000) a unidade de conservação corresponde ao espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. O Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Biodiversidade e Floresta (2002) citam que a área coberta por unidades de conservação federais de uso indireto na Mata Atlântica é insuficiente para conservar a biodiversidade que abrange a longo prazo (MMA/SBF, 2002).

Desde 2000, com a criação do SNUC, se acentuou a demarcação e regularização de áreas naturais protegidas, que passam a ser administradas sob critérios científicos mais rígidos. Inicialmente, a criação desses territórios representava o confronto direto à expansão do modo capitalista de produção. Recentemente, vem produzindo a sua lógica, na dominação científica da natureza, da propriedade privada e na reserva de mercado dos recursos ambientais (MIGUELETTO & TEIXEIRA, 2007).

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas (BRASIL, 2000):

- (i) Unidades de Proteção Integral – entende-se por proteção integral a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Este grupo é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre;
- (ii) Unidades de Uso Sustentável – entende-se como uso sustentável a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Este grupo é composto pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Resumo das categorias de Unidades Proteção Integral (BRASIL, 2000):

- (i) Estação Ecológica – tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Nessas unidades, é proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico;
- (ii) Reserva Biológica – tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. É de posse e domínio públicos. Nessas unidades é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de

acordo com regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento;

- (iii) Parque Nacional – tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos;
- (iv) Monumento Natural – tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Visitações públicas e pesquisas científicas podem ocorrer desde que e obedeçam as normas estabelecidas pelo órgão responsável;
- (v) Refúgio de Vida Silvestre – tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares. Visitações públicas e pesquisas científicas podem ocorrer desde que e obedeçam as normas estabelecidas pelo órgão responsável.

Resumo das categorias de Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000):

- (i) Área de Proteção Ambiental (APA) – é constituída por terras públicas ou privadas, apresenta um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;
- (ii) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) – é constituída por terras públicas ou privadas, apresenta pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

- (iii) Floresta Nacional (FLONA) – é de posse e domínio públicos. Trata-se de uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- (iv) Reserva Extrativista (RESEX) – área de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais. É utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- (v) Reserva de Fauna – é de domínio público. Trata-se de uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- (vi) Reserva de Desenvolvimento Sustentável – é de domínio público. É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do
- (vii) Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) – é uma área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação.

As áreas nas margens de rios, lagos e nascentes onde ocorrem as matas ciliares são consideradas áreas de preservação permanente pelo código florestal. Segundo Schäffer & Prochnow (2001), em todo Bioma Mata Atlântica muitas matas ciliares foram desmatadas e indevidamente utilizadas no passado. As conseqüências desta destruição são sentidas

diariamente com o agravamento das secas e também das enchentes, o que torna necessária a urgente ação de recuperação,

3.7 – O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental (EA) é um processo, uma dimensão dada ao conteúdo e à prática de educação que idealiza os vários conhecimentos, inclusive os de ecologia, para promover os mecanismos de inter-relação natureza-homem, em suas diversas dimensões (Dias, 1994). A noção corrente da EA é recente, embora conte com grande número de precursores. Surgiu na década de 1980, na esteira do movimento ecológico que, por sua vez, conheceu seu impulso maior ao longo da década de 70, com orientação clara e definida: preparar o indivíduo para manejar um meio ambiente em crescente deterioração (CAMARGO, 1999).

Historicamente a Educação Ambiental foi pensada pelo paradigma da sustentabilidade, ou seja, uma nova forma de pensar as ações humanas mediante as necessidades de progresso. Por este motivo, suas práticas estão vinculadas ao desenvolvimento sustentável, sendo entendida por este como alavanca que emancipa comunidades perante a constatação de impactos ambientais reais tais como lixo, poluição, desmatamento, ruídos entre muitos outros (RUSSO, ALVES & AMARAL, 2007).

Segundo Nehme (2004), ao incorporar a palavra *ambiental* à educação, espera-se desenvolver no indivíduo a percepção e sensibilização para as questões ambientais, ao mesmo tempo em que se incentiva a aquisição de competências técnicas para a resolução de problemas ambientais. Associando-se ainda o exercício da cidadania ecológica.

A meta da EA é desenvolver uma população que esteja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimento, habilidade, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual- e coletivamente na

busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção de novos problemas (DIAS, 2003). Bezerra & Costa (1992) abordam dois tipos de EA: a formal, aquela que abrange todos os níveis do sistema educacional, do maternal aos cursos de pós-graduação (desde a simples introdução de conceitos ambientais nas disciplinas tradicionais até a integração total em torno de um projeto de ação comunitária), e a não-formal, aquela aplicada fora do âmbito curricular. A segunda é a mais abrangente em termos de público-alvo, pois, destina-se a todas as pessoas e suas estratégias são as mais variadas possíveis: palestras, campanhas, passeatas, e ações religiosas, entre outras.

De acordo com Guimarães (2003), a atual sociedade está baseada em paradigmas fragmentados, individualistas, que levam a degradação da qualidade de vida. Por isso, é necessário uma Educação Ambiental crítica e que participe da construção de uma realidade complexa sustentável. A EA crítica deve agir sobre as relações que originaram os problemas ambientais e não, apenas se restringir a no máximo informar as suas conseqüências. Este tipo de educação vai de encontro à educação tradicional que é fragmentada, individualista, onde o aluno é um mero receptor de um conhecimento inquestionável e que a soma das partes (o indivíduo) é que forma o todo (a sociedade).

A Educação Ambiental não pretende ensinar por ensinar, pretende vincular o social com o natural, pretende devolver o homem à natureza, sem, no entanto, que este perca sua identidade. É preciso mostrar a população, a importância do meio ambiente, definindo o que é meio ambiente. E pelo que parece há uma grande aceitação da sociedade pela EA, hoje, as pessoas já percebem alguns problemas ambientais, já observam a dominação e humilhação por parte dos países ricos e procuram uma real qualidade de vida (LOUREIRO, 2004).

A EA busca um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Ela deve começar em casa, ganhar as praças e as ruas, atingir os bairros e as periferias, evidenciar as peculiaridades regionais, apontando para o nacional e global. Deve gerar conhecimento local sem perder de vista o global, precisa necessariamente revitalizar a pesquisa de campo, no sentido de uma participação pesquisadora, que envolva, pois, alunos, professores e comunidade. É um passo fundamental para a conquista da cidadania (OLIVEIRA, 1996).

3.8 – PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Santos et al (2007) cita que a palavra percepção vem de “perceber” (*percebere* do latim), e significa apoderar-se de, adquirir conhecimentos por meio dos sentidos, formar idéias, distinguir, notar, ver, ouvir e entender. E que o ser humano tem uma forma individual de perceber o ambiente ao seu redor.

Davidoff (2001) define percepção como o processo de organização e interpretação dos dados sensoriais (sensações) para desenvolver a consciência do meio e de nós mesmos. No entanto, não deve confundir percepção com sensação, a percepção estaria relacionada a interpretação, ou seja, é a ação que permite organizar e dar significado aos dados sensoriais.

Tuan (1983) cita que a relação do meio ambiente com os sentidos e os sentimentos manifesta-se constantemente por meio de nossas ações, entretanto, torna-se complexo generalizar normas, pois, normalmente a cultura, o nível de conhecimento e a experiência em si influenciam a interpretação individual do meio ambiente.

Para Macedo (2000), a percepção ambiental é definida como sendo as diferentes maneiras sensitivas que os seres humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos e processos ambientais observados. De acordo com este autor, a percepção ambiental pode ser considerada a precursora do processo que desperta a conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas.

Cada ser humano tem uma forma própria de perceber o que está em sua volta. Essa percepção individual vai depender da sua personalidade, da sua cultura, da sua situação socioeconômica e da sua memória. Há várias formas de descobrir o meio pelo qual as pessoas percebem o meio ambiente com o qual interagem. Pode ser que isso se dê através de informações verbais ou não-verbais, ou de sistemas simbólicos, isto é, de convenções ou rituais que adotam em sua prática social, ou ainda, através dos seus sentidos (GOVERNO MONTORO, 1986).

Marin, Oliveira & Comar (apud BOING, 2007) comentam sobre a complexidade de se estudar a forma como os seres humanos percebem o meio ambiente. Para eles, não é possível

entender o fenômeno perceptivo pelos caminhos puramente conceituais. Os autores explicam sua citação abordando a influência da imaginação, dos aspectos topofílicos, dentre outros, na configuração da percepção ambiental.

De acordo com Marin, Oliveira & Comar (2004), o termo “topofilia” foi usado pela primeira vez pelo autor Bachelard em sua obra *Poética do Espaço* de 1957 e significaria análise da forma como o ser humano se relaciona com o lugar habitado. O termo foi difundido por Tuan em 1980, em sua obra *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tuan (1980, p. 5) define a palavra topofilia como o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”.

Os traços da topofilia são constituídos por aspectos culturais como a afetividade, a memória e a vivência, estes, são fatores intrínsecos ao fenômeno perceptivo e devem ser levados em conta em estudos referentes ao meio ambiente e a percepção ambiental (MARIN, OLIVEIRA & COMAR apud BOING, 2007).

O imaginário é constituído por meio das percepções, estas são previamente captadas do meio externo através dos sentidos que o ser humano possui. As imagens formuladas no inconsciente transcrevem literalmente o real, o objetivo, o signo, sendo interpretado, conforme a realidade vivida pela sociedade, símbolos, de maneira subjetiva, constituindo um imaginário, com mais do que influências externas, recebendo também, uma grande carga de manipulações internas, adquiridas pelos ensinamentos explícitos, pelas representações sociais contidas na convivência social, desde o nascimento (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997).

A percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos ambientais (percepção sensorial) e a atividade mental resultante da relação com o ambiente (percepção cognitiva). Esta percepção traz ao indivíduo novos dados para a compreensão de seu entorno ao estabelecer relações com o ambiente no qual está inserido (TUAN, 1980).

Como nativos de um lugar específico, adquirimos e assimilamos informações diferentemente do que fazemos quando estamos viajando, e a observação pessoal produz impressões diferentes daquela que construímos por meio de lições, livros, figuras, filmes ou visões totalmente imaginárias. A experiência, então, pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos (MACHADO, 1996).

Os intelectuais interessados nos lugares e nas paisagens valorizados não pretendem produzir apenas uma simples divagação poética sobre eles. O que está em questão são os sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato. Sentimentos e valores que, seguramente, têm um papel importante (em muitos casos, decisivo) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise, de ações sobre esses lugares e paisagens (AMORIM FILHO, 1996).

Para Soares (2005) a percepção ambiental está relacionada com os elementos externos e internos da experiência. Podendo ser compreendida também como uma tomada de consciência e compreensão do ambiente pelo homem. As interações entre ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Ou seja, o estudo da percepção ambiental é fundamental para podemos compreender as inter-relações entre o ser humano e meio ambiente.

O estudo da percepção ambiental pode tornar as decisões de gestão pública mais democráticas. De acordo com Lima (2003), a população deve ser consultada, obtendo suas opiniões e sugestões a partir de levantamentos de dados que podem ser sob formatos diversos (p.ex.: audiências ou consultas públicas, entrevistas e questionários, participação em assembléias), a fim de subsidiar, com mais informações, novas reflexões para a tomada de decisões. Tal processo defendido pelo autor, já que leva em consideração a participação popular, pode evitar grandes conflitos.

Além de evitar conflitos sociais, a investigação da percepção nas relações humano-ambiente contribui para a utilização menos impactante dos recursos ambientais, possibilitando o estabelecimento de relações mais harmônicas entre o ser humano e o ambiente (SANTOS et al, 1996).

A percepção ambiental, de modo geral, vem chamando a atenção para um diagnóstico mais profundo através da análise de como a comunidade interpreta o ambiente em que vive o que torna possível desenvolver projetos educativos e alternativas econômicas mais compatíveis com a estrutura física dessa região (HADDAD et al, 2007).

Quanto às áreas de proteção, Alexander (apud RIBEIRO & SCHIAVETTI, 2007), cita que as atitudes, sentimentos e percepções das populações locais sobre tais áreas é um elemento importante para a conservação de recursos, já que esses recursos são explorados por essas populações. Fontana, Irving & Silva (2004), alegam que, devido ao crescimento contínuo nas formas de degradação ambiental e da insuficiência de áreas de proteção ambiental, torna-se necessário o estudo da percepção ambiental como forma de entender as diferentes relações do ser humano com o meio em que está inserido.

O grau de percepção da natureza tanto dos visitantes como dos administradores das áreas protegidas auxilia no manejo mais efetivo destas áreas, pois a ponderação dessas visões pode levar a compreensão diferenciada dos problemas ambientais, facilitando o manejo das áreas e mantendo ou melhorando a qualidade da experiência dos visitantes (KATOKA & MAGRO, 2007).

A análise da percepção ambiental entre grupos sociais distintos pode revelar perspectivas, finalidades e objetivos diversos em relação à conservação da natureza. Estes referenciais diferenciativos entre grupos sociais são fundamentais para a estruturação, organização e realização de projetos e programas de educação ambiental em unidades de conservação (MACEDO et al, 2007).

Segundo a UNESCO (apud SIMIQUELI, FONTOURA & PINTO, 2007), uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes.

CAPÍTULO 4
METODOLOGIA

4.0 – METODOLOGIA

4.1 – MÉTODO A SER UTILIZADO

A forma considerada como a mais coerente para alcançar os objetivos deste estudo, foi a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, denominada por Jick in Neves (1996) de “triangulação”. De acordo com Laino e Rodrigues (2003), a eficácia do método da triangulação é fundamentada na premissa de que a fraqueza de um único método será compensada pela força do outro.

Mostrando a eficácia dos métodos qualitativos e quantitativos, Neves (1996) cita que apesar de diferentes quanto à forma e à ênfase, os mesmos não se excluem e nem apresentam relação de oposição. “Os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos” (NEVES, 1996 p.2).

Segundo Portela (2004), no método qualitativo não há preocupação com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, ou seja, os pesquisadores buscam explicar o porquê das coisas, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos. Quanto ao método quantitativo, Portela (2004, p.3) afirma que:

“...nesse tipo de abordagem, os pesquisadores buscam exprimir as relações de dependência funcional entre variáveis para tratarem do como dos fenômenos. Eles procuram identificar os elementos constituintes do objeto estudado, estabelecendo a estrutura e a evolução das relações entre os elementos. Seus dados são métricos (medidas, comparação/padrão/metro) e as abordagens são experimental, hipotético-dedutiva, verificatória.”

No entanto, ambos os métodos são passíveis de limitações e riscos. Por isso, autores como Portela (2004) e Neves (1996), defendem a idéia da integração entre os dois métodos durante a pesquisa. Segundo Portela (2004, p.3), “para analisar-se com fidedignidade uma situação dada é necessário o uso de dados estatísticos e outros dados quantitativos, e também da análise qualitativa dos dados obtidos por meio de instrumentos quantitativos.” Günther

(2006, p. 206), ao definir o método da triangulação comenta que “...implica na utilização de abordagens múltiplas para evitar distorções em função de um método, uma teoria ou um pesquisador.”

4.2 – DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA

Este estudo foi baseado na comparação entre as respostas dadas pelos entrevistados antes e depois das ações realizadas durante o projeto Doces Matas a fim de orientar ações de sensibilização que promovam a proteção e recuperação de recursos ambientais, em especial a Mata Atlântica, levando em consideração o desenvolvimento sustentável.

A metodologia foi dividida nas seguintes etapas:

- fase exploratória;
- primeira etapa de entrevistas;
- acompanhamento durante as atividades de sensibilização desenvolvidas pelos técnicos do Projeto Doces Matas;
- segunda etapa de entrevistas;
- análise final de todos os dados obtidos.

4.2.1 – Fase Exploratória

A fase exploratória consistiu em escolher as áreas de estudo, estabelecer os indivíduos que participariam das entrevistas e fazer uma caracterização inicial das comunidades em que os entrevistados estavam inseridos.

a) Área de estudo

No Estado de Sergipe, o rio São Francisco possui sub-bacias que abrangem 28 municípios e junto a áreas dos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas, constituem o Baixo São Francisco (CODEVASF, 2001). Desde março de 2006, a Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), junto ao Instituto Xingó, desenvolve o projeto de Recuperação de Matas Ciliares e Áreas Degradadas no Baixo São Francisco Sergipano através de Ações Integradas a Apicultura (o Doces Matas), convênio nº 4.93.05.0011-00 (PEREIRA, 2005b),

que está sendo desenvolvido em sub-bacias no Semi-Árido e na Zona da Mata Sergipana (Anexo A).

O projeto Doces Matas pretende:

- (i) apoiar na produção de no mínimo 100.000 mudas florestais através de parceria em viveiros da CHESF e CODEVASF;
- (ii) inserir 80 famílias do baixo São Francisco no processo integrado de recuperação florestal e produção apícola;
- (iii) monitorar e assistir as famílias no processo de recuperação florestal e produção apícola.

Os sítios de estudo foram selecionados a partir da área de atuação do Projeto Doces Matas. Como o objetivo desta dissertação está vinculado à Mata Atlântica, o Semi-Árido não foi incluído, e apenas municípios da Zona da Mata foram escolhidos, são eles: Japaratuba e Pirambu. O município de Japoatã também foi incluído no projeto Doces Matas, mas não fará parte desta pesquisa, pois não terá grupos de apicultura. A inserção deste município no projeto da CODEVASF deve-se ao fato de que, os moradores do povoado Poxim doaram suas terras para serem reflorestadas por um grupo de apicultores de Japaratuba (Figura 4.1).

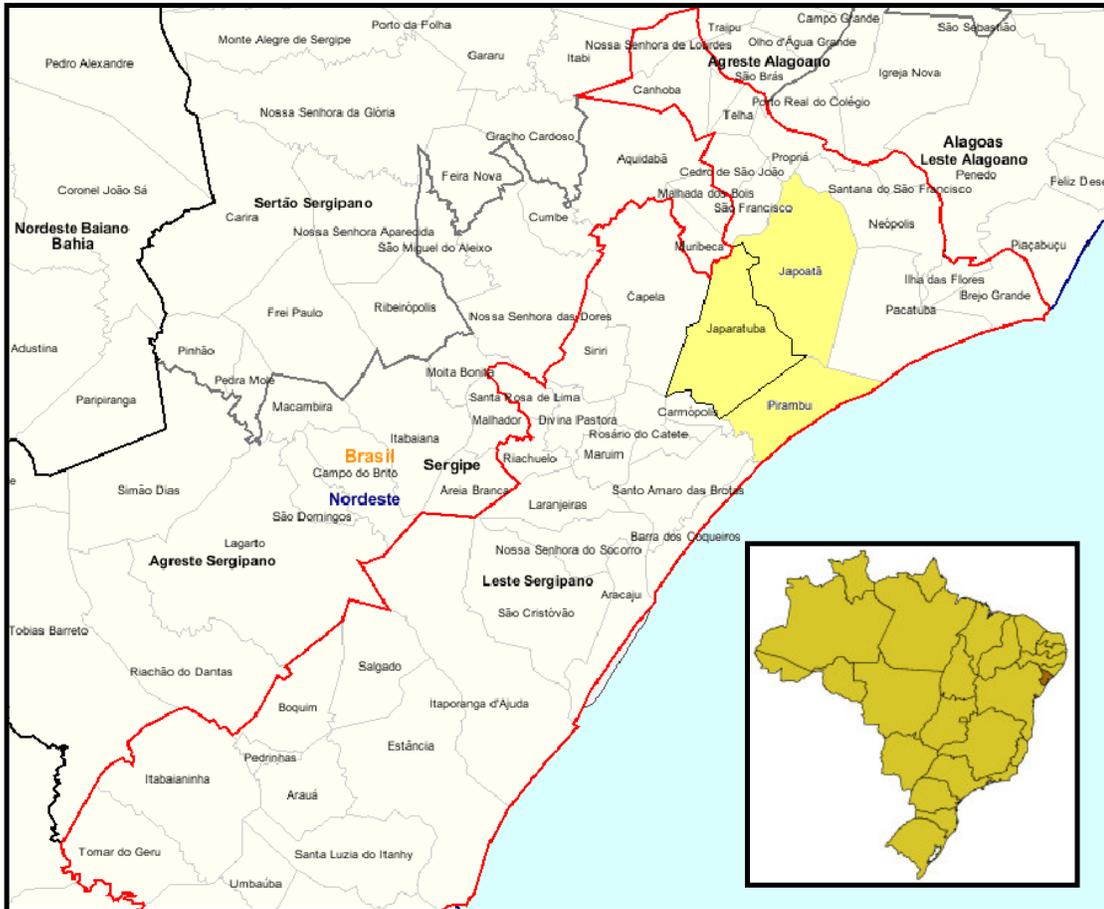


Figura 4.1 - Mapa parcial de Sergipe indicando, em amarelo, os municípios onde o Projeto Doces Matas está sendo desenvolvido (o tracejado vermelho indica a Zona da Mata Sergipana).
Fonte: IBGE, 2007.

b) Levantamento Preliminar

No mês de agosto de 2006, foram realizadas as visitas às comunidades em que o Projeto Doces Matas iria atuar. As comunidades visitadas foram indicadas pelo missionário Edinaldo Rezende (o Padre Nanai), que vive no Assentamento 13 de Maio em Japarutuba. Pelo fato de participar de eventos da igreja católica, o Padre já conhecia o perfil de alguns povoados e selecionou quatro para serem visitados pelos técnicos do Doces Matas: povoado Porteiras, povoado Badajós e Assentamento Caraíbas ambos localizados em Japarutuba e o Assentamento São Sebastião localizado no Povoado Alagamar em Pirambu (Figura 4.2).

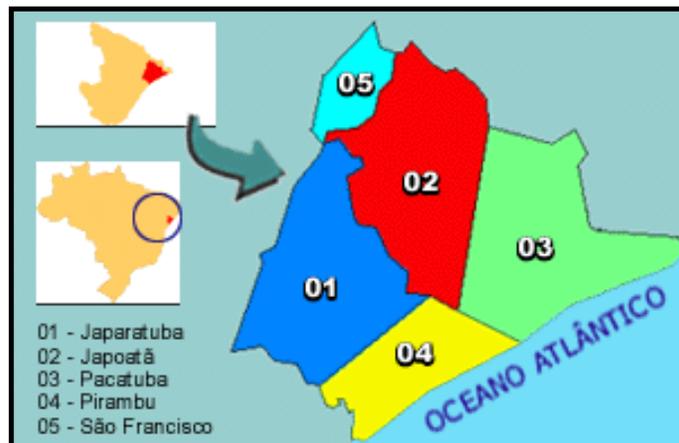


Figura 4.2 - Mapa parcial do Estado de Sergipe, destacado os municípios onde estão localizados o Povoado Badajós e Assentamento Caraíbas (ambos em Japarutuba) e Assentamento São Sebastião - Povoado Alagamar (em Pirambu).

Fonte: Google, 2008.

Na primeira visita às comunidades, os representantes de diversas associações (moradores, trabalhadores rurais) foram procurados pelos técnicos e os mesmos conversaram sobre a possibilidade de inserir o projeto nas comunidades. Após reunião com os representantes, foi marcada outra reunião com os moradores das comunidades, para apresentar o Projeto Doces Matas e identificar os moradores que teriam interesse em participar.

Das 04 comunidades visitadas, foram selecionadas 03: povoado Badajós, Assentamento Caraíbas e Assentamento São Sebastião (Anexo B), tal escolha foi feita principalmente pela existência de pequenos fragmentos de Mata Atlântica, além da manifestação de maior interesse por parte dos moradores. Os indivíduos que participaram desta pesquisa, foram aqueles selecionados para participarem do Projeto Doces Matas e que iriam trabalhar com apicultura. Inicialmente foram realizadas visitas às comunidades para conhecer as pessoas e fazer uma análise superficial das condições de vida dos envolvidos nesta pesquisa.

No mês de novembro de 2006, foram realizadas quatro entrevistas-piloto em cada povoado, para ver como seria o comportamento dos entrevistados, analisar as possíveis respostas e a média de tempo em que seriam realizadas, além de possibilitar a identificação de problemas relacionados à maneira de conduzir a entrevista (DITT et al, 2005). As entrevistas foram feitas com pessoas que assistiram a apresentação do Projeto Doces Matas, mas que, no entanto, não mostraram interesse em participar do projeto.

Os entrevistados não se negaram a responder qualquer pergunta, pelo contrário, colaboraram bastante, o que talvez possa ser justificado pelo fato de já terem um contato com o grupo do Projeto Doces Matas. As entrevistas duraram em torno de 25 a 30 minutos. O roteiro das entrevistas-piloto estava dividido em cinco tópicos: caracterização do sujeito; conhecimento sobre meio ambiente; conhecimento a respeito da legislação ambiental; relação homem-natureza; percepção dos entrevistados em relação ao meio ambiente, possuindo um total de 34 perguntas (Anexo C).

Após terem sido realizadas as entrevistas-piloto, foi feita uma análise das perguntas que obtiveram respostas que seriam úteis para este estudo, das 34 (trinta e quatro) perguntas iniciais, seis foram retiradas, são elas:

- 5 (Você gosta do seu trabalho? Com o que você gostaria de trabalhar?);
- 7 (Quanto tempo mora neste povoado);
- 23 (Qual a importância da água pra os seres vivos?);
- 25 (De que forma você utiliza a água do rio?);
- 26 (Quais animais você costuma ver na mata?);
- 33 (Você gostaria que algum empreendimento fosse construído no seu povoado? Qual? Aonde poderia ser?).

A pergunta de número 8 (oito) foi dividida em duas e as perguntas 13 (treze) e 31 (trinta e um) foram modificadas, pois eram perguntas complexas demais para pessoas que não possuíam informações mais específicas sobre meio ambiente. O roteiro final de entrevistas, ficou com um total de 29 (vinte e nove) perguntas (Anexo D).

O roteiro final de entrevistas está dividido em 05 etapas:

- (i) caracterização do sujeito: importante para a padronização dos dados, e avaliação da possível influência de variáveis sócio-econômicas nas respostas dos entrevistados; De acordo com Siqueira *et al* (2007), o tema da preservação da biodiversidade dos ecossistemas não deve ser o único a ser considerado, merecendo destaque também os fatores socioeconômicos e culturais envolvidos nesse processo.
- (ii) conhecimento sobre meio ambiente: observar os conceitos que os entrevistados possuem a respeito de meio ambiente;

- (iii) conhecimento a respeito da legislação ambiental: tem como objetivo perceber se os entrevistados sabem que certas áreas devem ser obrigatoriamente preservadas e se eles possuem áreas preservadas;
- (iv) relação homem-natureza: analisar qual o “envolvimento” dos entrevistados com a natureza, se eles sabem quais os recursos disponíveis na mata, se eles costumam utilizar estes recursos;
- (v) percepção dos entrevistados em relação ao meio ambiente: aqui é levado em consideração conceitos formados pelos próprios entrevistados, que normalmente não são ensinados nas escolas.

4.3 – PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTAS

Lima (2003) mostra que, através da técnica de entrevistas estruturadas, é possível obter informações confiáveis sobre os fatores que influenciam as interações, processos e fenômenos relativos às pessoas em seu cotidiano, caracterizadas pela coleta de respostas verbais diretamente dos participantes. No presente estudo, o roteiro das entrevistas foi baseado em uma mistura complementar de questões abertas e fechadas. As perguntas fechadas têm um roteiro específico de possíveis respostas, enquanto as perguntas abertas dão ao entrevistado a oportunidade de formular sua própria resposta (DITT et al., 2005).

As entrevistas foram realizadas durante todo o mês de janeiro de 2007. Tendo um total de 32 entrevistados daqueles envolvidos no projeto Doces Matas e que fizeram o curso de apicultura, sendo 11 do Assentamento Caraíbas, 13 de Badajós e oito do Assentamento São Sebastião em Alagamar. Foram realizadas duas visitas a cada comunidade para a realização das entrevistas, não foi possível realizar uma visita por comunidade, pois nem todos os entrevistados estavam presentes. As entrevistas foram feitas nos locais onde os participantes eram encontrados: em suas casas, nos locais de trabalho e nas praças (Figura 4.3). As respostas foram transcritas para uma folha de papel, à medida que as perguntas eram feitas, tentou-se anotar o maior número de detalhes possíveis, objetivando preservar a qualidade da entrevista.

Evitou-se fazer as entrevistas na frente daqueles que ainda não tinham sido entrevistados, para que não houvesse influência nas respostas. Muitas vezes os entrevistados perguntavam se suas respostas estavam certas, como “não é assim?” ou “você também não acha?”, no

entanto, tentou-se não interferir nas respostas, dizendo aos entrevistados que independentemente de estarem certas ou erradas, suas repostas seriam úteis àquela pesquisa.



Figura 4.3 - Realização de entrevista no Assentamento Caraíbas, primeira etapa de entrevistas, 2007.

4.4 – ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO

Após a primeira etapa de entrevistas, foram acompanhadas as atividades de sensibilização ambiental realizadas pelos técnicos do projeto Doces Matas, o objetivo foi comparar a percepção dos entrevistados antes e depois das seguintes atividades:

a) Palestras sobre Meio Ambiente

Antes de iniciar os plantios junto às comunidades, durante três meses (uma vez por mês em cada comunidade), os técnicos do Doces Matas realizaram reuniões com os grupos para discutir sobre a importância de preservar o meio ambiente e sensibilizar a todos sobre essa temática. A finalidade maior desta etapa foi mostrar que os plantios realizados não seriam a toa, que existem leis que obrigam a preservar a Mata Atlântica e a mata ciliar, além de definir a necessidade desses ecossistemas para os seres vivos.

Temas das palestras:

- (i) A preservação das matas;
- (ii) Legislação ambiental;
- (iii) Realização dos Plantios.

b) Plantios

Os plantios fazem parte das ações do Projeto Doces Matas, onde o objetivo maior é recuperar as matas ciliares e como contrapartida as pessoas são incentivadas a trabalharem com apicultura, ganhando todo o material necessário para iniciarem tal atividade, os cursos e o auxílio técnico. A apicultura seria a forma de o projeto “retribuir” às pessoas, por terem deixado as atividades diárias para se dedicarem aos plantios.

O plantio também é uma forma de sensibilização, já que as pessoas estão realizando uma atividade que contribuiu com o meio ambiente, poderia ser considerado a “prática”, após terem passado por “teorias” (as palestras). Foram realizados um total de nove plantios durante os meses de abril a julho do ano de 2007, incluindo quatro dias em Badajós, dois em Caraíbas e três em Alagamar.

Os plantios iniciavam no turno da manhã e acabavam por volta das 15 horas. Não havia parada para o almoço, apenas, no final de cada plantio era oferecido um lanche aos participantes. O trabalho resumia-se em: limpeza da área, ou seja, corte do mato; transporte das mudas para o local do plantio; abertura das covas e plantio das mudas selecionadas pelos técnicos. Porém, apesar de ser um trabalho simples, era cansativo, principalmente para o grupo de Badajós que era formado por muitos jovens que não estavam acostumados a trabalhar com ferramentas agrícolas.

c) Seminário com os envolvidos no projeto Doces Matas

O seminário ocorreu no Instituto Xingó, na cidade de Canindé do São Francisco em Sergipe, nos dias 27 e 28 de agosto de 2007. Estavam representados todos os envolvidos no projeto, desde as instituições parceiras (CODEVASF, SEBRAE, DEAGRO, Instituto Xingó, FAPISE, CHESF) até as comunidades que participaram direta ou indiretamente: Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Porto da Folha e Canindé do São Francisco (Semi-Árido) e Pirambu, Japarutuba e Japoatã (Zona da Mata).

Tratou-se de uma atividade importante, pois foi feita uma avaliação das atividades realizadas no projeto Doces Matas, tanto dos técnicos quanto das comunidades, além de serem apresentadas palestras sobre conservação ambiental. Inicialmente ocorreu a cerimônia de

abertura, depois os representantes de cada comunidade se apresentaram (Figura 4.4), e iniciaram-se as palestras.



Figura 4.4; 4.5 - Seminário em Canindé do São Francisco, apresentação das comunidades, 2007.

4.6 – SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS

A segunda etapa de entrevista aconteceu durante o mês de novembro de 2007 e teve como objetivo averiguar se após as atividades realizadas com as comunidades houve alguma modificação na percepção ambiental dos sujeitos, ou se ao menos, alguns conceitos desconhecidos, até então, foram assimilados. O roteiro de perguntas foi baseado no primeiro, mas foram conservadas algumas perguntas e inseridas novas (Anexo E). As perguntas de número três, quatro, nove e dez, presentes no segundo roteiro, foram copiadas da primeira etapa de entrevista, e foram utilizadas para comparar as respostas dos entrevistados nas duas etapas. As demais perguntas não estavam presentes no primeiro roteiro, foram criadas exclusivamente para a segunda etapa de entrevistas: a pergunta de número dois teve como objetivo verificar se as pessoas sabiam explicar porque participaram do Projeto Doces Matas e qual a importância do plantio em suas vidas; as perguntas de número cinco e seis estão voltadas para a legislação ambiental e as de número sete e oito questionam os responsáveis pela destruição das matas e possíveis ações de preservação junto as pessoas. Foram realizadas vinte e nove entrevistas nesta etapa, pois três pessoas saíram do projeto, 02 homens de Badajós e 01 mulher do assentamento Carafbas.

4.6 – ANÁLISE DOS DADOS

Todas as entrevistas obtidas foram repassadas para uma planilha do programa *Microsoft Office Excel* 2003. Após a leitura de todas as entrevistas, pôde-se elaborar categorias para o enquadramento das respostas de algumas questões (LIMA, 2003). Este processo pode ser resumido como:

- (i) Análise geral das respostas;
- (ii) Conversão das respostas dadas às questões em temas de interesse;
- (iii) Agrupamento das respostas de acordo com semelhança de idéias apresentadas. Cada grupo de respostas com conteúdo semelhante constituiu uma categoria de respostas.

Ou seja, respostas variadas que têm o mesmo sentido foram agrupadas em uma categoria. Por exemplo, quando pediu-se que definissem o que era mata ciliar, tiveram várias definições, alguns responderam que “é uma mata que fica na beira do rio” ou “é a vegetação que margeia os rios”, ambas as respostas foram incluídas na mesma categoria: “souberam definir corretamente”, por possuírem o mesmo sentido.

Após formação das categorias de análises, algumas questões foram convertidas em gráficos e tabelas através do *Microsoft Office Excel* 2003 e analisados de forma quantitativa.

Algumas questões foram analisadas de forma qualitativa, e as repostas foram inseridas em tabelas e separadas por comunidades e os entrevistados foram identificados por números, para proteger sua identidade.

CAPÍTULO 5
RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.0 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Ambiental é uma ferramenta estratégica que se tem apresentado eficaz no envolvimento de comunidades para as questões ambientais (PÁDUA & TABANEZ, 1998). É inegável seu papel no trabalho de se buscar a consciência ambiental dos povos em geral, no entanto, qual seria a melhor forma de utilizar a E.A. em ambientes tão diferentes, onde as comunidades possuem características singulares. Não há “fórmulas de bolo”, por isso autores como Poltroniéri (1996) e Lima (2003) propõe o estudo da percepção das comunidades, a fim de analisar suas características e singularidades, que muitas vezes passam despercebidas.

O presente trabalho buscou observar a percepção ambiental que os envolvidos no Projeto Doces Matas possuem, além de fazer uma caracterização desses sujeitos e do local onde vivem e de verificar se, após as atividades de sensibilização, houve mudança nas respostas dos mesmos, avaliando os pontos positivos e negativos do projeto em questão. A partir dos resultados obtidos, foi possível fazer uma avaliação sistemática da percepção das comunidades sobre o ambiente em que vivem, e das potencialidades para a conscientização e mudança de atitudes em relação à conservação da Natureza. Tal análise tem como meta, proporcionar a formulação de estratégias mais eficazes para trabalhar a Educação Ambiental em projetos futuros.

5.1 – CARACTERIZAÇÃO DAS LOCALIDADES SELECIONADAS

a) Povoado Badajós - Município de Japaratuba

- **Localização:** o Povoado Badajós está situado a 30 km de Japaratuba;
- **Sistema de transporte:** o sistema de transporte é precário, funcionando em dias alternados, exceto para os alunos do ensino médio, que precisam se deslocar até Japaratuba diariamente;
- **Infra-estrutura:** dispõe de água encanada e luz elétrica, possui três ruas calçadas (a área central do povoado) e as outras são de terra batida. A maioria das casas é feita de cimento e tijolo (Figuras 5.1; 5.2);



Figuras 5.1; 5.2 - Área Central; casa de um dos entrevistados. Povoado Badajós, 2006.

● **Economia:** as pessoas que vivem em Badajós trabalham predominantemente na agricultura de subsistência, criação de gado, na produção da farinha de mandioca, corte de cana-de-açúcar e de vassoura feita com a palha de ouricuri (*Syagrus coronata*), esta última é uma atividade muito cansativa e pouco lucrativa, a família consegue lucrar em média por mês 80 reais, segundo os entrevistados, as pessoas continuam trabalhando com vassoura por falta de opção (Figuras 5.3; 5.4; 5.5; 5.6);



Figuras 5.3; 5.4 - Produção artesanal de vassouras; plantio de cana-de-açúcar. Povoado Badajós, 2006.



Figuras 5.5; 5.6 - Casa de farinha; agricultura de subsistência. Povoado Badajós, 2006.

- **Habitantes:** pelo fato de não terem sido encontrados dados sobre o número de habitantes no IBGE, o agente de saúde Ruyther Ferreira dos Santos, foi procurado e informou que o povoado possui 910 habitantes;

- **Floresta:** nas áreas mais afastadas da população encontram-se pequenos fragmentos de Mata Atlântica que estão às margens do Rio Poxim. Próximo as casas, não há sinal de vegetação nativa, exceto frutíferas. Não há dados sobre a extensão destas áreas (Figuras 5.7; 5.8);



Figuras 5.7; 5.8 - Fragmentos de Mata Atlântica. Povoado Badajós, 2006.

b) Assentamento Caraíbas - Município de Japaratuba

- **Localização:** está situado a 25 km de Japaratuba;
- **Sistema de transporte:** não possui sistema de transporte apenas o ônibus que leva os estudantes para Japaratuba;
- **Infra-estrutura:** não possui água encanada, o carro pipa traz água potável para a comunidade em dias alternados, apresenta luz elétrica feita com fios e lâmpadas improvisadas (gambiarra). Suas casas são feitas de lona plástica, madeira ou palha, exceto algumas casas que já existiam na propriedade, são feitas de alvenaria. O chão da maioria das casas é de terra batida e não possuem banheiro (Figuras 5.9; 5.10; 5.11; 5.12);



Figuras 5.9; 5.10; 5.11; 5.12 - Respectivamente: caixa d'água na região central; rio onde as roupas são lavadas; casas de plástico e taipa construídas pelos assentados; casas de alvenaria que já existiam na antiga fazenda. Assentamento Caraíbas, 2006.

- **Economia:** a maioria dos assentados trabalha na roça, cultivam principalmente feijão, amendoim, abacaxi, mandioca e batata. No assentamento existe uma casa de farinha onde as famílias trabalham e vendem a farinha nas feiras (Figuras 5.13; 5.14). Alguns assentados vivem de trabalhos temporários, trabalhando no corte da cana-de-açúcar, ajudante de pedreiro ou vendendo produtos diversos (cosméticos, remédios, mel);



Figuras 5.13; 5.14 - Plantio de abacaxi; casa de farinha. Assentamento Caraíbas, 2006.

- **Habitantes:** o assentamento apresenta 106 famílias (a família normalmente é composta pelo pai, mãe e filho, sendo que o número variável em cada família, podendo chegar a sete filhos ou mais), mas está previsto para acomodar 150 famílias;

- **Floresta:** no assentamento há uma área de preservação permanente (APP), pelo fato de ser constituída por um fragmento de Mata Atlântica (Figuras 5.15; 5.16) por onde passa o Rio Poxim. Durante a invasão da fazenda, o IBAMA informou aos acampados que tal área não poderia ser desmatada e que a caça não seria permitida. Até então, o grupo tem respeitado as determinações do IBAMA, inclusive denunciando outras pessoas que desmatam a área citada. Também é importante ressaltar, que por se tratar de uma fazenda onde era produzida cana-de-açúcar, há uma grande extensão de área cultivável, ou seja, a APP não será um empecilho nas atividades dos assentados. Não há dados sobre a extensão deste fragmento.



Figuras 5.15; 5.16 - Fragmento de Mata Atlântica. Assentamento Caraíbas, 2006.

Não foram encontrados dados a respeito deste assentamento nem no INCRA nem na sede do MST, segundo informações cedidas pela secretaria do MST, o assentamento está em fase de transição: acampamento-assentamento, por isso ainda não constam esses dados no INCRA, mas o Governo Federal já cedeu a área para os assentados. A Fazenda Caraíbas, que possui aproximadamente 2 mil hectares, foi invadida em abril de 2000 por cerca de 220 famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, até então, no local, era cultivada cana-de-açúcar. No final do ano de 2006, os trabalhadores rurais receberam a notícia de que passariam a ter a posse da terra e já são considerados assentados.

c) Assentamento São Sebastião - Povoado Alagamar - Município de Pirambu

- **Localização:** o Assentamento São Sebastião fica dentro do Povoado Alagamar e está situado a 25 km de Pirambu;
- **Sistema de transporte:** há ônibus que vai para Pirambu uma vez ao dia durante todos os dias da semana, há também o transporte escolar que leva os estudantes;
- **Infra-estrutura:** não possuem água encanada, utilizam a água do rio, e apresentam luz elétrica, feita através de fios e improvisados (gambiarra). Suas casas ainda não foram construídas e estão morando em casas feitas de palha, madeira ou lona plástica, o chão é de terra batida e as casas não possuem banheiro (Figuras 5.17; 5.18). O INCRA liberou o

dinheiro para a construção das casas, no entanto, os assentados ainda não conseguiram a licença da ADEMA para iniciar a construção;



Figuras 5.17; 5.18 - Área central; banheiro improvisado na casa de palha e taipa. Assentamento São Sebastião – Alagamar, 2006.

• **Economia:** está baseada predominantemente na agricultura (mandioca, feijão e amendoim) na produção de farinha e artesanato (bolsas, chapéus, esteira) feito com palha de ouricuri (*Syagrus coronata*), tendo uma associação que se responsabiliza pela venda do artesanato em feiras e eventos. O povoado possui como espécie nativa, inúmeras mangabeiras (*Hancornia speciosa*), e muitos moradores coletam mangaba para vender em Aracaju. Percebendo o grande potencial para fabricação de polpa, não apenas da mangaba, como de outras frutíferas, o INCRA liberou um recurso no final de 2007 para construção de uma casa de beneficiamento de frutas (Figuras 5.19; 5.20).



Figuras 5.19; 5.20 - Construção da casa para beneficiamento de polpa de frutas; palha para produção de artesanato (chapéus, bolsas e esteiras). Assentamento São Sebastião, 2007.

- **Habitantes:** o assentamento acomoda um total de 30 famílias (a família normalmente é composta pelo pai, mãe e filho, sendo o número variável em cada família, podendo chegar a sete filhos ou mais);

- **Floresta:** este assentamento também apresenta uma área de preservação permanente (APP), no entanto sua situação é mais delicada em relação ao assentamento Caraíbas, pois o assentamento São Sebastião está situado na zona de amortecimento da Reserva Biológica de Santa Izabel (REBIO), ou seja, a maior parte da área invadida deve ser preservada (Figura 5.21; 5.22). A fim de amenizar tal situação, o INCRA optou por transformar a área em um assentamento agroextrativista (o primeiro do Estado de Sergipe). Entretanto, este fato, faz com que a área de cultivo seja bem menor em relação aos outros assentamentos e restringindo suas atividades, o que gera muitos questionamentos e reclamações dos agricultores Sem Terra. Apesar de todas essas dificuldades, é importante ressaltar, que os assentados do São Sebastião têm respeitado tais determinações.



Figuras 5.21; 5.22 - Fragmento de Mata Atlântica. Assentamento São Sebastião, 2006.

Segundo dados cedidos pelo INCRA, os trabalhadores rurais Sem Terra, invadiram a fazenda Santa Izabel no ano de 2000, a criação do assentamento foi em julho de 2005. A área total é de 610.3120 hectares, desta área, 365.1398 hectares são constituídos por vegetação nativa integrante do ecossistema Mata Atlântica.

5.2 – PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTAS

5.2.1 – Caracterização dos sujeitos

Objetivando identificar os grupos que estão participando das atividades do Projeto Doces Matas, esta etapa propõe estabelecer as características sócio-econômicas dos entrevistados: idade, sexo, escolaridade, profissão e renda.

A tabela 5.1 mostra a comunidade, idade, sexo e escolaridade dos entrevistados. Quanto à idade, 11 dos 32 entrevistados são jovens, segundo Camarano *et al.* (2004) são considerados jovens os indivíduos entre 15 a 24 anos de idade. Quanto à escolaridade, dos 32 entrevistados, oito concluíram o ensino médio, destes, apenas um possui idade acima dos 30 anos.

Tabela 5.1 - Idade, sexo e escolaridade dos entrevistados nas 03 comunidades do presente estudo.

Local/sujeito	Idade	Sexo	Escolaridade
Badajós/1	20	F	Ensino médio completo
Badajós/2	43	M	Ensino fundamental incompleto
Badajós/3	63	M	Nunca estudou
Badajós/4	43	M	Ensino fundamental incompleto
Badajós/5	49	M	Ensino fundamental incompleto
Badajós/6	28	F	Ensino médio completo
Badajós/7	18	M	Ensino fundamental incompleto
Badajós/8	20	F	Ensino médio completo
Badajós/9	23	F	Ensino médio completo
Badajós/10	19	F	Ensino médio completo
Badajós/11	18	M	Ensino fundamental incompleto
Badajós/12	19	M	Ensino fundamental incompleto
Badajós/13	42	F	Ensino médio completo
Caraíbas/14	41	M	Ensino fundamental incompleto
Caraíbas/15	43	F	Ensino fundamental incompleto
Caraíbas/16	30	F	Ensino médio completo
Caraíbas/17	38	M	Ensino fundamental incompleto
Caraíbas/18	26	M	Ensino médio completo
Caraíbas/19	34	M	Ensino fundamental incompleto
Caraíbas/20	29	F	Ensino fundamental incompleto

Caraíbas/21	44	F	Ensino fundamental incompleto
Caraíbas/22	65	F	Ensino fundamental incompleto
Caraíbas/23	44	F	Nunca estudei
Caraíbas/24	27	M	Ensino fundamental incompleto
São Sebastião/25	18	F	Ensino médio incompleto
São Sebastião/26	18	F	Ensino médio incompleto
São Sebastião/27	38	M	Ensino fundamental incompleto
São Sebastião/28	22	F	Ensino fundamental incompleto
São Sebastião/29	55	M	Nunca estudei
São Sebastião/30	18	F	Ensino médio incompleto
São Sebastião/31	38	M	Ensino fundamental incompleto
São Sebastião/32	47	M	Ensino fundamental incompleto

Em Badajós do total de 13 pessoas, 07 são jovens, 06 pessoas concluíram o ensino médio. Em Caraíbas todos os 11 entrevistados possuem mais de 24 anos, ou seja, são adultos e apenas 02 dos entrevistados concluíram o ensino médio. No Assentamento São Sebastião em Alagamar, dos 08 entrevistados, 04 são jovens e nenhum dos entrevistados concluiu o ensino médio, no entanto, 03 destes jovens estão cursando o último ano do ensino médio.

Ou seja, os entrevistados, em sua maioria, não concluíram o ensino médio e alguns sequer iniciaram os estudos, o grupo de Badajós possui o maior número de indivíduos que cursaram o ensino médio, o que pode ser justificado por ter um número maior de jovens em relação ao de adultos. No Assentamento São Sebastião em Alagamar, 37,5% estão concluindo ou não terminaram o ensino médio, o que também pode ser justificado por apresentar 50,0% de jovens no grupo. Caraíbas, possuiu o menor percentual de indivíduos (18,2%) que cursaram o ensino médio, este grupo foi o que apresentou um número maior de indivíduos mais velhos. Há décadas passadas, os jovens não possuíam as mesmas oportunidades de estudo que os jovens de hoje apresentam, o que justifica a relação que há entre idade e escolaridade (gráfico 5.1), isto é, os grupos que apresentam indivíduos com uma faixa etária maior, são aqueles que possuem menor grau de escolaridade. De acordo com Camargo & Martinelli (2006), isto se deve ao fato de que se trata de um contingente de pessoas que, em raras oportunidades, usufruiu seus direitos.

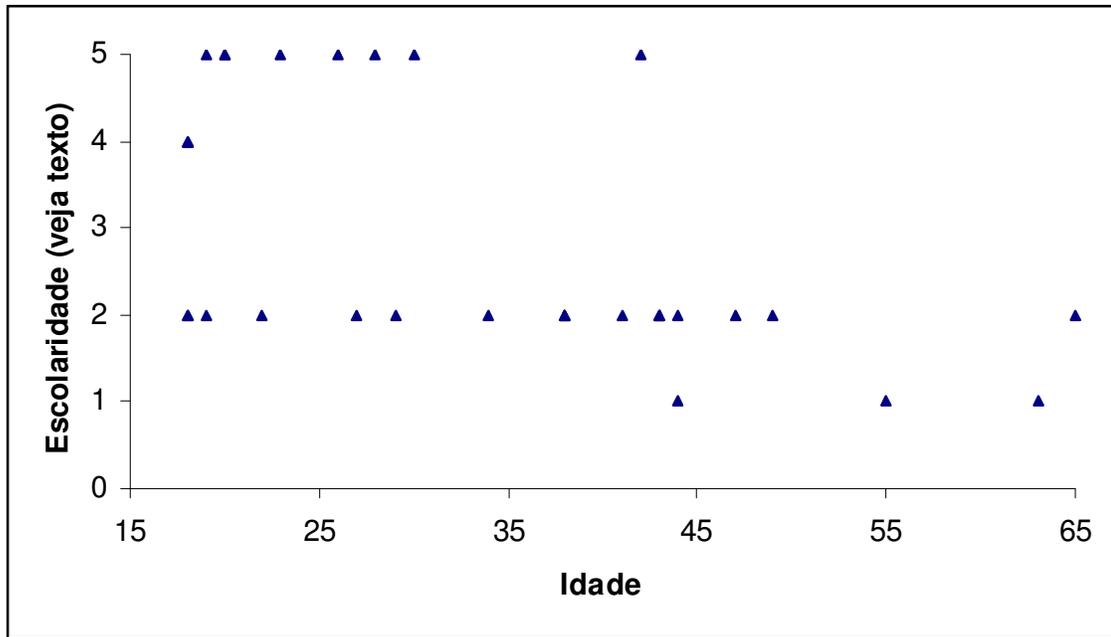


Gráfico 5.1 - Idade x escolaridade dos entrevistados. Nunca estudou = 1; Ensino fundamental incompleto = 2; Ensino fundamental completo = 3; Ensino médio incompleto = 4; Ensino médio completo = 5.

Quanto à profissão dos entrevistados, em Badajós 46,1% e no assentamento São Sebastião 50,0% identificam-se como estudantes, alguns já concluíram o ensino médio, mas como não possuem um trabalho fixo, consideraram-se estudantes, normalmente estas pessoas ajudam sua família nos serviços domésticos ou na roça (Gráfico 5.2). Em Caraíbas, 81,8% são formados por agricultores e 18,2% já se autodenominaram, além de agricultores, como apicultores, apesar de ainda não terem iniciado a atividade, apenas fizeram o curso teórico e o prático de apicultura. Em São Sebastião o índice de agricultores é de 37,5% e alguns também se denominaram como apicultores, apenas em Badajós o grupo ainda não absorveu a idéia de ser apicultor, apesar de também terem participado do curso de apicultura.

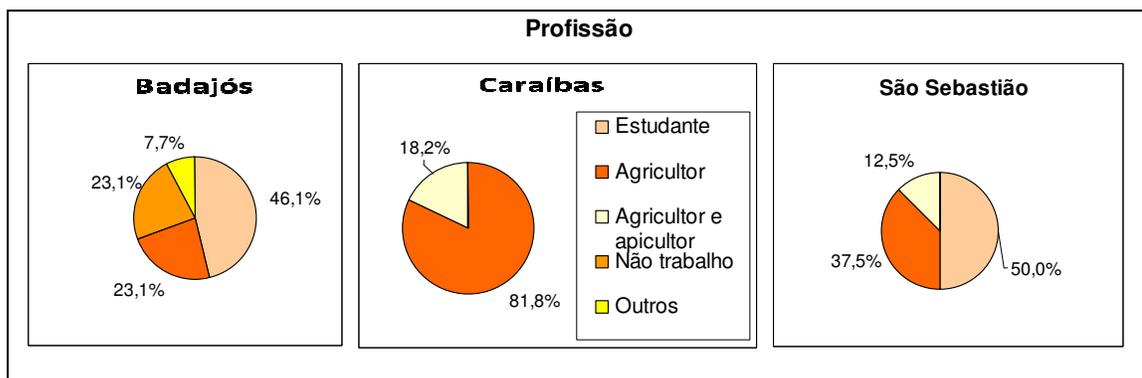


Gráfico 5.2 - Identificação de sua profissão pelos entrevistados nas 03 comunidades.

O gráfico 5.3 mostra a renda familiar *per capita* dos entrevistados, essa média foi feita a partir do somatório do valor mensal recebido por todos os integrantes da família (pergunta 08), dividido pelo número de pessoas que constitui cada família (pergunta 09). Em Badajós e São Sebastião, a maioria dos lares apresentou uma renda média entre R\$ 50,00 a 70,00 e em Caraíbas, o valor foi ainda menor, 60,0% das famílias possuíam uma renda *per capita* de R\$ 10,00 a 49,00.

De acordo com Melo (2005), famílias pobres são aquelas com renda *per capita* menor ou igual à metade do salário mínimo e famílias indigentes são aquelas com renda familiar *per capita* menor ou igual a um quarto do salário mínimo. Ou seja, em Caraíbas 72,5% e em São Sebastião 75,0%, a maioria dos entrevistados seria considerada indigente por esta classificação. Em Badajós, esse índice diminuiu, 46,1% são considerados indigentes e 38,5% pobres e foi o único grupo que apresentou entrevistados com renda *per capita* superior a R\$ 285.

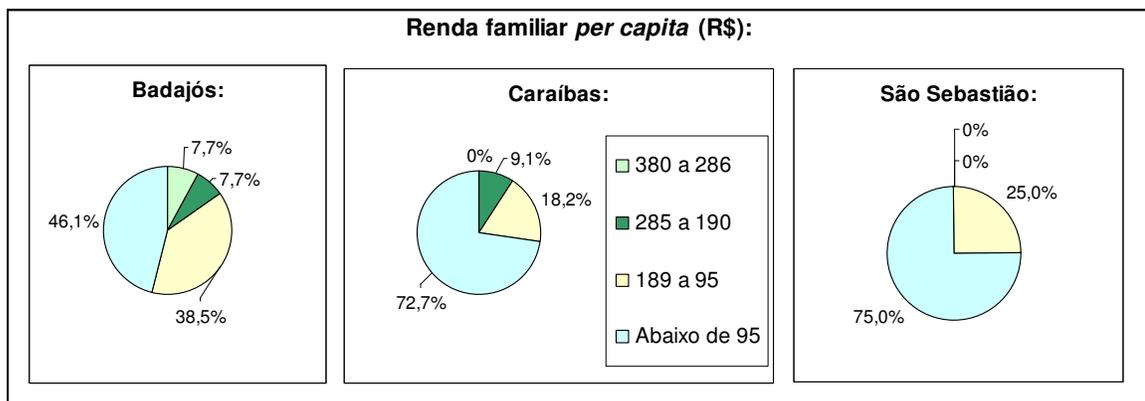


Gráfico 5.3 - Renda *per capita* das famílias dos entrevistados nas 03 comunidades.

5.2.2 – Conhecimento sobre meio ambiente

Apesar de seu maior nível de escolaridade, a grande maioria dos entrevistados de Badajós sequer ouviu falar em Mata Atlântica (Gráfico 5.4), contrastando com as demais comunidades, principalmente em São Sebastião (Alagamar), onde todos os entrevistados responderam positivamente à pergunta 10. Entretanto, nenhum deles soube informar se havia fragmentos de Mata Atlântica próximos à comunidade.

Pontes (2001) explicita que, pelo fato das pessoas não serem informadas a respeito da importância de um determinado remanescente florestal, elas não entendem o porquê de serem criadas proibições em relação ao uso dessas áreas. Ou seja, se essas comunidades não sabem que próximo a elas existem áreas com grande potencial biológico e os motivos pelos quais devem preservá-las, as mesmas sempre irão questionar a existência de tais proibições. Neste caso, é necessário utilizar ferramentas como a Educação Ambiental, para sensibilizar as comunidades a respeito da necessidade de preservar tais áreas.

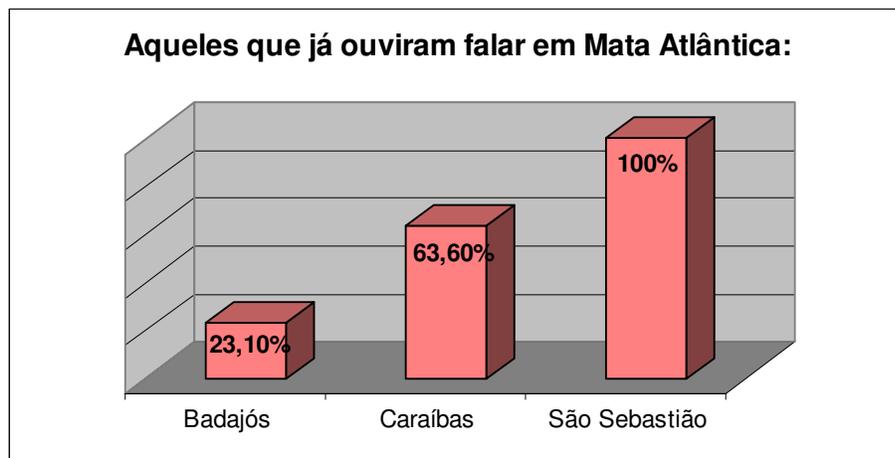


Gráfico 5.4 - Frequência relativa de entrevistados que responderam positivamente à pergunta 10 (Já ouviu falar em Mata Atlântica?).

A tabela 5.2 mostra a frequência dos motivos, citados pelos entrevistados pelos quais as matas devem ser preservadas. A preservação da água foi um tema muito citado, principalmente em Badajós e Caraíbas. Já em São Sebastião, a preocupação maior foi com a preservação da Natureza. Em algumas respostas, percebe-se que a natureza possui um significado pessoal para alguns entrevistados, “*Porque a mata faz parte da natureza. Porque a natureza faz parte da nossa vida e sem ela não conseguimos ir adiante*” (entrevistado 30). De acordo com Tuan (1983), o espaço se transforma em lugar à medida que o conhecemos e lhe atribuímos valores. No anexo F tem-se todas as respostas dadas pelos entrevistados.

Tabela 5.2 - Classes de respostas dos entrevistados para a pergunta 14 (Porque as pessoas dizem que devemos preservar as matas?).

Porque as pessoas dizem que devemos preservar as matas? Categoria de resposta	Número de respostas na comunidade:		
	Badajós	Caraíbas	São Sebastião
Preservação da água	6	7	1
Sobrevivência	2	0	2
Preservação dos animais	2	2	2
Respostas variadas	1	2	1
Não sei	2	0	2

Segundo os entrevistados (Gráfico 5.5), as comunidades não têm recebido visitas de quaisquer instituições para falarem sobre preservação ambiental. Verifica-se que em São Sebastião e Caraíbas, muitos dos entrevistados responderam que às vezes o IBAMA aparece no assentamento, no entanto ao justificarem, disseram que tais visitas são de fiscalização, de acordo com entrevistado 17: “O IBAMA teve aqui pra falar sobre uma denuncia de desmatamento.”.

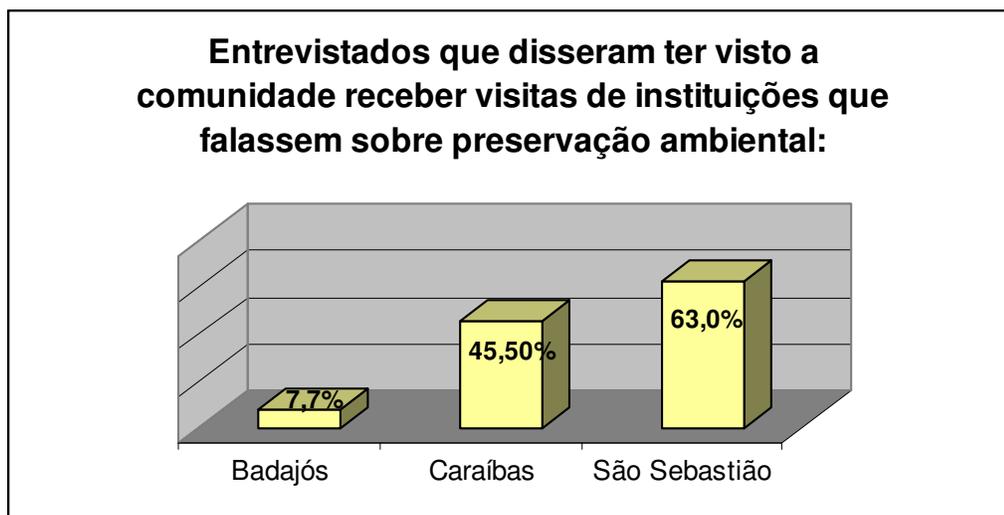


Gráfico 5.5 - Frequência relativa de entrevistados que responderam positivamente à pergunta 15 (Alguém ou alguma instituição já veio conversar com vocês sobre meio ambiente?).

Os entrevistados não possuem muito conhecimento sobre as questões ambientais, o que pode ser relacionado ao pouco grau de escolaridade e ao fato de que instituições governamentais ou não governamentais, não têm ido a estas comunidades para falarem sobre meio ambiente, ou seja, as duas formas prováveis dos entrevistados aprenderem conceitos ambientais e inclusive a importância da preservação, não fazem parte da realidade da maioria dos entrevistados. Macedo (2007) cita que o grau de percepção ambiental da realidade, dos

fatos, acontecimentos, situações ou eventos é variável entre os atores perceptivos principalmente, em função do seu estado psicológico, envolvimento pessoal, valorização e importância atribuídos à questão em foco e do nível de conhecimento da natureza.

5.2.3 – Conhecimento a respeito da legislação ambiental

O conhecimento e prática da legislação ambiental também variam consideravelmente entre comunidades (Tabela 5.3). Apesar de existir em Caraíbas e em São Sebastião uma área de preservação obrigatória, 75% dos entrevistados de São Sebastião disseram que não apresentam tal área, o que mostra o desconhecimento a respeito do assunto e das normas que regem o assentamento onde vivem. Já em Caraíbas, todos sabem da existência de tal área. Em Badajós apenas 30,8% dizem possuir alguma área preservada, ou seja, 69,2% não preservaram sequer a vegetação presente nas margens dos rios, lagos e nascentes que são consideradas, de acordo com o código florestal, áreas de preservação permanente (APP).

Nenhum dos entrevistados sabia ou ouviu falar sobre o termo Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Em Caraíbas e Badajós, mais da metade dos entrevistados não faziam idéia de que a Mata Atlântica é protegida por lei onde, de acordo com o decreto número 750: ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica (BRASIL, 1993).

Tabela 5.3 - Conhecimento da legislação ambiental de entrevistados nas três comunidades.

Comunidade	Possui alguma área preservada?		Sabia que a mata atlântica é protegida por lei?		Já ouviu falar em RPPN?	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Badajós	30,8%	69,2%	30,8%	69,2%	0,0%	100,0%
Caraíbas	100,0%	0,0%	45,5%	54,5%	0,0%	100,0%
São Sebastião	25,0%	75,0%	62,5%	37,5%	0,0%	100,0%

Nas 03 comunidades, os entrevistados demonstraram possuir pouco conhecimento sobre legislação ambiental. De fato, legislação ambiental não é um assunto obrigatório nas salas de aula, no entanto, alguém deve ser o responsável por esclarecer as comunidades sobre a exigência de se preservar certas áreas, esta é uma função das instituições governamentais, entretanto, pelo visto nas entrevistas, há uma carência neste sentido.

5.2.4 – Relação homem/natureza

Nas 03 comunidades, as mulheres são quem menos costumam utilizar a mata como um local de diversão (pergunta 19). Em Badajós das 06 respostas que responderam negativamente, 04 foram mulheres e apenas 02 homens disseram não usar a mata, em Caraíbas apenas 01 mulher não possui tal hábito e em Alagamar 02 mulheres e 01 homem disseram não irem à mata (Tabela 5.4).

Diegues (2000) comenta sobre a convivência do ser humano com a natureza ao dizer que as populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Esta observação é percebida na prática com a resposta do entrevistado 04, quando se refere a uma espécie de macaco: “*Sim: ver os sauins, acho bonito.*”

Tabela 5.4 - Respostas dos entrevistados para a pergunta 19 (Você utiliza a mata como um local de diversão?).

Local/sujeito	Sexo	Você utiliza a mata com um local de diversão?
Badajós/1	F	<i>Sim: Tomo banho às vezes no fim de semana.</i>
Badajós/2	M	<i>Sim: às vezes pesco.</i>
Badajós/3	M	<i>Sim: Caçar no inverno, pescar.</i>
Badajós/4	M	<i>Sim: Ver os sauins, acho bonito.</i>
Badajós/5	M	<i>Não mais, antes tomava banho de rio, por causa da verme fiquei cismado.</i>
Badajós/6	F	<i>Sim: Passear na mata, tomar banho.</i>
Badajós/7	M	<i>Não.</i>
Badajós/8	F	<i>Não.</i>
Badajós/9	F	<i>Não.</i>
Badajós/10	F	<i>Não.</i>
Badajós/11	M	<i>Sim: Para fazer trilha</i>
Badajós/12	M	<i>Sim: Pra pescar, caçar.</i>
Badajós/13	F	<i>Não</i>
Caraíbas/14	M	<i>Sim: pra caçar e conversar.</i>
Caraíbas/15	F	<i>Sim: pra tomar banho, fazer piquenique, brincadeiras com os filhos.</i>
Caraíbas/16	F	<i>Não.</i>
Caraíbas/17	M	<i>Sim: quem me fortalece é a natureza.</i>
Caraíbas/18	M	<i>Sim: passear.</i>

Caraíbas/19	M	<i>Sim: às vezes gosto de caçar.</i>
Caraíbas/20	F	<i>Sim. gosto de usar o rio para se banhar.</i>
Caraíbas/21	F	<i>Sim: às vezes, andando, vendo a paisagem.</i>
Caraíbas/22	F	<i>Sim: vendo os pássaros cantar, pra pescar.</i>
Caraíbas/23	F	<i>Sim, às vezes, se divertindo em baixo dos pés de árvores.</i>
Caraíbas/24	M	<i>Sim: de vez em quando ao ir ver os outros caçadores caçando.</i>
S. Sebastião/25	F	<i>Sim: quando saiu pra caçar.</i>
S. Sebastião/26	F	<i>Não.</i>
S. Sebastião/27	M	<i>Sim: pra caçar.</i>
S. Sebastião/28	F	<i>Sim: pra admirar os animais, as plantas, tomar banho de rio.</i>
S. Sebastião/29	M	<i>Sim: pra pescar.</i>
S. Sebastião/30	F	<i>Sim: saiu com as meninas, vamos procurar frutos no mato, tomar banho de rio.</i>
S. Sebastião/31	M	<i>Não.</i>
S. Sebastião/32	M	<i>Não.</i>

Proporcionalmente, os entrevistados de Badajós são os que menos freqüentam a mata (Gráfico 5.6). Todavia, no contexto geral, os entrevistados apresentam contato direto com a mata, em muitos casos para caçar ou pescar, o que não deixa de ser uma relação direta, no entanto há aqueles que mostram afetividade: “*Sim: quem me fortalece é a mata*” (entrevistado 17).

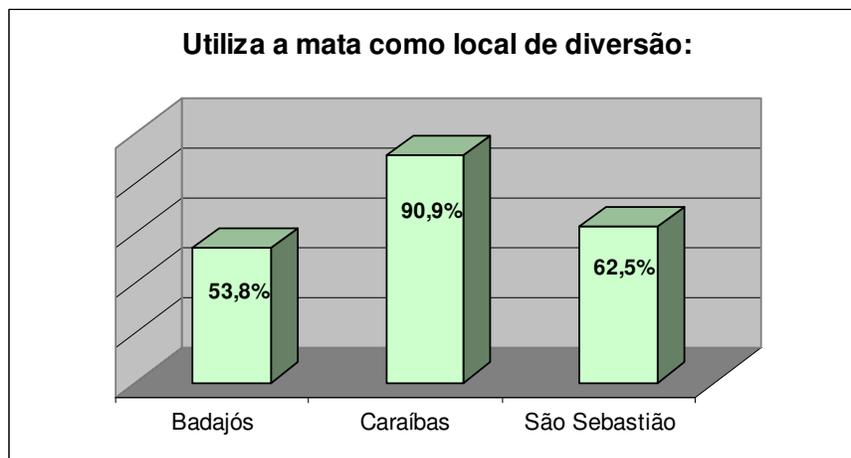


Gráfico 5.6 - Percentual daqueles que utilizam a mata como local de diversão.

Quando questionados sobre a prática de caçar (Gráfico 5.6) a maioria dos entrevistados de Badajós e Caraíbas disseram que há este hábito nas comunidades. No assentamento São Sebastião apenas metade afirmou que os moradores costumam caçar: “*Não pode caçar,*

proibimos.” (entrevistado 31). No caso de São Sebastião, por se tratar de um assentamento onde a ação de caçar foi proibida, alguns entrevistados podem não ter respondido a verdade com medo de punições. Rojas & Abessa (2007, 28 p.) comentam a respeito desta situação em suas pesquisas: “Porém, deve-se considerar que os entrevistados podem não ter sido totalmente sinceros em relação às questões sobre pesca, por receio de estarem contra os regimes da lei, já que os diretores das UC afirmaram ocorrer muitas autuações causadas pela pesca nestas áreas.”

Em relação à utilização de plantas da mata como remédio, quase todos os entrevistados responderam positivamente em São Sebastião e Caraíbas (Gráfico 5.7), mas em Badajós, pouco mais da metade responderam positivamente, refletindo os menores níveis de visitação da mata observados nesta comunidade.

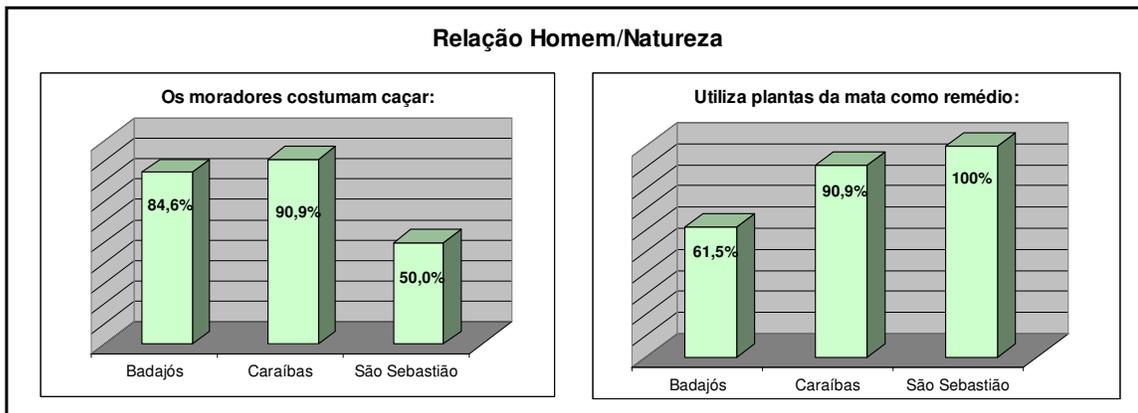


Gráfico 5.7 - Distribuição de respostas positivas para as perguntas 20 (Os moradores costumam caçar?) e 21 (Você retira planta da mata para utilizar como remédio?).

Todos os entrevistados utilizam lenha para cozinhar. Alguns também possuem fogão a gás, mas, frente ao preço do gás, a maioria utiliza a lenha mais frequentemente. A maior parte desta lenha é retirada diretamente da mata. Em Caraíbas e São Sebastião, praticamente todos os entrevistados disseram cortar a lenha que utiliza, já em Badajós existem aqueles que compram. A maioria (Gráfico 5.8) recolhe a lenha seca ou queimada que encontram na mata, ou seja, a maioria disse que não corta lenha verde, apenas recolhe o que está na mata: “*Que já ta queimada ou seca do sol*” (entrevistado 9).

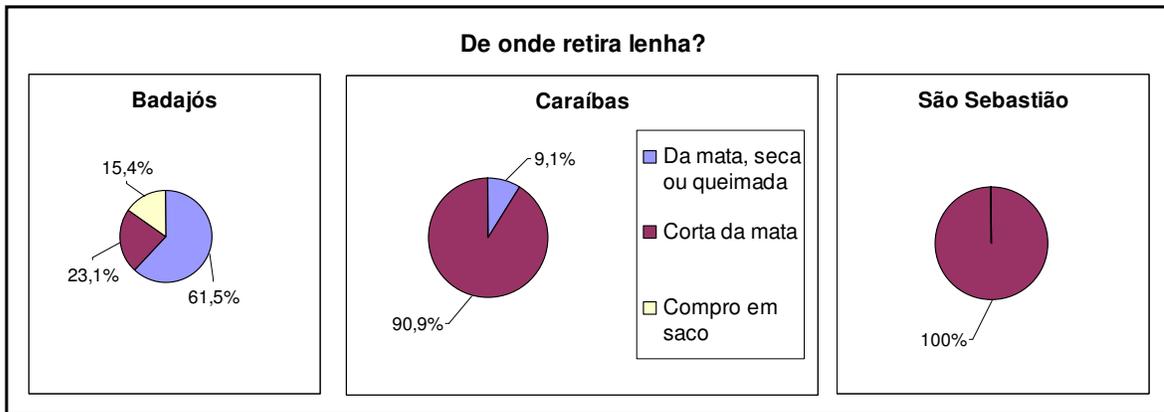


Gráfico 5.8 - Distribuição de respostas para a pergunta 22 (De onde retira lenha para cozinhar?).

De acordo com as respostas dos entrevistados, pode-se verificar que em São Sebastião e Caraíbas existe uma relação estreita entre os entrevistados e a Natureza, devido ao histórico das comunidades, ambas assentamentos recentes, com seu menor poder aquisitivo, as pessoas precisam ir a mata para caçar e coletar alimentos. No caso de Badajós, que apresenta um maior poder aquisitivo, os residentes têm menor contato com a mata, inclusive o quesito diversão também parece ser influenciado pela situação financeira, pois Badajós é a comunidade que menos utiliza a mata para esse fim.

Percebe-se, pelo discurso dos entrevistados, que aquelas comunidades que possuem uma relação direta com a mata, ou seja, Caraíbas e São Sebastião, demonstraram, usando os termos de Tuan (1980) possuir um certo valor afetivo pela mesma: “*Quem me fortalece é a natureza*” (Entrevistado 17); “*Pra admirar os animais, as plantas, tomar banho de rio*” (Entrevistado 28). No entanto, no contexto geral, a visão mata-homem é predominantemente de exploração, as comunidades em questão utilizam a mata principalmente como provedora de recursos (GONÇALVES, 1989).

5.2.5 – Percepção da comunidade

Quando questionados sobre o que pensavam a respeito do IBAMA (Tabela 5.5) as respostas foram variadas, mais da metade dos entrevistados de cada comunidade respondeu que ele é bom porque preserva as matas. No entanto, alguns entrevistados de todas as comunidades questionaram a atuação desta instituição, alegando que ela só fiscaliza os

pobres, mas que é necessária. No assentamento São Sebastião e Badajós houve quem disse que o IBAMA é uma instituição ruim (Anexo F).

De acordo com Costa (2006), o IBAMA, por ser um órgão fiscalizador e com poder de lei, é um aliado positivo no desenvolvimento de campanhas ou programas de preservação, contribuindo com a continuidade de tais ações, pois após as campanhas, as comunidades estarão cientes de que há um órgão capaz de puni-las. Segundo os agricultores acompanhados por Costa, as leis podem ser cumpridas, desde que sejam oferecidas alternativas de renda.

Tabela 5.5 - Classes de respostas dos entrevistados para a pergunta 23 (O que você acha do IBAMA?).

O que você acha do IBAMA? Categoria de resposta	Número de respostas na comunidade:		
	Badajós	Caraíbas	São Sebastião
Bom	9	9	6
Ruim	1	0	1
Às vezes é bom outras vezes é ruim	3	1	1
Não sei	0	1	0

Frente à pergunta 24, 08 entrevistados de Badajós não souberam responder (Tabela 5.6). Em Caraíbas, dos 11 entrevistados, 04 não responderam. Em São Sebastião, por outro lado, apenas 01 não respondeu. Na maioria das justificativas os entrevistados responsabilizam “o Homem” pela destruição das matas, apenas o entrevistado 29 também se responsabilizou por tal problema: “*Porque nós acabamos com tudo*” (Anexo F). Segundo a pesquisa de Bolfe (2004), os pequenos agricultores culpam os grandes fazendeiros pela degradação, alegando que estes “só querem plantar pastos”, ou seja, os pequenos eximem-se de responsabilidades.

Tabela 5.6 - Classes de respostas dos entrevistados a pergunta 24 (Por que quase não se tem mata?).

Por que quase não se tem mata? Categoria de resposta	Número de respostas na comunidade:		
	Badajós	Caraíbas	São Sebastião
As pessoas destroem	2	5	6
Respostas variadas	3	5	1
Não sei	8	1	1

No assentamento São Sebastião em Alagamar nenhum entrevistado disse que a vegetação nas margens dos rios (mata ciliar) atrapalha (Gráfico 5.9), no entanto, nos córregos e rios desta comunidade onde os moradores retiram água, só há vegetação rasteira que não impede o acesso ao local. Em Badajós (Figuras 5.23; 5.34) também ocorre esta contradição, apesar grande maioria afirmar que não atrapalha, quase não há mata ciliar na região. No caso de Caraíbas, onde também a maioria dos entrevistados disse não atrapalhar, não há córregos ou

rios próximos ao assentamento, apenas na área de preservação onde eles são obrigados a conservar a vegetação.



Figuras 5.23; 5.24 - Início de erosão nas margens do rio Poxim. Povoado Badajós, 2007.

Em Badajós 02 entrevistados responderam diferentemente dos demais, no entanto seria a resposta mais coerente, disseram que a eles a mata ciliar não atrapalha, porém para aqueles que criam animais ou utilizam a terra para algum fim, eles acreditam que atrapalha: “... *pra quem cria gado eu acho que sim.*” (entrevistado 11). Em Caraíbas, uma pessoa disse que a mata ciliar atrapalhava, no entanto não justificou.

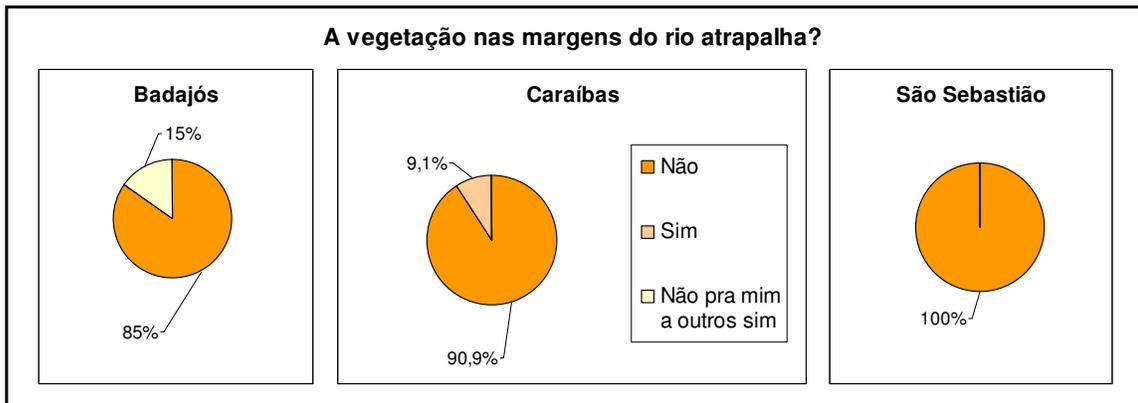


Gráfico 5.9 - Respostas para a pergunta 26 (De alguma forma, a vegetação que fica nas margens dos rios atrapalha a comunidade?) nas 03 comunidades.

A maioria dos entrevistados identificou os seres humanos, de um modo geral, como os responsáveis por cuidarem das matas (Gráfico 5.10). Entretanto, ao contrário da unanimidade registrada em São Sebastião, alguns sujeitos em Badajós e em Caraíbas acham que esta responsabilidade é do governo e não de todos.

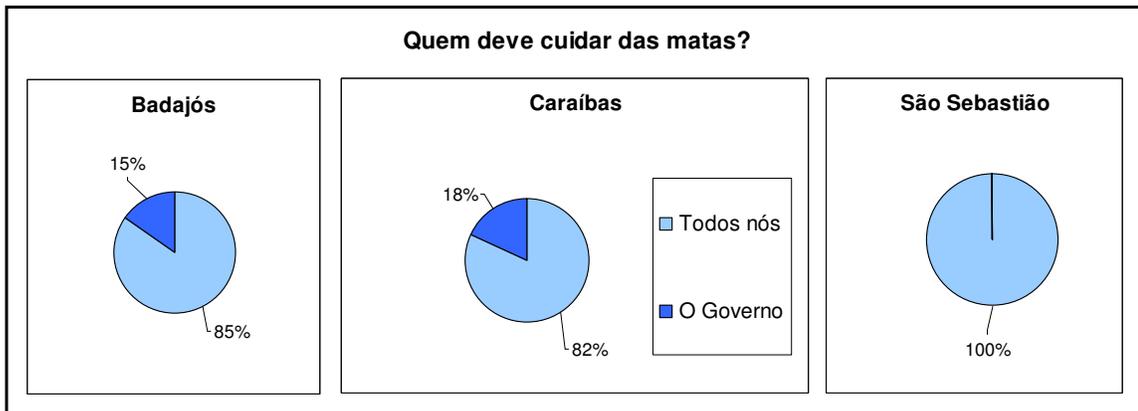


Gráfico 5.10 - Distribuição de respostas para a pergunta 28 (Quem deve cuidar das matas?) nas três comunidades.

As 03 comunidades variam consideravelmente em sua aparente disposição para participarem de projetos de preservação ambiental sem contrapartida imediata. Caraíbas, segundo os entrevistados, seria o grupo mais receptivo (72,7%), em São Sebastião e Badajós a maioria disse que a comunidade não participaria sem ganhar nada (Gráfico 5.11). No entanto, o que ocorreu foi justamente o contrário, em Caraíbas, durante os plantios, nenhum assentado que não estivesse inserido no Projeto Doces Matas, participou dos plantios, já em Badajós e São Sebastião, respectivamente, vários jovens e crianças, que não estavam inseridos no Projeto, participaram dos plantios, no entanto, os adultos não colaboraram. Roças et al (2007) cita que a Educação Ambiental pode contribuir para diminuir a resistência do homem nas relações da natureza, ou seja, deve-se incentivar o mesmo a participar diretamente das ações de preservação.

Barreto (2003) cita que as crianças e os jovens são mais receptivos as ações de Educação Ambiental. Fato que pôde ser observado durante o Projeto Doces Matas, pois houve uma maior resistência dos adultos em participarem das ações ambientais, sendo que muitos nem participaram. Ou seja, é mais difícil sensibilizar os adultos em relação à importância de se preservar o meio ambiente, pois, trata-se de um grupo que já possui idéias pré-concebidas a respeito do assunto. As crianças e os jovens estão mais propícios a serem sensibilizadas, pois, encontram-se em um período de formação de concepções, isto é, ainda não possuem idéias arraigadas sobre meio ambiente.

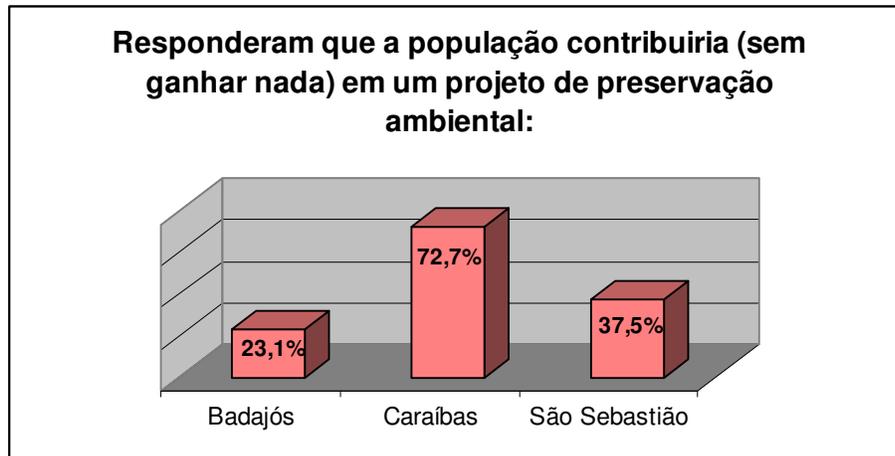


Gráfico 5.11 - Possibilidade das pessoas participarem de projetos de preservação ambiental sem receberem contrapartida, de acordo com os entrevistados de cada comunidade.

5.3 – ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO

a) Palestras sobre Meio Ambiente

- A preservação das matas: os técnicos comentaram sobre a importância de preservar as matas, definiram os conceitos de mata ciliar e Mata Atlântica. No final da palestra, cada participante recebeu uma muda de uma espécie nativa da Mata Atlântica, com folheto que orientava a forma como deveria ser cuidada até que ficasse no tamanho ideal para ser plantada. As pessoas gostaram da idéia e alguns pediram para levar um muda para seus vizinhos (Figura 5.25).



Figuras 5.25 - Distribuição de mudas. Assentamentos Caraíbas, 2006.

- **Legislação Ambiental:** os técnicos falaram sobre as áreas de preservação permanente (APP). Mostraram o percentual que deve ser preservado da mata ciliar em relação à largura do rio, também falaram sobre o conceito de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). No final da palestra em cada comunidade, os participantes foram divididos em grupos e foi pedido aos mesmos que desenhassem uma área que mostrasse a mata ciliar conservada (Figuras 5.26; 5.27).



Figuras 5.26; 5.27 - Atividades de sensibilização ambiental. Assentamento São Sebastião, 2006.

- **Realização dos Plantios:** esta foi a última palestra, o objetivo foi mostrar o motivo pelo qual as comunidades iriam plantar árvores. Os técnicos perguntaram aos participantes quais as vantagens que as árvores proporcionavam as pessoas, várias foram as respostas: “sombra, alimentos, remédios, frutas, lenha, beleza”, logo em seguida foram questionados do motivo pelo qual elas não são preservadas se trazem tantos benefícios, em todas as comunidades pairou um silêncio momentâneo, mas alguns responderam que “é porque o povo destrói pra fazer roça” ou “os usineiros destroem pra plantar cana”, mas as respostas sempre mostravam que os outros são os responsáveis e não cada um de nós.

Um ponto interessante das palestras foi a forma como os técnicos procuraram passar os conceitos científicos, evitando usar termos técnicos e os exemplos dados eram referentes as comunidades, além disso, muitas das imagens mostradas durante a apresentação eram da própria região o que estimulava o interesse dos participantes. Durante as palestras, houve a participação das pessoas, elas normalmente comentavam sobre como se comportavam frente às questões ambientais, na maioria das vezes dizendo que preservavam a natureza e contavam

alguma história de um conhecido que destruía tudo. Ou seja, mostrando, mais uma vez, que acreditam que a conduta utilizada por eles está certa.

É importante ressaltar que além das palestras, ocorriam reuniões mensais com as comunidades para falar sobre as atividades que estavam sendo realizadas e a importância das mesmas (Figuras 5.28; 5.29; 5.30; 5.31).



Figuras 5.28; 5.29; 5.30; 5.31 - Respectivamente: reunião em São Sebastião; reunião em Caraíbas; reunião em Badajós; elaboração do mapa de São Sebastião para identificar as áreas onde ocorrerão os plantios. 2007.

b) Plantios

- Povoado Badajós: o primeiro plantio foi uma ação atípica, pois além do grupo de Badajós contou com a colaboração de soldados da Polícia Militar (Figuras 5.32; 5.33). Os outros 03 plantios foram feitos apenas com os membros da comunidade. A participação dos jovens foi intensa, inclusive convidaram amigos que não faziam parte do projeto para

ajudarem, já a maioria dos adultos do grupo não participou de todos os plantios, alegando que tinham outros afazeres. Ou seja, apesar das palestras de sensibilização e das várias reuniões com o grupo, nesta comunidade, os mais velhos possuem resistência em relação às questões ambientais.



Figura 5.32; 5.33 - Primeiro plantio em Badajós, ação conjunta entre a comunidade e a Polícia Militar, 2007.

- Assentamento Caraíbas: foram realizados apenas 02 plantios, pois as áreas estavam muito alagadas. Este grupo não contou com a ajuda de crianças, jovens ou adultos do assentamento, o trabalho foi realizado apenas pelos participantes do projeto. Todos do grupo estavam presentes durante os plantios, além disso, mostraram saber trabalhar em equipe (Figura 5.34).



Figura 5.34 - Plantio realizado pelos assentados de Caraíbas, 2007.

- Assentamento São Sebastião: foram realizados 03 plantios. Nesta comunidade, não foram os jovens ou adultos que ajudaram e sim crianças entre 8 e 13 anos, elas não foram

convidadas a participar, simplesmente iam se aproximando e começavam a trabalhar no transporte e plantio das mudas (Figura 5.35; 5.36). As crianças, em sua maioria, provavelmente, não faziam idéia do valor daquela atividade, até porque não participaram das atividades de sensibilização ambiental, no entanto, ao longo dos plantios os técnicos foram explicando sobre a importância do que estavam fazendo, ou seja, começaram “semear” a idéia da preservação naquelas crianças, que deverão ser as responsáveis por manterem as mudas que foram plantadas. Todos os participantes do grupo estavam presentes durante os plantios.



Figura 5.35; 5.36 - Plantio realizado pelos assentados de São Sebastião, 2007.

c) Seminário

O seminário (Figura 5.37; 5.38) foi dividido em 02 momentos: no primeiro dia, a apicultura, e no segundo dia, a preservação do meio ambiente. Como o foco desta dissertação é o meio ambiente, não será comentado o primeiro dia do evento. O segundo dia iniciou com uma palestra sobre legislação ambiental e a importância de se preservar as matas, após a palestra, foi aberta a palavra para os representantes das comunidades falarem sobre suas experiências durante os plantios e o que achavam sobre esta ação.

Todos disseram que é importante preservar as matas, no entanto, quando questionados sobre a continuidade das atividades após o término do projeto, a maioria comentou que seria difícil, pois não teriam mais apoio. Outro ponto colocado em pauta pelas comunidades seria a participação das escolas durante as atividades do projeto, não apenas nas palestras, mas também nos plantios, ou seja, as próprias comunidades percebem a importância da participação das crianças na defesa pela preservação do meio ambiente.

Logo após as apresentações, alguns representantes procuraram os técnicos para falarem sobre os plantios, explicando que agora iriam cuidar mais das mudas, alguns disseram que iriam plantar por conta própria aquelas mudas que ainda não foram plantadas.



Figura 5.37; 5.38 - Seminário em Canindé do São Francisco, 2007.

5.4 – SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS

A segunda etapa de entrevista foi realizada no mês de novembro de 2007 (Figura 5.39) e teve como objetivo averiguar se após as atividades realizadas com as comunidades houve alguma modificação na percepção das pessoas, ou se ao menos, alguns conceitos desconhecidos, até então, foram assimilados. Das 09 perguntas (não considerando o nome da pessoa), 04 foram copiadas do roteiro feito na primeira etapa de entrevistas. É necessário ressaltar que, nesta etapa, os indivíduos 02 e 04 de Badajós e o indivíduo 22 de Caraíbas saíram do projeto.



Figura 5.39 - Segunda etapa de entrevistas, Assentamento São Sebastião em Alagamar, 2007.

5.4.1 – Conhecimento sobre meio ambiente

No caso da pergunta 02 da segunda etapa (Porque você plantou tantas árvores?), a maioria das respostas, nas 03 comunidades, estavam relacionadas com a proteção e preservação dos rios (Tabela 5.7). Em São Sebastião e Caraíbas, algumas pessoas relacionaram a preservação das matas à apicultura, alegando que as abelhas precisam de flores para produzir mel. Estas repostas estão claramente relacionadas com as palestras dadas pelos técnicos, considerando que o projeto em que estavam inseridos tinha como objetivo a preservação das matas ciliares a fim de revitalizar o Rio São Francisco e a apicultura como contrapartida, ou seja, houve influência das atividades de sensibilização nas respostas dos entrevistados. É necessário ressaltar que algumas respostas tratam de mais de um assunto, portanto, o total de cada coluna pode ser maior que o número de entrevistados (Anexo F).

Tabela 5.7 - Classe de respostas dos entrevistados a pergunta 02 (Por que você plantou tantas árvores?).

Categoria de resposta	Número de respostas na comunidade:		
	Badajós	Caraíbas	São Sebastião
Proteção dos animais	1	1	0
Proteção e preservação dos rios	7	5	4
Preservação da natureza	4	5	3
Para melhorar as floradas (apicultura)	0	2	2
Respostas variadas	3	2	1

Em relação a conceitos assimilados, nas duas etapas os entrevistados foram questionados sobre a definição de mata ciliar. Apesar das diferenças originais entre as comunidades (Gráfico 5.12), em todas elas, houve um aumento de respostas corretas de aproximadamente a metade dos entrevistados. No caso de São Sebastião, isto levou o total de 50% para 100%, enquanto em Badajós, onde nenhum entrevistado acertou na primeira etapa, na segunda, quase 2/3 responderam corretamente. O entrevistado 01 na primeira etapa respondeu: “*É uma mata fechada com muito mato.*” Na segunda etapa, a mesma pessoa respondeu: “*É uma mata que protege os rios, os animais e dá mais fresca*”. Mostrando, que as pessoas, mesmo não sendo alfabetizada ou possuindo pouco grau de escolaridade, são capazes de aprender conceitos sobre meio ambiente, desde devidamente orientadas.

Bolfe (2004) cita que os agricultores em sua maioria só reconhecem como mata a de encosta, tendo dificuldade de ver a mata ciliar, como tal, pois o que a caracteriza como mata, são somente as árvores de grande porte que já não se encontram nas margens dos rios. O que

justifica o fato de na primeira etapa a maioria dos entrevistados não saberem o conceito sobre mata ciliar.

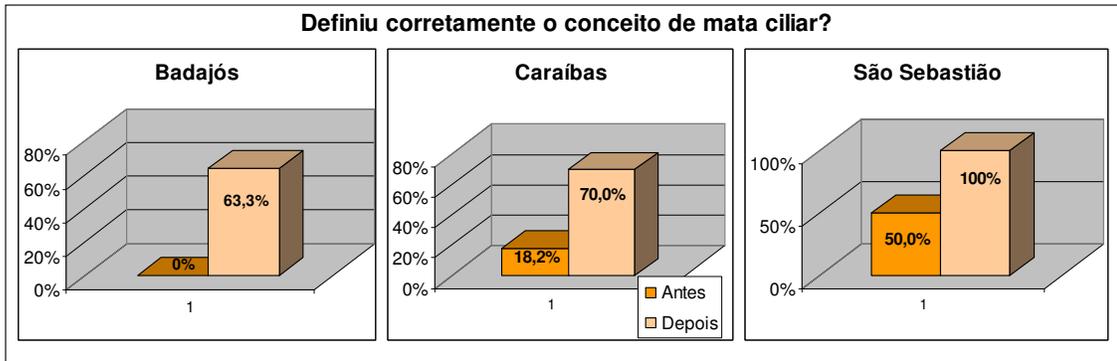


Gráfico 5.12 - Frequência relativa de respostas corretas na definição do conceito de mata ciliar pelos entrevistados nas 03 comunidades antes e depois das atividades de sensibilização.

Houve uma melhoria também nas respostas à pergunta de número 04 (Por que devemos preservar as matas?), com todas as comunidades chegando ao patamar dos 100% (Gráfico 5.13). Na primeira etapa de entrevista o entrevistado 12 disse não saber responder, na segunda etapa respondeu: *“Porque se não preservamos as matas não há árvores, rios, animais, pessoas, vamos plantar mais árvores a beira dos rios, vamos cultivar mais a natureza.”*

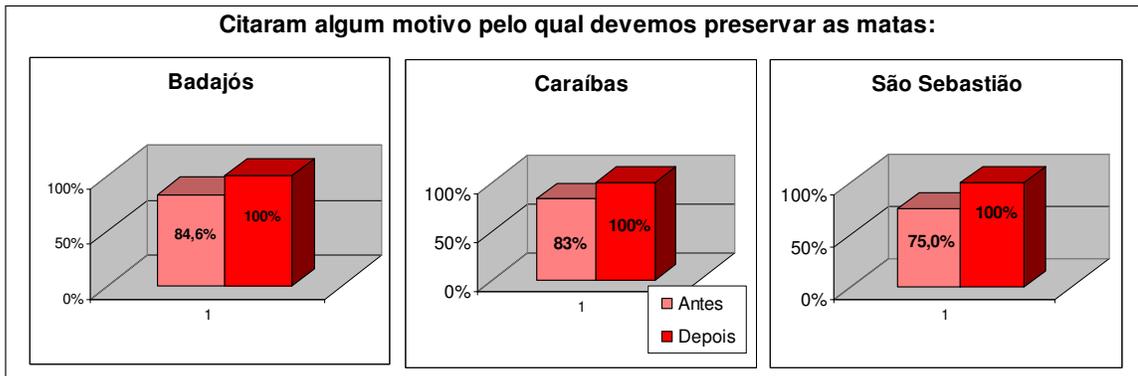


Gráfico 5.13 - Frequência relativa dos entrevistados nas 03 comunidades que citaram algum motivo pela preservação das matas, antes e depois das atividades de sensibilização.

Além de um aumento quantitativo nas respostas, houve mudanças qualitativas (Anexo F), principalmente em relação a alguns aspectos da Natureza. Em Badajós, por exemplo, o entrevistado 03 respondeu na primeira e segunda etapa, respectivamente: *“Pra proteger a mata, faz sombra.”*; *“Se não preservarmos jamais vivemos sem a natureza que é o mais importante na vida do homem.”*

Em relação aos conceitos sobre meio ambiente, pode-se notar que a influência das palestras e reuniões no aprendizado das pessoas, também, mostrou-se válida, pois após as atividades de sensibilização, a maioria dos entrevistados soube responder perguntas, que não foram respondidas na primeira etapa de entrevistas.

5.4.2 – Conhecimento a respeito da legislação ambiental

Na pergunta 05 (Por que existem leis que protegem a Mata Atlântica?), não houve sequer um entrevistado que dissesse não saber responder ou contestasse a existência das leis, ou seja, todos as consideram necessárias. A maioria dos entrevistados respondeu que é importante (Anexo F), pois caso não existissem tais leis, todas as matas seriam destruídas. Em Badajós, o entrevistado 10 citou uma justificativa que não foi comentada por nenhum dos outros, o fato de proteger os animais ameaçados de extinção: *“Porque há muitos animais ameaçados de extinção e pela natureza, para respirar ar puro.”* Em Caraíbas o entrevistado 23 citou o valor que a mata apresenta: *“Porque a mata é vida, pra proteger o meio ambiente”*.

5.4.3 – Percepção da comunidade em relação ao meio ambiente

Quanto à pergunta 06 (Qual o papel do governo em relação à preservação das matas?), a resposta mais citada foi a fiscalização, a segunda, fornecer recursos (emprego ou ajuda financeira) para que as pessoas não precisem desmatar. Em terceiro lugar, realizar palestras com as comunidades, para sensibilizá-las (Tabela 5.8). Em São Sebastião alguns dos entrevistados, comentaram que o IBAMA só fiscaliza os pobres. O entrevistado 26 citou todas estas questões em sua resposta: *“Tem que ser mais firme, leis mais rígidas, pessoas falando sempre, punir as pessoas. O governo tem que criar oportunidades de trabalho.”* (Anexo F). Ou seja, segundo a maioria dos entrevistados, o papel principal do governo, em relação à preservação do meio ambiente, é de fiscalizar e proporcionar recursos para que as comunidades não precisem desmatar. O representante do INCRA de Sergipe concorda com os entrevistados:

“É difícil imaginar como garantir a conservação da natureza em localidades onde amplas parcelas da população não encontram alternativas econômicas capazes de garantir condições minimamente aceitáveis de vida, sendo, portanto, submetidas a condições de pobreza extrema” (PEREIRA, 2005a, p.2).

Tabela 5.8 - Classe de respostas dos entrevistados a pergunta 06 (Qual o papel do governo em relação à preservação das matas?).

Categoria de resposta	Número de respostas na comunidade:		
	Badajós	Caraíbas	São Sebastião
Fiscalizar	4	6	2
Fornecer renda para não desmatar	3	4	4
Fazer palestras	1	0	1
Respostas variadas	2	2	1
Não sei	1	0	2

A pergunta 07 (O que deve ser feito para que as pessoas preservem as matas?), foi feita com intuito de obter informações a respeito das possíveis estratégias para se trabalhar a preservação das matas junto às comunidades. As respostas estavam muito parecidas com as da questão 06, embora com ênfase diferente. Neste caso, a resposta mais citada estava relacionada com a sensibilização das pessoas (Tabela 5.9), através de palestras, campanhas e outras atividades, mostrando que os entrevistados acham válidas as palestras do Projeto Doces Matas; em segundo lugar, os entrevistados acreditam que deve ter mais fiscalização e leis de preservação e a terceira mais citada seria proporcionar recursos para que não haja necessidade de destruir as matas, o entrevistado 29 (Anexo F) citou essa questão em sua resposta: *“Tem que ter projetos pro homem se manter, sem precisar desmatar. Tem que ter uma renda pra cobrir.”*

Pelo que foi visto, os próprios entrevistados estão cientes de que o processo de educação é necessário para a sensibilização das pessoas frente às questões ambientais. Conforme Mizukami (1986) deve-se criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação. O homem é considerado sujeito da educação, pois não existem homens concretos, senão homens situados no tempo e espaço.

Tabela 5.9 - Classe de respostas dos entrevistados a pergunta 07 (O que deve ser feito para que as pessoas preservem as matas?).

Categoria de resposta	Número de respostas na comunidade:		
	Badajós	Caraíbas	São Sebastião
Fazer palestras, conscientizar as pessoas	5	1	4
Fornecer renda para não desmatar	2	0	2
Mais leis e fiscalização	2	5	0
Respostas variadas	2	4	2
Não sei	0	0	0

Em relação à pergunta de número 08, o ser humano, em geral, foi visto como o principal responsável pelos desmatamentos, mudando apenas a justificativa (Gráfico 5.14). Alguns entrevistados disseram que é por uma questão de sobrevivência, outros apenas disseram que o homem é quem sai destruindo tudo. Em Badajós e Caraíbas, alguns responsabilizaram os grandes proprietários de terras. O entrevistado 01, de Badajós, justificou por ser uma questão de sobrevivência: “*Os homens. É questão de sobrevivência e por não saberem a importância das árvores para a gente. Para plantar outras coisas como cana-de-açúcar.*” Já o entrevistado 30 de São Sebastião, alegou que o ser humano destrói por ambição: “*Os homens porque eles destroem por ganância.*” Em Caraíbas o entrevistado 16 acredita que a culpa é dos ricos: “*A maior parte dos ricos que pretendem ganhar dinheiro em cima disso.*”

De acordo com Bolfe (2004), o processo de degradação da natureza pode ser explicado pelo fato do homem ter se distanciado da mesma, como se não fizesse parte dela, “como se o que faz ao meio, não implicasse intimamente em sua vida, na própria natureza, e nas relações entre os próprios homens.”

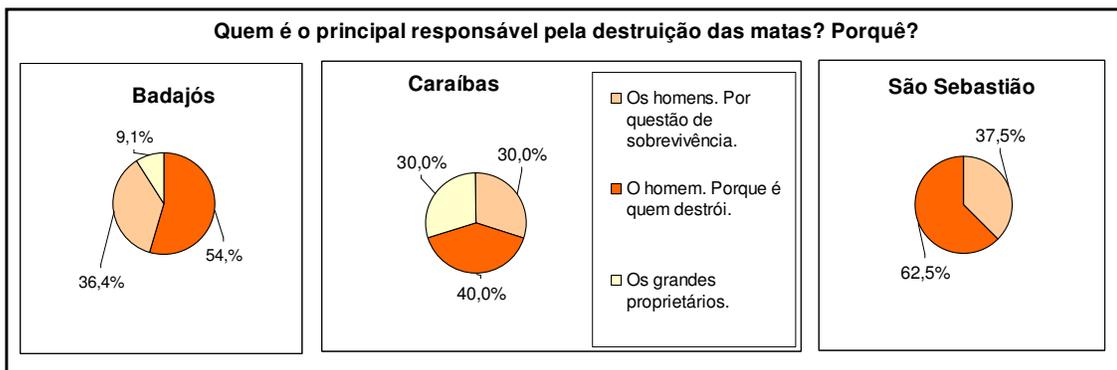


Gráfico 5.14 - Percentual de respostas dos entrevistados a pergunta de número 08 (Quem é o principal responsável pela destruição das matas? Por quê?).

Na pergunta 09 (Aqui na comunidade, o que você vê de errado em relação ao meio ambiente?), aplicada nas duas etapas, houve um aumento na identificação de problemas em São Sebastião e Badajós, enquanto Caraíbas permaneceu no nível máximo (Gráfico 5.15). Na primeira etapa de entrevista o indivíduo 12 de Badajós respondeu: “*Não sei.*” Na segunda etapa ele já possuía uma resposta: “*É que tem muito lixo e ninguém preserva a natureza.*” A mesma coisa aconteceu com o indivíduo 32 do Assentamento São Sebastião que respondeu na primeira etapa: “*Não sei.*” Na segunda etapa: “*O lixo que jogam nos rios.*” Em Caraíbas todos responderam as duas etapas, no entanto, algumas respostas na primeira e segunda etapa

foram diferentes, como é o caso do indivíduo 20, que na primeira etapa respondeu: “Desmatar a madeira verde.” E na segunda etapa: “Eu fico indignada dessas pessoas que matam os pássaros, quem anda prendendo os pássaros e quem anda jogando lixo nos rios.”

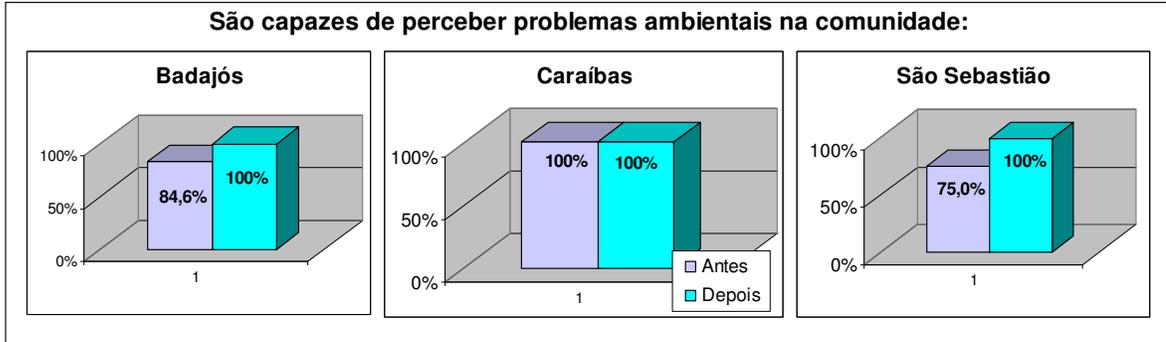


Gráfico 5.15 - Mudança na frequência relativa de entrevistados que responderam perceber problemas ambientais na comunidade antes e depois das atividades de sensibilização.

Também houve um aumento em todas as comunidades em relação à proporção de entrevistados que acreditavam na possibilidade da mata deixar de existir (pergunta 10: Gráfico 5.16). O aumento maior foi registrado no Assentamento Caraíbas, na primeira etapa, apenas 01 dos entrevistados confirmou a possibilidade, na segunda etapa 80,0% disseram acreditar nela. O indivíduo 20, inicialmente achava que não havia possibilidade das matas deixarem de existir, na segunda etapa mudou de opinião: “Tem porque se a gente não proteger as matas, elas podem ser desmatadas.” Não resta dúvida que as respostas foram influenciadas pelas palestras e reuniões realizadas pelos técnicos do Projeto Doces Matas, já que esta é a principal preocupação do Projeto.

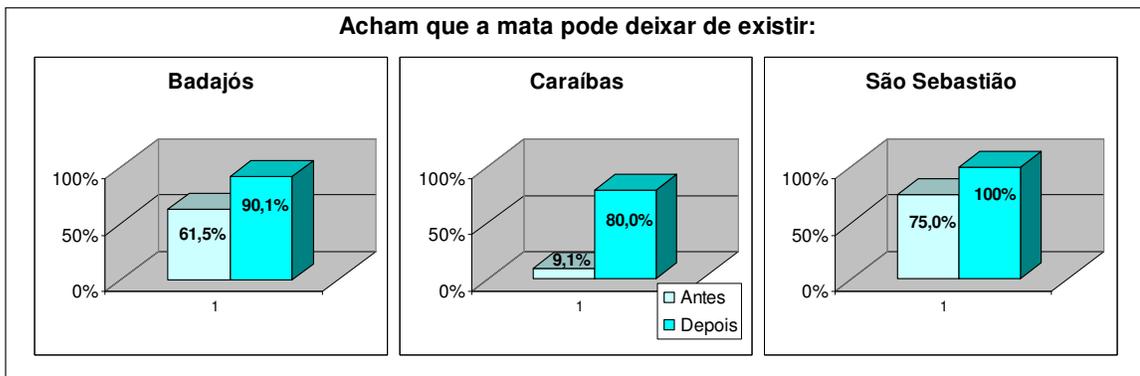


Gráfico 5.16 - Percentual daqueles acreditam na possibilidade das matas deixarem de existir. Antes e depois das atividades de sensibilização.

Verificou-se que as respostas da segunda etapa estavam mais baseadas na preservação do ambiente como um todo e não apenas na sobrevivência dos seres humanos. No entanto, ainda é nítida a separação do ser humano dos outros seres vivos, como se o homem não fosse integrante da natureza. Roças et al (2007, p.140), questiona a dicotomia homem-natureza que inicia nas escolas:

“Esquece-se, nesse instante, de reforçar a idéia de que o homem é um animal da espécie *Homo sapiens sapiens* [sic] e não um elemento à parte do ecossistema. Como, então, cobrar das pessoas um comportamento mais ético e consciente, se não se está interado ao problema, se há grande insistência – e resistência – em se manter apartado do ambiente natural?”

Resumindo-se as duas etapas de entrevistas, pode-se dizer que os entrevistados dos Assentamentos Caraíbas e São Sebastião foram aqueles que demonstraram maior conhecimento a respeito de meio ambiente e legislação ambiental. Quanto à relação homem-natureza, os moradores do povoado Badajós têm menor contato com a mata, devido a sua menor dependência dos recursos retirados diretamente da mata, sofrendo menos estímulos diretos (TUAN, 1980). No caso da percepção da comunidade, apesar das diferenças encontradas, os 03 grupos mostraram-se preocupados com as questões ambientais, inclusive participando das atividades de sensibilização, no entanto, verificou-se no discurso dos entrevistados que para que eles possam preservar é necessário que alguma fonte externa proporcione fontes de renda ecologicamente sustentáveis.

5.5 – AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO DOCES MATAS

O projeto Doces Matas foi uma tentativa de conciliar a preservação das matas a uma atividade ecologicamente sustentável, através dos plantios de mudas, das atividades de educação ambiental e da apicultura. Por tratar-se de ser um projeto pioneiro no Estado de Sergipe, apresentou pontos positivos, como também negativos.

a) Pontos positivos:

- Ter proporcionado uma fonte de renda potencialmente sustentável, para aqueles que resolveram participar. A apicultura foi a alternativa encontrada pelos idealizadores do projeto, no entanto, outras fontes ecologicamente sustentáveis poderiam ser sugeridas e discutidas

com as comunidades. O fato de ter oferecido uma fonte de renda, ao em vez de pagar aos participantes por realizarem os plantios, possibilita a continuidade das ações mesmo após término do projeto, pois aqueles que realmente irão trabalhar com a apicultura deverão preservar as matas para que as abelhas possam produzir mel.

- As palestras contribuíram com o conhecimento dos participantes em relação às questões ambientais, mostrando que realmente é necessário o envolvimento das comunidades em ações de preservação.

- O contato direto com as comunidades, normalmente uma vez ou duas vezes no mês, fez com que os técnicos criassem um vínculo com tais comunidades, gerando confiança entre as duas partes, o que contribuiu com o bom andamento das atividades.

b) Pontos negativos:

- As atividades de sensibilização estavam muito restritas aos participantes do projeto, sendo que este público tratava-se de uma minoria. Seria mais eficaz mobilizar toda a comunidade, para que a maioria participasse das palestras, evitando que ocorressem conflitos como os que ocorreram nos Assentamentos São Sebastião e Caraíbas. Nestes dois assentamentos os entrevistados comentaram que outros assentados, além de não colaborarem com os plantios, condenaram as ações dos participantes do Projeto Doces Matas, dizendo que eles eram “tolos por estarem trabalhando para os outros”. Além disso, no assentamento São Sebastião, os participantes do projeto viram seus trabalhos desfeitos, pela soltura de animais, que comiam as mudas plantadas.

- Pelo grande envolvimento dos técnicos com as comunidades, algumas vezes eles pecaram por excessos, tentando ajudar de qualquer forma, muitas vezes comprando com o próprio dinheiro material para as comunidades, esquecendo-se de que há uma metodologia a ser seguida e que, por mais que estejam bem intencionados, algumas vezes devem dizer não, pois tais comunidades estão acostumadas com a cultura assistencialista, ganhando tudo sem fazer muito esforço. E o problema é: ao término do projeto, quando não tiverem mais apoio dos técnicos, as comunidades serão capazes de seguir em frente com as atividades iniciadas, principalmente com a apicultura, sua fonte de renda? Por isso, durante o projeto, deve deixá-las um pouco independentes e observar como se desenvolvem, a partir daí orientá-las.

● Os critérios de seleção dos participantes do projeto não foram adequados, de acordo com Pereira (2005b) os indivíduos escolhidos deveriam ter uma renda inferior a um salário mínimo, morar próximo às áreas que pudessem se recuperadas e se propor a trabalhar com a apicultura. A princípio muitas pessoas mostraram-se interessados em trabalhar com apicultura, no entanto no decorrer do processo muitos desistiram. Badajós foi a comunidade em que um maior número de pessoas desistiu da apicultura, inicialmente 21 pessoas resolveram participar, 13 iniciaram as atividades em apicultura e participaram das palestras, destas, 11 continuaram e em setembro de 2007, após uma reunião com o grupo, 05 pessoas saíram, pois não estavam interessadas na atividade, ou seja, do total de 21 pessoas, restaram 06. Apenas, neste momento, as pessoas foram questionadas a respeito de qual seria a atividade que queriam executar, e citaram atividades diversas, como a costura, artesanato e cultivo de cana-de-açúcar, mostrando que realmente não tinham interesse na apicultura. Este exemplo mostra necessidade da participação da comunidade na elaboração do projeto.

Independente das falhas, a importância do projeto Doces Matas é inquestionável, pois serviu como ponto de partida para a realização de novos projetos relacionados à preservação das matas no Estado de Sergipe. Além disso, tais falhas podem ser vistas como uma forma de aprendizado, para que não sejam repetidas em novos projetos.

CAPÍTULO 6
CONCLUSÕES E SUGESTÕES

6.0 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A proposta desta pesquisa foi analisar os impactos da intervenção do projeto denominado “Doces Matas” em relação à percepção dos moradores que vivem em 03 comunidades da Zona da Mata Sergipana, onde há fragmentos de Mata Atlântica. A análise da percepção das comunidades proporcionou a possibilidade de verificar a realidade de cada comunidade, as relações que possuem com o meio em que vivem e os anseios de cada uma. A partir de então foi possível traçar um perfil das comunidades estudadas e prováveis formas de trabalhar com as mesmas, além de proporcionar base para novos estudos envolvendo comunidades rurais.

Em termos objetivos podemos dizer que:

1. As comunidades em questão são formadas por pessoas com pouco poder aquisitivo, que muitas vezes precisam degradar o meio ambiente para poderem sobreviver.
2. A maioria dos entrevistados, antes das palestras realizadas pelos técnicos do Projeto Doces Matas, não possuía informações a respeito dos conceitos sobre Mata Atlântica, Mata Ciliar e legislação ambiental.
3. Apesar do desconhecimento conceitual, todos os entrevistados foram capazes de perceber a dependência que apresentam em relação à água e à Natureza.
4. A relação das comunidades com a mata nativa variou de acordo com o uso que os mesmos fazem deste ecossistema. Nos assentamentos São Sebastião e Caraíbas, onde os entrevistados exploram diretamente os recursos oferecidos pelas matas, há uma relação afetiva do homem com a mata, já em Badajós, onde os entrevistados não costumam ir tanto à mata para retirar seus recursos, esta relação afetiva não foi verificada na maioria das respostas.
5. Houve mudanças em relação à percepção dos entrevistados, após as atividades de sensibilização (palestras e plantios) realizadas pelos técnicos do Projeto Doces Matas. Antes de tais atividades, parte dos entrevistados não acreditava na possibilidade da finitude das matas, não eram capazes de perceber problemas ambientais em suas

comunidades e nem sabiam explicar a importância de se preservar as matas. Após as atividades de sensibilização, a maioria passou a acreditar que as matas podem ser destruídas completamente pelo homem, além disso, todos os entrevistados identificaram problemas ambientais e explicaram a importância da preservação das matas. Ou seja, estas atividades de sensibilização parecem ter sido bem-sucedidas.

6. Todos os entrevistados mostraram-se interessados em contribuir com a preservação do meio ambiente.
7. Os resultados indicaram que as atividades de sensibilização realizadas pelos técnicos do Projeto Doces Matas estavam muito restritas, e devem ser mais abrangentes, ou seja, envolver toda a comunidade: escolas, associações, políticos, líderes religiosos e civis.

Pelo que foi visto, percebe-se a necessidade de criar alternativas de renda ecologicamente sustentáveis, com manejo adequado da vegetação, criação sustentável de animais e outras atividades que não sejam tão degradantes, ou seja, proporcionando trabalho na própria comunidade, evitando que as comunidades migrem para outras regiões e aumentem a densidade demográfica nas grandes cidades.

Observando as necessidades das 03 comunidades, têm-se as seguintes sugestões para trabalhar abordagens de conscientização ambiental:

- a) **Projetos sociais:** uma das reivindicações principais dos entrevistados é a busca por recursos para a promoção de atividades sustentáveis. Seria interessante que entidades como prefeituras, governos e instituições não governamentais se unissem para criar projetos que trouxessem novas fontes de renda sustentáveis para as comunidades. O Projeto Doces Matas, traz essa vertente, mas agrega um pequeno número de pessoas, ainda há carência de novos projetos e participantes. Além de projetos que possam gerar renda, uma necessidade das comunidades, é o ensino de adultos, muitos deles não concluíram sequer o ensino fundamental. Logo, seria interessante um projeto que conciliasse a educação de adultos à sensibilização ambiental, isto é, à medida que as pessoas fossem aprendendo a ler, discutir textos que tratassem sobre preservação ambiental.

- b) Trabalho com as escolas:** durante o seminário, as comunidades solicitaram que os técnicos do Instituto Xingó realizassem uma parceria para trabalhar com as escolas. Não há dúvida de que as crianças e adolescente são pessoas que estão em fase de formação e, por isso, é mais fácil trabalhar sensibilização ambiental com essas pessoas (BARRETO, 2003). No entanto, seria interessante que atividades de sensibilização não estivessem restritas aos alunos. Deve-se reunir toda a equipe da escola (faxineiras, merendeiras, professores e direção), mostrar a importância da preservação e do meio ambiente, a partir de então, discutir com o grupo a respeito da melhor forma de se trabalhar com os alunos. Segundo Bolfe (2004, 129 p.), “a metodologia educacional não pode ter receitas ou modelos pré-estabelecidos, mas deve seguir os princípios de uma educação libertadora baseada na comunicação, participação e conscientização”.
- c) Eventos com as comunidades:** promover eventos abertos à comunidade. Podem incluir atividades como a limpeza dos rios, coleta de lixo, plantios, palestras, ou seja, atividades que mobilizem toda a comunidade, trabalhando a interação e união entre as pessoas, além da questão ambiental. É importante ressaltar que os líderes comunitários (presidentes de associações, coordenadores do MST, representantes religiosos e das escolas) devem ser os primeiros a serem comunicados para evitar conflitos, ou seja, agregar pessoas para atingirem a um objetivo comum.
- d) Grupo de teatro:** montar um grupo de teatro, onde os próprios participantes são pessoas da comunidade. As peças devem ter como tema os problemas vividos pela comunidade, principalmente as questões ambientais. Também é adequado para ser empregado nas três comunidades, pelo que se tem acompanhado durante as palestras e dinâmicas realizadas pelos técnicos do Projeto Doces Matas, vai haver maior resistência na participação dos adultos, mas os mais jovens, principalmente em Badajós vão mostrar interesse em participar.

É importante ressaltar que cada comunidade possui características próprias. As ações (b), (c) e (d) acima podem ser empregadas nas três comunidades, pois foi averiguado que as mesmas têm capacidade de trabalhar da forma sugerida. Entretanto, quanto ao primeiro item (projetos sociais), seria necessário realizar um diagnóstico sistemático do potencial de cada comunidade, em relação às características de cada tipo de atividade, e a melhor forma de

implementar tais atividades para garantir sua viabilidade, principalmente em relação à geração de renda.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, S.E. apud RIBEIRO, G.C. & SCHIAVETTI, A. *Identificação de atitudes conservacionistas dos moradores do Parque Estadual da Serra do Conduru (BA) e de sua zona de amortecimento*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e Perspectivas*, Teresópolis, RJ. Anais do III Seminário Brasileiro Sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, v. 3, 2007, p. 233.

AMORIM FILHO, O.B. *Topofilia, topofobia e topocídio em MG*. In: RIO, V. del & Oliveira, L. (orgs.). *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. São Paulo, SP: EDUFSCAR, 1996. 141 p.

BARRETO, K.F.B. *Educação ambiental aplicada aos jardins zoológicos*. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2003. 6-12 p. Monografia de Graduação.

BERNARDES, J. A. & FERREIRA, F. P. M. “Sociedade e Natureza”. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (orgs.). *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003. 15-42 p.

BENSUSAN, N. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro, RJ: editora FGV, 2006. 9-141 p.

BEZERRA, I. A & COSTA, M.F. *Meio Ambiente: uma proposta para a educação*. Secretaria do Estado para Assuntos do Meio Ambiente, Vitória, ES: 1992.

BOLFE, A.P.F. *Educação na Floresta: uma construção participativa de sistemas agroflorestais sucessionais em Japarutuba, Sergipe*. Universidade Federal de Sergipe. 2004. 5-129 p. Dissertação de Mestrado.

BORN, R.H. & TALOCCHI, S. *Compensações por Serviços Ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social*. IN: BORN R.H. & TALOCCHI S. (orgs.). *Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)*. São Lourenço da Serra, SP: Petrópolis, 2002, 23 p.

BOURG, D. (Dir). *Os sentimentos da natureza*. Lisboa: Livraria Clássica, 1993. (Série perspectivas ecológicas nº 18) 243-263 p.

BRASIL. *Decreto nº 750*, de 10 fevereiro de 1993. Disponível em < <http://br.geocities.com/zuritageo/750.doc> > Acesso em 01 dez. 2007.

_____. *Lei nº 9.795*, de 27 de abril de 1999. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm> > Acesso em 01 dez. 2007.

_____. *Lei nº 9.985*, de 18 julho de 2000. Disponível em < <http://www.seia.ba.gov.br/gerconovo/arquivos/SNUC.PDF> > Acesso em 01 dez. 2007.

BRUGGER, P. apud NEHME, V.G. F. *A pedagogia de projetos na práxis da educação ambiental: uma experiência na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*. Universidade federal de Uberlândia, MG: 2004. 28-38 p. Dissertação de Mestrado.

CAPOBIANCO, J.P.R. *Mata Atlântica: Conceito, abrangência e área original*. In: ROCHNOW, W.B. & SCHÄFFER, M. *Mata Atlântica e Você: Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília, DF: APREMAVI, 2002. 124 p.

CAIRNCROSS, F. *Meio Ambiente: Custos e Benefícios*. São Paulo, SP: Nobel, 1992.

CAMARANO, A. A. *et alli. Caminhos para a vida adulta: as multiplas trajetórias dos jovens brasileiro. Última década*. 2004, vol.12, no.21, p.11-50. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso> Acesso em 01 dez. 2007.

CAMARGO, A.L.B. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2003. 26 p.

CAMARGO, P.S.A.S. & MARTINELLI, S.C. *Educação de adultos: percepções sobre o processo ensino-aprendizagem*. Psicologia Escolar e Educação. P@PSIC, Campinas, SP, vol.10, n.2, dez. 2006. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1413-85572006000200004&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 05 jan. 2008.

CAMARGO, O.L.L. (org.) *Perspectivas e resultados de pesquisa em educação ambiental*. São Paulo, SP: Arte & Ciência, 1999. 9 p.

CHARLOT, B. & SILVA, V.A. *Relação coma a natureza e educação ambiental*. In: SATO, M. & CARVALHO (orgs.), I.C.M. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005. 67 p.

CONSORCIO MATA ATLÂNTICA. *Reserva de Biosfera da Mata Atlântica*. Universidade Estadual de Campinas, SP: Volume I, 1992. 20 p.

CODEVASF. *Almanaque: Vale do São Francisco*. Ministério da Integração Nacional e CODEVASF. Brasília, DF: 2001. 10-12 p.

COSTA, L.M. *Discurso verde: palavras que não convencem. Uma análise da recepção das campanhas de prevenção a Incêndios florestais na Amazônia*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. Anais. São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/19773/1/Luciana+Miranda+Costa.pdf>

CUNHA, L.H. & COELHO, M.C.N. *Política e Gestão Ambiental*. In: CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. (orgs.). *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003. 43 - 79 p.

DAVIDOFF, L.L. *Introdução à psicologia*. São Paulo, SP: Makron Books, 2001. 141 p.

DIAS, G. F. *Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental: Manual do Professor*. São Paulo, SP: Programa Nacional Biblioteca do Professor, MEC-FAE, 1994.

_____. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. São Paulo, SP: Gaia, 2003. 43-63 p.

- DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: Enfoques e Alternativas. In: DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, São Paulo: SP, 2000. 1-46 p.
- DITT, E.H. et al. *Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação*. In: Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005. 631-646 p.
- FEREIRA, L.C. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Políticas Públicas*. In: *A questão Ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003. 101-109 p.
- FIORI, A. *Ambiente e Educação: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltadas a uma unidade de conservação*. Universidade Federal de São Carlos, SP: 2002. 23 p. Dissertação de Mestrado.
- FONTANA, A; IRVINIG, M; SILVA, H.P. *Percepção Ambiental e Diagnóstico do Entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa - ES: Resultados Preliminares*. In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Curitiba, PR: 2004. 426-435p.
- FRANCO, E. *Biogeografia do Estado de Sergipe*. Aracaju, SE: 1983. 85 p.
- GARAY, I. *Uma história recente*. In: A Floresta Atlântica de Tabuleiros: diversidade funcional da cobertura arbórea. GARAY, I. & RIZZINI, M.C. (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 3-7 p.
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (dês) caminhos do meio ambiente*. São Paulo, SP: Contexto, 1989. 29-49 p.
- GOVERNO MONTORO. *Caracterização Ambiental do Estado de São Paulo por Percepção*. São Paulo, SP: CETESB, 1986. 5-7 p.
- GUIMARÃES, M. *Sustentabilidade e Educação Ambiental*. In: CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. (orgs.). *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003. 81-105 p.
- HADDAD, L.N. et al. *Metodologia de percepção ambiental com fins a implantação do ecoturismo em unidades de conservação*. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. V Congresso Nacional de Ecoturismo. Anais. Itatiaia, RJ: 2007.
- HERCULANO, S. C. *Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz*. In: GOLDEMBERG, M. (coord.) – coletânea vários autores. *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro, RJ: REVAN, 1992. 9-47 p.
- HORTA S.Y. & MAGRO T.C. *Gestão de Parques Nacionais na fronteira amazônica. Estudo de caso: Parnas Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange - AP*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e Perspectivas*, Teresópolis, RJ. Anais do III Seminário Brasileiro Sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, v. 3, 2007. 83 p.

KAGEYAMA, P. & GANDARA, F.B. *Restauração e conservação de ecossistemas tropicais*. In: CULLEN, L. (orgs.). *Métodos de estudos em Biologia da conservação e manejo da vida silvestre*. Curitiba, PR: Ed. Da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. 383 p.

KATOKA C. & IRVING M.A. *A percepção dos visitantes do Parque Estadual da Ilha Anchieta - Ubatuba/SP*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e Perspectivas*, Teresópolis, RJ. Anais do III Seminário Brasileiro Sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, v. 3, 2007, 95 p.

Kobayashi, S. and A. Langguth. A new species of titi monkey, *Callicebus* Thomas, from north-eastern Brazil (Primates, Cebidae). *Revista Brasileira de Zoologia* 16. 1999. 531-551 p.

GALINDO-LEAL, C. & CÂMARA, I.G. *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005. 3 p.

Günther, H. *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?* Psicologia: Teoria e Pesquisa, Mai-Ago, Vol 22 n 2, Brasília:DF, 2006, 201-206 p.

LAINO, A. de S. & RODRIGUES Y RODRIGUES M. V. *Comparando Metodologias para o Estudo da Cultura Organizacional*. In: X SIMPEP - Simpósio de Engenharia de Produção, 2003, BAURU - SÃO PAULO, 2003. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/portal/grpesq/CIDA03.pdf>> Acesso em 05 jan. 2008.

LAPLANTINE F. & TRINDADE L. *O que é imaginário*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1997, 82 p.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau, SC: Ed. Da FURB, 2000.

LEVIM, J. *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. São Caetano do Sul, SP: Harbra, 1987.

LIMA, R.T. *Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos: perfil dos moradores da cidades de São Carlos, SP (bacia hidrográfica do rio do Monjolinho)*. São Carlos, SP: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo 2003, 14-17 p. Dissertação de Mestrado.

LOUREIRO, C.F. *Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo, SP: Cortez, 2004. 28 p.

MACEDO, R.L.G. *Percepção e conscientização ambiental*. Lavras, MG: Editora UFLA/FAEPE. 2000. 132 p.

_____. *Pesquisa de percepção ambiental para o entendimento e direcionamento da conduta ecoturística em unidades de conservação*. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. V Congresso Nacional de Ecoturismo. Anais. Itatiaia, RJ: 2007.

MACHADO, L.M.C. *Paisagem Valorizada: A serra do mar como espaço e como lugar*. In: RIO, V. del e Oliveira, L. (orgs.). *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. São Paulo, SP: EDUFSCar, 1996. 98 p.

MARGULIS, L. *O Planeta Simbiótico: uma nova perspectiva da evolução*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001. 108-109 p.

MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T. & COMAR, V. apud BOING, L. *A percepção ambiental como subsídio para a educação ambiental: estudo de caso do caminho do Itupava – Paraná*. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. V Congresso Nacional de Ecoturismo. Anais. Itatiaia, RJ: 2007.

MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T. & COMAR, V. *Resconstituição histórica como instrumento de resgate cultural e de educação ambiental*. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, V (13), 2004. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol13/art6.pdf>> Acesso em 10 de nov. de 2007.

MELO E SOUZA, R. *Representações Discursivas e Visões de Natureza no Pensamento Ambientalista Brasileiro*. In: *Revista Tomo*, V (5), 2004. 99-120 p.

MELO, H.P. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero Em America Latina y El Caribe. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf> Acesso em 05 jan. 2008.

MIGUELETTO D. & TEIXEIRA F.D. *Olhares cruzados na construção social do território protegido*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e Perspectivas*, Teresópolis, RJ. Anais do III Seminário Brasileiro Sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, v. 3, 2007, 56 p.

MIZUKAMI, M. da G.N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo, SP. EPU, 1986, 115 p.

MMA. *Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e, repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília, DF: MMA/SBF, 2002. 217-223 p.

MMA/SBF. *Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília, DF: 2002. 250 p.

NEHME, V.G. F. *A pedagogia de projetos na práxis da educação ambiental: uma experiência na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*. Universidade federal de Uberlândia, MG: 2004. 38 p. Dissertação de Mestrado.

NEIMAN, Z. *Era verde?: ecossistemas brasileiros ameaçados*. São Paulo: Atual, 1989. 39 p.

NEVES, J.L. *Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades*. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, V.1, nº3, 2º SEM, 1996.

OLIVEIRA, E.M. *Educação Ambiental: uma possível abordagem*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

O'CONNOR, J. *Es posible el capitalismo sostenible?*. In: Héctor Alimonda (org.). *Ecología Poética – Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires, CLACSO, 2003. 27-52 p.

PÁDUA, S.M. & TABANEZ, M.F. *Participação comunitária: elemento chave na proteção de unidades de conservação*. In: CASCINO, F., JACOBI, P. & OLIVEIRA, J.F. de (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SP, SMA/CEAM, 1998. 39-42 p.

PEREIRA, E.O. *Relatório de atividades da comissão instituída pela ordem de serviço 38/2005*. Aracaju, SE: INCRA, 2005a. 1-2 p.

PEREIRA, P.A.S. *Sustentabilidade e Gestão - Ciência, Política e Técnica*. In: *Rios, Redes e regiões - a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres*. Porto Alegre, SC: AGE Editora, 2000. 19 - 47 p.

PEREIRA, R.F. *Projeto de Recuperação de Matas Ciliares e Áreas Degradadas no Baixo São Francisco Sergipano Através de Ações Integradas a Apicultura*. Aracaju, SE: CODEVASF, 2005b. 5 p.

POLTRONIÉRI, L.C. *Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura*. In: RIO, V. DEL RIO & OLIVEIRA, L. (orgs.). *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. São Paulo, SP: EDUFSCar, 1996. 237 p.

PONTES, T.K. *Omnes Urbes – Todas as Aldeias*, Revista Virtual de Antropologia, ano 2, n.3, abril 2001. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/aldeias/TEXTOS/krauspenhar.pdf>> Acesso em 06 de janeiro de 2008.

Portela, G.L. (2004) *Abordagens teórico-metodológicas*. Projeto de Pesquisa no ensino de Letras para o Curso de Formação de Professores da UEFS. http://www.uefs.br/disciplinas/let318/abordagens_metodologicas.rtf. Acesso em 04 de janeiro de 2008.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004. 13-75 p.

RIBEIRO, F.E. & SIQUEIRA, E.R. *Recursos genéticos vegetais da Mata Atlântica de Sergipe*. In: SIQUEIRA, E.R.de. & RIBEIRO, F.E. (orgs.). *Mata Atlântica de Sergipe*. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2001. 51-53 p.

ROÇAS, G. et al. *Ecologia e gestão participativa: uma questão de educação e de justiça social*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e perspectivas*, V(3), 2007. 140 p.

ROJAS, C. & ABESSA, D.M.S. *Análise dos usos, dos conflitos de interesse e dos atores envolvidos em Unidades de Conservação insulares do Estado de São Paulo*. In: MEDEIROS,

R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e perspectivas*, V(3), 2007. 28 p.

RUSSO, C.R.; ALVES, C.Y. & AMARAL, F.A.R. 2007). *(Eco) turismo e educação ambiental aprendendo a aprender: o relato de um caso – viagens aulas – FLONA de Ipanema – IBAMA – Iperó – SP*. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. V Congresso Nacional de Ecoturismo. Anais. Itatiaia, RJ: 2007.

SANTOS, J.E. et al. *Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luis Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação*. In: 7º Seminário Regional de Ecologia. Anais. Universidade federal de São Carlos, SP: 1996.

SANTOS, M.M. de et al. *Percepção ambiental da população do entorno do Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ)*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e perspectivas*, V(3), 2007. 167 p.

SCHÄFFER, M. & PROCHNOW, W.B. *Mata Atlântica e Você: Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília, DF: APREMAVI, 2002. 12-26 p.

SIQUEIRA, M.; BOZELLI, R. & LOUREIRO, C.F. *justiça ambiental e reconhecimento: estudo de caso Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*. In: MEDEIROS, R. & IRVING, M.A. (orgs.). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Tendências e perspectivas*, V(3), 2007. 147 p.

SANTOS, R.F. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de textos, 2004. 158 p.

SOARES, S.M.V. *A percepção ambiental da população noronhense em relação à área de preservação ambiental*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2005. 96 p. Monografia de Especialização.

TUAN, Y.F. *Espaço & lugar: as perspectivas da experiência*, São Paulo, SP: DIFEL, 1983.

TUAN, Y.F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro, RJ: Difusão Editorial, 1980. 260-289 p.

UNESCO apud SIMIQUELI, R.F.; FONTOURA, L.M. & PINTO V.P.S. *Percepção ambiental no contexto do ecoturismo: possibilidades para o planejamento em unidades de conservação*. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. V Congresso Nacional de Ecoturismo. Anais. Itatiaia, RJ: 2007.

ANEXO A
MATERIAS EM JORNAIS

ANEXO A – MATÉRIAS EM JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju • quinta-feira • 19 de out.2006

AMBIENTE

Projeto Doces Matas da Codevasf recupera nascentes do Rio Poxim

Diógenes DuCS



Rio Poxim é fonte de sustento de milhares de sergipanos

Recuperar as nascentes do Rio Poxim é o que pretende a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em parceria com o Instituto Xingó, hoje, das 8h30 às 12h, no Povoado Poxim, no município de Japoatã, a 97 quilômetros da capital.

Esta ação está inserida no contexto do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e vai envolver mais de 100 jovens de Japoatã, a comunidade local, autoridades municipais, parceiros institucionais no plantio de mudas, na limpeza de três importantes nascentes da região em atividades educativas como, oficinas de reciclagem e confecção de brinquedos com garrafas peti.

Contando com recursos na ordem de R\$ 350.000,00, disponibilizados através de convênio com o Instituto Xingó, o Projeto Doces Matas busca desenvolver um novo concei-

ciliares, onde as pessoas envolvidas na atividade são incentivadas a trabalhar com apicultura e meliponicultura, como fontes de renda.

Esta cultura troca as áreas de plantio e roças pela plantação de árvores às margens dos rios, de forma que no futuro essas árvores possam oferecer renda através do mel produzido pelas abelhas, além de recuperação das margens dos rios. O conceito básico é mostrar às pessoas que a recuperação ambiental pode oferecer meios de sobrevivência às comunidades rurais.

Atualmente, no Povoado Poxim, a Codevasf conta com apoio de 13 proprietários rurais, que são parceiros do projeto e na região já são mais de 50 proprietários envolvidos. O Projeto Doces Matas conta com apoio da população que, além de estar cada vez mais consciente em relação às questões ambientais, agora passa a ser agente de recuperação

Jornal do Dia

Aracaju, quinta-feira, 19 de outubro de 2006

Projeto Doces Matas da Codevasf recupera nascentes do rio Poxim

Recuperar as nascentes do rio Poxim é o que pretende a Codevasf, em parceria com o Instituto Xingó, no próximo dia 19, quinta-feira, das 8h30 às 12 horas, no Povoado Poxim, município de Japoatã (SE). A ação, inserida no contexto do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, vai envolver mais de 100 jovens daquele município, a comunidade local, autoridades municipais e parceiros institucionais no plantio de mudas, na limpeza de 3 importantes nascentes da região e em atividades educativas como oficinas de reciclagem e confecção de brinquedos com garrafas PET.

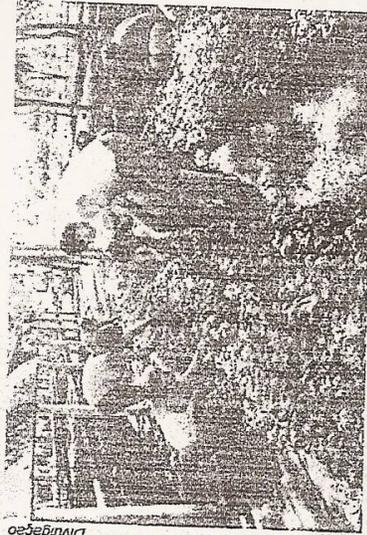
Contando com recursos da ordem de R\$ 350.000,00 disponibilizados através de convênio com o Instituto Xingó, o Projeto Doces Ma-

tas busca desenvolver um novo conceito no processo de recuperação de áreas ciliares, em que as pessoas envolvidas na atividade são incentivadas a trabalhar a apicultura e meliponicultura (criação de abelhas nativas) como fonte de renda, trocando as áreas de pasto e toças pelo plantio de árvores nas margens dos rios, de forma que no futuro essas árvores passem a ofertar renda através do mel produzido pelas abelhas, além da recuperação das margens dos rios.

O conceito básico é mostrar às pessoas que a recuperação ambiental pode ofertar meios para sobrevivência de comunidades rurais. "Acreditamos que, ao se dar uma utilização sustentável às matas ciliares, os proprietários irão ter uma maior conscientização e in-

teresse em iniciar a sua recuperação. Hoje, no Poxim, a Codevasf conta com o apoio de 13 proprietários rurais, que se propuseram a ser parceiros do Projeto e na região já são mais de 50 proprietários envolvidos", comenta o engenheiro florestal Ronaldo Fernandes Pereira, Coordenador do Projeto Doces Matas, na Codevasf.

O projeto tem apoio do Sebrae, Fapise, Instituto Bioterra, AMANB e das Prefeituras de Japarutuba e Monte Alegre de Sergipe. Segundo a coordenadora da área social do Instituto Xingó, Marta Prado, "a comunidade tem interesse em participar do processo de recuperação ambiental, mas, falta a eles informação e meios, o que o Projeto Doces Matas tem levado de forma participati-



As mudas são preparadas na sede da Codevasf

va. Nosso desejo é agregar novos parceiros para que a idéia se replique em todo Baixo São Francisco".

O Projeto Doces Matas conta com o engajamento da população que, além de estar cada vez mais consciente em relação às questões ambientais, agora passa a ser agente de recuperação ambiental. No Semi-Árido, o Projeto já mobilizou mais de 200 pessoas, realizou plantios em Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha e capacitou jovens do Projeto Amanhã no processo de beneficiamento e coleta de sementes de plantas nativas, visando à futura implementação da rede de sementes nativas do rio São Francisco.

co, prevista para 2007, vez que a boa semente é a base de todo o processo de produção de mudas. Até julho de 2007 serão recuperadas, no mínimo, 10 nascentes e produzidas mais de 100 mil mudas nativas com envolvimento de mais de 100 famílias no processo socioambiental.

A transformação do 'carvoeiro' da Caatinga em 'apicultor' e produtor de mel, é uma outra etapa do Projeto Doces Matas, que, para o Superintendente Regional Paulo Viana, no contexto do Programa de Revitalização do rio São Francisco, passa a atender à demanda social e ambiental da região, levando a Codevasf a cumprir seu papel por meio do exercício de sua responsabilidade socioambiental no desenvolvimento regional do Vale do São Francisco.

JAPARATUBA

Ações de revitalização tentam salvar o Badajós

O São Francisco, conhecido como Rio da Integração Nacional, descoberto em 1502, tem esse título por ser o caminho de ligação do Sudeste com o Nordeste. Desde as suas nascentes, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até a divisa entre Sergipe e Alagoas, ele percorre 2.700 quilômetros. O rio recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78, na esquerda. Só que muitos destes rios estão sendo dizimados pela ação da própria natureza. Nesse é o caso do Badajós, afluente do Rio Betunze, por sua vez, é afluente do "Velho Chico". O Badajós, segundo morador do povoado que leva o mesmo nome, no município de Japaratuba, chegou a atingir quatro metros de profundidade, mas hoje, em alguns trechos, é seco.



1 Trabalho mostra a ação da natureza contra o Rio Badajós



1 Foto: Etna-30 S13

liferus, como goiabeira, araçá, ingá, mulungum, canafistula e paineiras.

Ao todo, de acordo com ele, serão plantadas cerca de 80 mil mudas para a recuperação da mata, proteção das fontes, proteção das fontes, proteção do-as contra a evaporação, erosão e inflúndio na retenção da água superficial.

E esse é um trabalho mais do que necessário não apenas para tentar salvar o rio de Japaratuba, mas o próprio São Francisco. Se as suas "artérias" secarem, ele provavelmente terá o mesmo destino. Na opinião de Fernandes, o que mais chama a atenção é, sem dúvida, a devastação acelerada, provocando o desmatamento que invade o Velho Chico e seus afluentes.

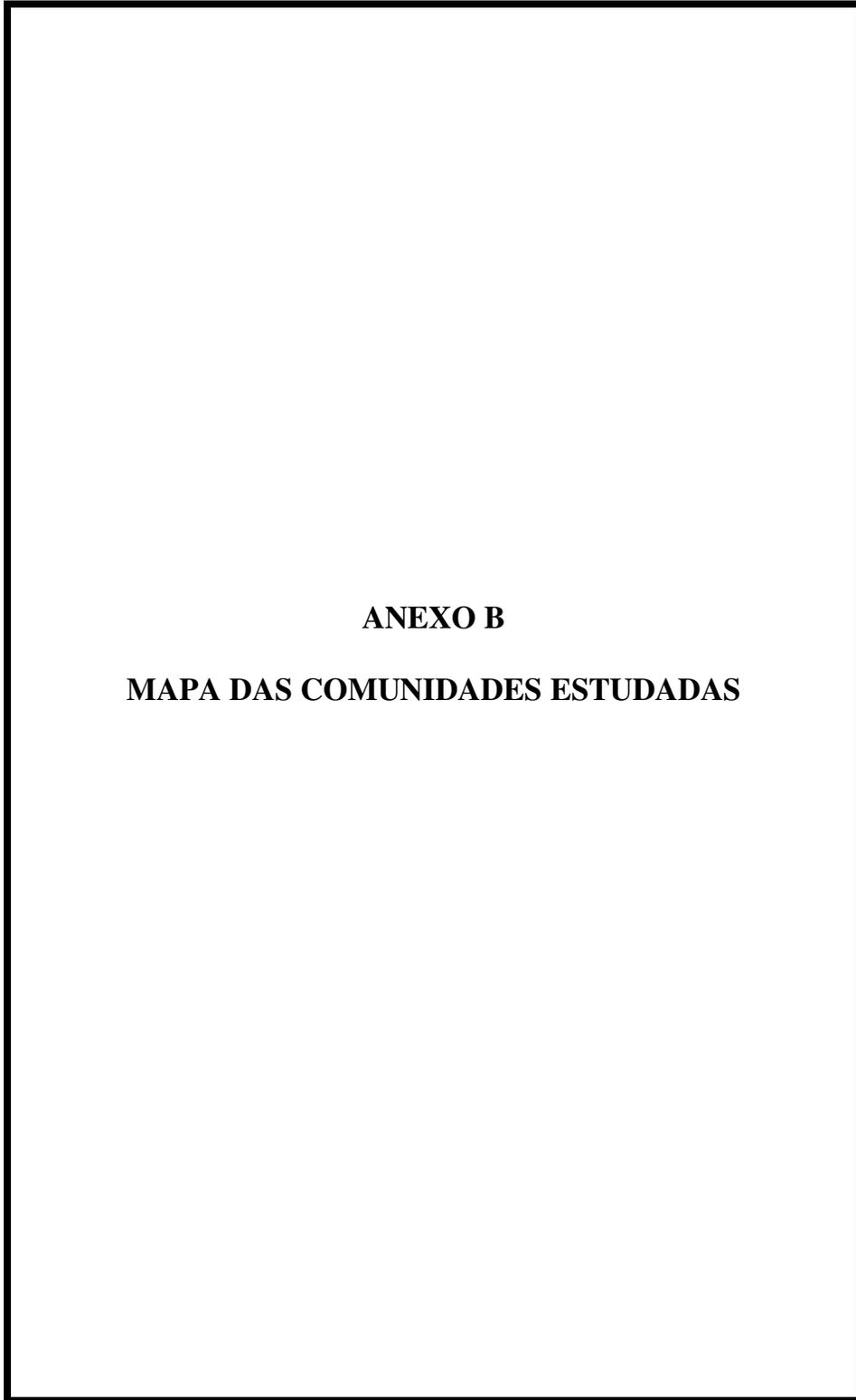
"Causa devastação acentuada a diminuição do regime pluviométrico, secando os mananciais", adverte.

RECUPERAÇÃO

Para evitar que isso aconteça, recentemente a Prefeitura de Japaratuba, em parceria com os Institutos Xingó, Bio Terra e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Cudevasi realizou um reflorestamento para criar as margens do Badajós. Segundo o engenheiro agrônomo da Cudevasi, Ronaldo Fernan-

des, coordenador de arraijos produtivos do projeto Doce Matas, o reflorestamento tem por objetivo de recuperar a região através da inclusão social. A abertura de covas para o plantio de árvores nativas e frutíferas aconteceu com apoio de 47 alunos do curso de formação de soldado da Polícia Militar, que plantaram 1.200 mudas de espécies da flora nativas e frutíferas me-

Além da ação da natureza, é possível observar que as margens do Rio Badajós estão desprotegidas e desapareceram com facilidade. Se a devastação continuar no mesmo ritmo, o afluente do São Francisco poderá chegar ao estuário e ficar vivo apenas na lembrança dos moradores como um rio que, há alguns anos, era sinônimo de riqueza e sustentabilidade para a região.



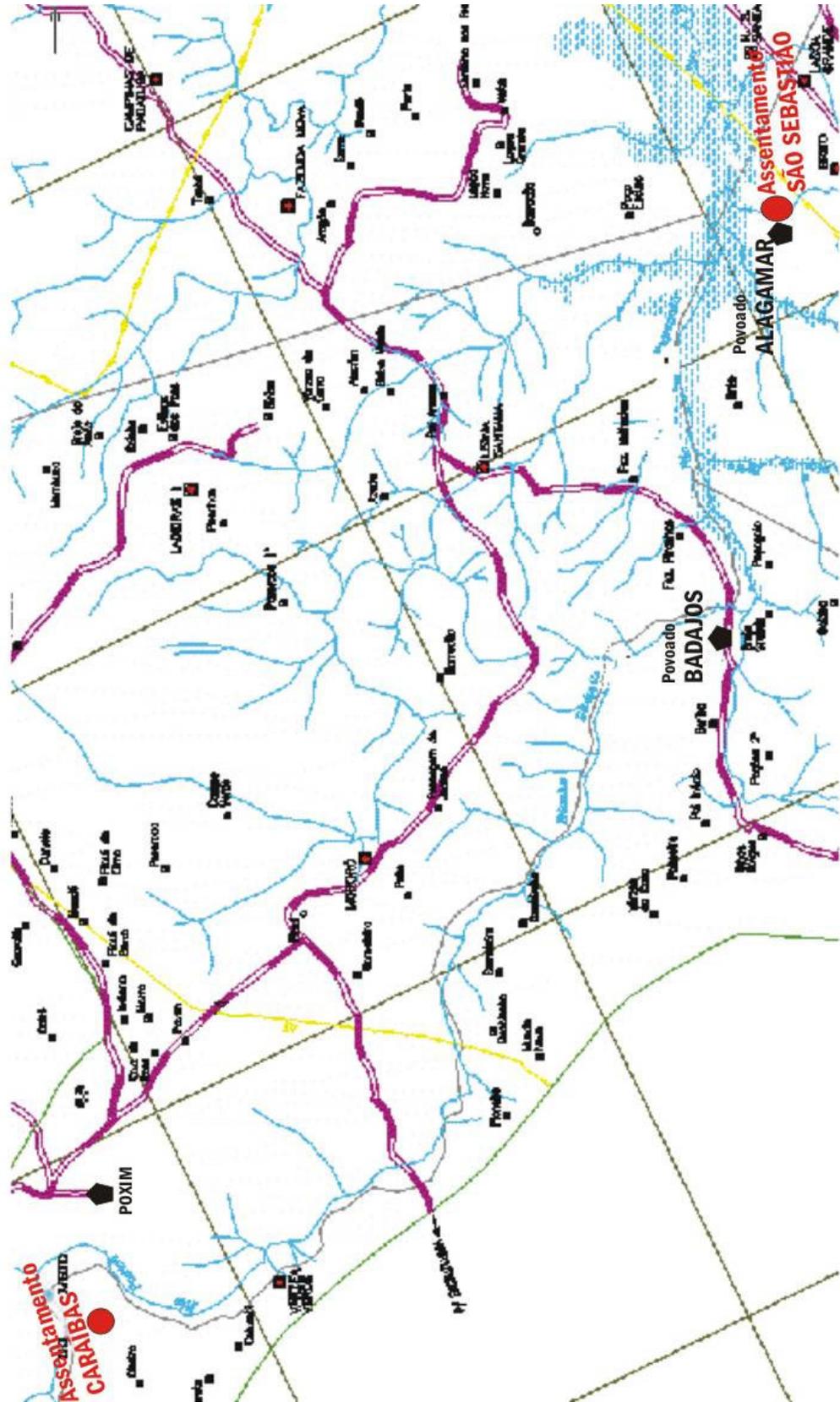
ANEXO B

MAPA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS

ANEXO B – MAPA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE COMUNIDADES QUE PARTICIPAM DO PROJETO DOCE S MATAS



- POVOADOS
- ASSENTAMENTO

ANEXO C

ROTEIRO - PILOTO

PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTAS

ANEXO C – ROTEIRO - PILOTO DA PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTA

I – Caracterização do sujeito:

1- Nome:

2- Idade?

3- Sexo:

() F () M

4- Profissão ou ocupação:

5- Você gosta do seu trabalho? Com o que você gostaria de trabalhar?

6- Até que ano você estudou?

7- Quanto tempo mora neste povoado?

8- Você tem fogão a gás? Ou utiliza lenha para cozinhar? De onde você retira essa lenha?

9- Caracterização da residência:

() casa de alvenaria () casa de taipa () água encanada () poço () direto do rio ()
luz () telefone () rádio

10- Quanto é a renda da família?

11- Quantas pessoas moram em sua casa?

II – Conhecimento em relação a Legislação Ambiental:

12- Tem alguma área de sua propriedade ou de seus familiares que vocês preservaram?

13- Já ouviu falar em reserva particular do patrimônio natural (RPPN)?

14- Você sabe o que é mata ciliar?

() Sim () Não

15- Como você definiria o termo “mata ciliar”?

16- Sabia que a mata Atlântica é protegida por lei?

17- Por que quase não se tem mata?

18- O que você acha do IBAMA?

III – Relação homem-natureza:

19- Você utiliza a mata como um local de diversão, de que forma?

20- De alguma forma, a vegetação que fica nas margens dos rios atrapalha a comunidade?
Por quê?

21- Os moradores costumam caçar? Quais animais?

22- Há alguma possibilidade desta mata deixar de existir? Por quê?

23- Qual a importância da água para os seres vivos?

24- Você retira plantas da mata para utilizar como remédio? Quais?

25- De que forma você utiliza a água do rio?

26- Quais animais você costuma ver na mata?

27- Por que as pessoas dizem que devemos preservar as matas?

28- O que você acha de mais errado aqui no povoado em relação ao meio ambiente?

29- Alguém ou alguma instituição já veio conversar com vocês sobre meio ambiente? Quem?

30- Você já ouviu falar da Mata Atlântica?

31- Sabe o que é mata Atlântica?

32- Quem deve cuidar da mata?

IV – O que a população acredita que deve ser feito pelo ecossistema em que vive:

33- Você gostaria que algum empreendimento fosse construído no seu povoado? Qual? Aonde poderia ser?

34- Você acredita que a população contribuiria com algum trabalho de preservação ambiental? De que forma?

ANEXO D

ROTEIRO

PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTAS

ANEXO D – ROTEIRO DA PRIMEIRA ETAPA DE ENTREVISTA**I – Caracterização do sujeito:**

1- Nome:

2- Idade?

3- Sexo:

() F () M

4- Profissão ou ocupação:

5- Até que ano você estudou?

6- Você tem fogão a gás? Ou utiliza lenha para cozinhar? De onde você retira essa lenha? De que forma?

7- Caracterização da residência:

() casa de alvenaria () casa de taipa () água encanada () poço () direto do rio () luz () telefone () rádio

8- Quanto é a renda da família?

9- Quantas pessoas moram em sua casa?

II – Conhecimento sobre meio ambiente:

10- Você já ouviu falar em Mata Atlântica?

11- Aqui na região vocês possuem Mata Atlântica?

12- Você sabe o que é mata ciliar?

() Sim () Não

13- Como você definiria o termo “mata ciliar”?

14- Por que as pessoas dizem que devemos preservar as matas?

15- Alguém ou alguma instituição já veio conversar com vocês sobre meio ambiente? Quem?

II – Conhecimento a respeito da Legislação Ambiental:

16- Tem alguma área de sua propriedade ou de seus familiares que vocês preservaram?

17- Já ouviu falar em reserva particular do patrimônio natural (RPPN)?

18- Sabia que a mata Atlântica é protegida por lei?

III – Relação homem-natureza:

19- Você utiliza a mata como um local de diversão, de que forma?

20- Os moradores costumam caçar? Quais animais?

21- Você retira plantas da mata para utilizar como remédio? Quais?

22- De onde você retira lenha para cozinhar?

IV – Percepção da comunidade em relação ao meio ambiente:

23- O que você acha do IBAMA?

24- Por que quase não se tem mata?

25- De alguma forma, a vegetação que fica nas margens dos rios atrapalha a comunidade?
Por quê?

26- O que você acha de mais errado aqui no povoado em relação ao meio ambiente?

27- Há alguma possibilidade desta mata deixar de existir? Por quê?

28- Quem deve cuidar da mata?

29- Você acredita que a população contribuiria com algum trabalho de preservação ambiental? De que forma?

ANEXO E

SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS

ANEXO E – ROTEIRO DA SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTA

I – Identificação do sujeito:

1- Nome:

II - Conhecimento sobre meio ambiente

2- Por que você plantou tantas árvores?

3- Como você definiria o termo mata ciliar?

4- Porque devemos preservar as matas?

III- Conhecimento a respeito da Legislação Ambiental:

5- Por que existem leis que protegem a mata atlântica?

IV- Percepção da comunidade em relação ao meio ambiente:

6- Qual o papel do governo em relação a preservação das matas?

7- O que deve ser feito para que as pessoas preservem as matas?

8- Quem é o principal responsável pela destruição das matas? Por quê?

9- Aqui na comunidade, o que você vê de errado em relação ao meio ambiente?

10- Há alguma possibilidade desta mata deixar de existir? Por quê?

ANEXO F
TABELAS COM AS RESPOSTAS
DOS ENTREVISTADOS

ANEXO F – TABELAS COM AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

Tabela F.1 - Respostas dos entrevistados referente a pergunta de número 14 (Porque as pessoas dizem que devemos preservar as matas?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>Pela necessidade em relação a beira do rio, porque precisamos de água para sobreviver.</i>
Badajós/2	43	M	<i>Porque tem que preservar, porque a gente não sobrevive sem ela.</i>
Badajós/3	63	M	<i>Proteger a mata, faz sombra.</i>
Badajós/4	43	M	<i>Porque serve para proteger os rios, para não secar os rios.</i>
Badajós/5	49	M	<i>Porque é obrigatório. Porque é uma coisa de Deus e diminui a água do rio.</i>
Badajós/6	28	F	<i>Para preservar a água.</i>
Badajós/7	18	M	<i>Por que quanto mais matas, mais água.</i>
Badajós/8	20	F	<i>Para um futuro melhor.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Não sei.</i>
Badajós/10	19	F	<i>Para preservar também os animais.</i>
Badajós/11	18	M	<i>Pra não destruir as matas e os animais que tão sumindo daqui.</i>
Badajós/12	19	M	<i>Não sei.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Porque se não preservar a mata o rio seca e prejudica muita coisa.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Porque é melhor para a saúde.</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>Porque a mata é a sobrevivência, para preservar a água, sem a água ninguém sobrevive.</i>
Caraíbas/16	30	F	<i>Porque através dela temos muitas coisas.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Destruindo ela a gente perde muita coisa, até a chuva.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Porque sem a mata fica ruim pra tudo, até pra chuva.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Chama muito a chuva.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Para não secar os rios e os pássaros viverem.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Pra não secar a água.</i>
Caraíbas/22	65	F	<i>Os bichos só estão satisfeitos quando estão na mata escondido.</i>
Caraíbas/23	44	F	<i>Porque sem a preservação, vai ficar sem animais.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Porque sem as matas prejudica a chuva em relação à seca.</i>
São Sebastião/25	18	F	<i>Para criar os bichos.</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Porque se a gente não preservar, mais tarde não vai ter de onde tirar madeira para lenha e os animais não têm onde viver.</i>

São Sebastião/27	38	M	<i>Por causa das nascentes</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Não sei.</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>Porque não pode ser devastado. Porque tem mais gente a caminho e não tem como viver.</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>Porque a mata faz parte da natureza. Porque a natureza faz parte da nossa vida e sem ela não conseguimos ir adiante.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>Para preservar a natureza.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Não sei.</i>

Tabela F.2 - Respostas dos entrevistados referente a pergunta de número 23 (O que você acha do IBAMA?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>É bom, mas eles não fazem o serviço direito, só verifica uma área ou outra.</i>
Badajós/2	43	M	<i>Lei certa.</i>
Badajós/3	63	M	<i>Equipe que trabalha para proteger os matos, não desmatar. É mais bom do que ruim. Teve um tempo que a usina puxava toda a água e o IBAMA ajudou, hoje não ajuda mais.</i>
Badajós/4	43	M	<i>Órgão federal que ajuda para não destruir as matas. É bom.</i>
Badajós/5	49	M	<i>Às vezes age certo. Às vezes vive daquilo e não pode corta, é proibido, devia dá uma chance.</i>
Badajós/6	28	F	<i>Bom, porque preserva, que a gente tem que preservar as coisas com ordem dele.</i>
Badajós/7	18	M	<i>Só quem tem dinheiro é que importa e tem muitos corruptos.</i>
Badajós/8	20	F	<i>Projeto interessante.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Um projeto bom de preservar as matas e os animais</i>
Badajós/10	19	F	<i>Importante porque preserva os animais.</i>
Badajós/11	18	M	<i>É um órgão que serve para proteção da natureza. É bom.</i>
Badajós/12	19	M	<i>Por uma parte é bom por outra é ruim. Porque às vezes um cara quer levar um carvão para vender e não pode, se for pego se "arromba". Porque não pode cortar os paus. Bom porque às vezes o povo corta pau de mais.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Bom porque eles preservam muita coisa não deixam cortar as matas.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Acho certo.</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>Certo. Porque se não fosse o IBAMA não existiria mais mata.</i>

Caraíbas/16	30	F	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Uma coisa boa. Ta deixando muito a desejar, não estão presentes.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Importante. Sua função é a fiscalização, para o pessoal não destruir.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Devem tomar mais conta.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Acho ótimo.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Serve pra dá ordem. Empata o povo tirar árvores, pra não destruir a natureza. É necessário se não o povo acaba com a mata.</i>
Caraíbas/22	65	F	<i>Pessoas da mata que protege as matas.</i>
Caraíbas/23	44	F	<i>Que trabalha correto porque contra a destruição das matas, as margens dos rios.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Bom.</i>
São Sebastião/25	18	F	<i>Ele ta fazendo o certo né? Porque num tão deixando destruir o meio ambiente.</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Acho bom porque eles protegem os animais que estão em extinção e as matas.</i>
São Sebastião/27	38	M	<i>Certo porque ele pro rico e pro pobre</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Bom porque proíbe o homem tirar madeira</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>Ruim, só castiga o pobre</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>Acho que o órgão é fundamental, porque tem muita coisa para preservar. Proíbe pegar os pássaros da mata.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>Órgão bom. Porque só trabalha p proteger a natureza.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Pra gente ele é meio rígido, pro pessoal que tem dinheiro ele facilita.</i>

Tabela F.3 - Respostas dos entrevistados referente a pergunta de número 24 (Quem é o responsável pela destruição das matas?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>Porque o IBAMA não tem pessoas suficientes para controlar o desmatamento.</i>
Badajós/2	43	M	<i>Porque tem gente que não conhece a importância.</i>
Badajós/3	63	M	<i>Porque antigamente o pessoal desmatava muito para vender para a olaria e para a cidade. Hoje parou mais.</i>
Badajós/4	43	M	<i>Não sei.</i>
Badajós/5	49	M	<i>Não sei.</i>

Badajós/6	28	F	<i>Porque o povo desmata, porque querem destruir as matas do povo.</i>
Badajós/7	18	M	<i>Não sei.</i>
Badajós/8	20	F	<i>Não sei.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Não sei.</i>
Badajós/10	19	F	<i>Não sei.</i>
Badajós/11	18	M	<i>Não sei.</i>
Badajós/12	19	M	<i>Por que as pessoas destroem para fazer carvão.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Porque muitos destroem</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/16	30	F	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Por causa do desmatamento, principalmente em lugares que tem latifúndio.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Porque não precisam dela.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Porque os homens desmatam.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/22	65	F	<i>Não sei.</i>
Caraíbas/23	44	F	<i>Porque mesmo sabendo que não podem destruir, não respeitam.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Porque a destruíram.</i>
São Sebastião/25	18	F	<i>Porque o povo acaba né?</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Porque os homens destroem para tirar madeira.</i>
São Sebastião/27	38	M	<i>Porque o bicho homem roçou tudo</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Porque os homens destroem.</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>Porque nós acabamos com tudo.</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>Porque o pessoal não dá importância.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>Não sei.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Por causa da teimosia de nós, seres humanos, muitos é por falta de consciência.</i>

Tabela F.4 - Respostas dos entrevistados referente a pergunta de número dois (Por que você plantou tantas árvores?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>Porque é uma forma de preservar a água , de manter os animais próximos e também porque é uma forma de sobrevivência.</i>
Badajós/2	43	M	
Badajós/3	63	M	<i>Pra preservar os rios.</i>
Badajós/4	43	M	
Badajós/5	49	M	<i>Pra proteger o rio.</i>
Badajós/6	28	F	<i>Por amor a natureza, porque sem as árvores os rios secam.</i>
Badajós/7	18	M	<i>Pelo reflorestamento, para as plantas não morrerem.</i>
Badajós/8	20	F	<i>Porque entrei no projeto.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Pra ajudar a reflorestar as matas.</i>
Badajós/10	19	F	<i>Porque é uma forma de manter a natureza, pois há muitas pessoas cortando árvores para vender a madeira e fazer carvão.</i>
Badajós/11	18	M	<i>Para que no futuro não seque os rios.</i>
Badajós/12	19	M	<i>Pra não secar os rios.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Pra proteger o rio.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Pra proteger os rios e as nascentes.</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>Porque sem as árvores não existe água, já vi muitos minantes secar por falta de árvores.</i>
Caraíbas/16	30	F	<i>Porque árvore é vida.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Para garantir e preservar a natureza.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Porque é importante preservar a natureza, pra que no futuro os nossos filhos também possa desfrutar do trabalho, porque os apicultores têm que preservar o meio ambiente.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Pra proteger os rios.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Pra proteger os rios e o meio ambiente e proteger os pássaros e pra ter flor que as abelhas fazem, o mel.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Pra preservar as matas e as nascentes.</i>
Caraíbas/22	65	F	
Caraíbas/23	44	F	<i>Pra preservar o meio ambiente.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Pra preservar a natureza</i>

São Sebastião/25	18	F	<i>Pra preservar o rio</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Pra ajudar o meio ambiente. E ajuda a nós mesmos.</i>
São Sebastião/27	38	M	<i>Pra preservar os rios.</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Pra preservar os rios.</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>Pra proteção das águas, nascentes e para a gente porque tem lucro das floradas.</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>Porque queria recuperar a natureza maravilhosa que existia, antes dos homens chegarem e destruir tudo.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>Pra preservação da natureza.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Pra florada, para as abelhas produzirem mel.</i>

Tabela F.5 - Respostas dadas à pergunta número 14 e quatro (Por que devemos preservar as matas?), na primeira e segunda etapa de entrevistas, respectivamente.

Local/sujeito	Resposta Primeira Etapa	Resposta Segunda Etapa
Badajós/1	<i>Porque tem que preservar, porque a gente não sobrevive sem ela.</i>	<i>Porque só teremos benefícios em preservar, pois se não preservamos os rios podem secar, os animais podem morrer, entre outras conseqüências.</i>
Badajós/2	<i>Pela necessidade em relação a beira do rio, porque precisamos de água para sobreviver.</i>	
Badajós/3	<i>Proteger a mata, faz sombra.</i>	<i>Se não preservarmos jamais vivemos, sem a natureza que é o mais importante na vida do homem.</i>
Badajós/4	<i>Porque serve para proteger os rios, para não secar os rios.</i>	
Badajós/5	<i>Porque é obrigatório. Porque é uma coisa de Deus e diminui a água do rio.</i>	<i>Pra poder aproveitar os rios, as terras.</i>
Badajós/6	<i>Para preservar a água.</i>	<i>Devemos preservar porque as matas é uma floresta que protege os rios para não secar, porque sem árvores o rio seca e nós também não sobrevivemos. Então temos que preservar e cuidar mais das matas em nossa região.</i>
Badajós/7	<i>Porque quanto mais matas, mais água.</i>	<i>Pra que não exista seca, para o equilíbrio ecológico do nosso planeta.</i>

Badajós/8	<i>Para um futuro melhor.</i>	<i>Dependemos muito delas.</i>
Badajós/9	<i>Não sei.</i>	<i>Se não a gente vai morrer daqui a uns dias.</i>
Badajós/10	<i>Para preservar também os animais.</i>	<i>Porque é delas que podemos respirar um ar sem poluição.</i>
Badajós/11	<i>Pra não destruir as matas e os animais que tão sumindo daqui.</i>	<i>Pensar no futuro pra a gente viver.</i>
Badajós/12	<i>Não sei</i>	<i>Porque se não preservamos as matas não há árvores, rios, animais, pessoas, vamos plantar mais árvores a beira dos rios, vamos cultivar mais a natureza.</i>
Badajós/13	<i>Porque se não preservar a mata o rio seca e prejudica muita coisa.</i>	<i>Porque as matas protegem os rios pra que não venha secar.</i>
Caraíbas/14	<i>Porque é melhor para a saúde.</i>	<i>Pra proteger os rios e nascentes e todos os seres vivos.</i>
Caraíbas/15	<i>Porque a mata é a sobrevivência, para preservar a água.</i>	<i>Porque sem as matas não existe rio, água, pássaros, a caça de animas.</i>
Caraíbas/16	<i>Porque através dela temos muitas coisas.</i>	<i>Porque se não fosse a mata não existiria vida.</i>
Caraíbas/17	<i>Destruindo ela a gente perde muita coisa, até a chuva.</i>	<i>Por causa das nascentes de riachos, dos pássaros, de nós mesmos.</i>
Caraíbas/18	<i>Porque sem a mata fica ruim pra tudo, até pra chuva.</i>	<i>Porque se não preservar a vida pode acabar, que fica o clima cada vez mais quente.</i>
Caraíbas/19	<i>Chama muito a chuva.</i>	<i>Porque nós precisamos dela.</i>
Caraíbas/20	<i>Para não secar os rios e os pássaros viverem.</i>	<i>Porque devemos proteger os rios e os animais.</i>
Caraíbas/21	<i>Pra não secar a água.</i>	<i>Pra proteger os rios e nascentes.</i>
Caraíbas/22	<i>Os bichos só estão satisfeitos quando estão na mata escondido.</i>	
Caraíbas/23	<i>Porque sem a preservação, vai ficar sem animais.</i>	<i>Porque mata é vida.</i>
Caraíbas/24	<i>Porque sem as matas prejudica a chuva em relação à seca.</i>	<i>Porque sem ela nós não sobrevivemos e pode faltar água pra nós.</i>
São Sebastião/25	<i>Pra criar os bichos.</i>	<i>Para a nossa sobrevivência porque sem matas não somos nada e ninguém consegue sobreviver.</i>
São Sebastião/26	<i>Porque se a gente não preservar, mais tarde não vai ter de onde tirar madeira para lenha e os animais não têm onde viver.</i>	<i>Porque se a gente não preservar além da mata acabar, o ar vai ficar mais poluído.</i>

São Sebastião/27	<i>Por causa das nascentes.</i>	<i>Por causa dos animais e da gente.</i>
São Sebastião/28	<i>Não sei.</i>	<i>Pra que todos os seres vivos possam viver.</i>
São Sebastião/29	<i>Porque não pode ser devastado. Porque tem mais gente a caminho e não tem como viver.</i>	<i>Pra construir alimentos, pra nós ter acesso as águas, pra preservação, mas isso tem que ter união.</i>
São Sebastião/30	<i>Porque a mata faz parte da natureza. Porque a natureza faz parte da nossa vida e sem ela não conseguimos ir adiante.</i>	<i>Porque é o nosso hoje e o amanhã, é a nossa vida.</i>
São Sebastião/31	<i>Para preservar a natureza.</i>	<i>Para garantir o sustento das pessoas, dos bichos, e a existência dos rios.</i>
São Sebastião/32	<i>Não sei.</i>	<i>Pra termos água.</i>

Tabela F.6 - Respostas dos entrevistados à pergunta cinco (Por que existem leis que protegem a mata atlântica?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>Existe para preservar a mata e para que as pessoas não venham destruí-la.</i>
Badajós/2	43	M	
Badajós/3	63	M	<i>Porque a mata faz parte do país, para proteger os animais.</i>
Badajós/4	43	M	
Badajós/5	49	M	<i>Pra proibir o abuso da destruição das matas.</i>
Badajós/6	28	F	<i>Pra não destruir as matas.</i>
Badajós/7	18	M	<i>Pela preservação das matas.</i>
Badajós/8	20	F	<i>Porque sem elas o planeta acaba.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Se não tivesse lei num teria mata.</i>
Badajós/10	19	F	<i>Porque há muitos animais ameaçados de extinção e pela natureza para respirar ar puro.</i>
Badajós/11	18	M	<i>Porque o desmatamento ta muito grande.</i>
Badajós/12	19	M	<i>Pra não destruir, se não existisse lei acabava com tudo.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Para proteger rios e lagoas.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Porque se não existir leis as matas são destruídas.</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>As leis deveriam ser mais rígidas.</i>

Caraíbas/16	30	F	<i>Pra nunca parar de ter mata, se não existisse lei num teria mais mata.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Porque sem ela é ruim pra todos nós, além dos animais. Porque é necessário, existe muita devastação.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Porque se não tivesse leis ficaria difícil de controlar o desmatamento.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Porque se não as matas são destruídas.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Pra que o homem não destrua tudo.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Porque se não existir leis o homem destrói tudo.</i>
Caraíbas/22	65	F	
Caraíbas/23	44	F	<i>Porque a mata é vida, pra proteger o meio ambiente.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Porque se não existisse o homem desmatava as matas todas.</i>
São Sebastião/25	18	F	<i>Porque se não existir não haverá mais água nem animais.</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Porque se não existir leis os homens vão acabar de destruir o que ta praticamente destruído.</i>
São Sebastião/27	38	M	<i>Se não tiver lei vai destruir tudo. Mesmo com lei destrói.</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Pra proteger os animais e as plantas.</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>Se não o povo acaba com tudo.</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>Justamente para que não haja tanto desmatamento.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>Para colocar limite nas pessoas e pra não aumentar a destruição.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Pra preservar o que ainda resta.</i>

Tabela F.7 - Respostas dos entrevistados a pergunta de número seis (Qual o papel do governo em relação à preservação das matas?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>Mais oportunidade de emprego para que as pessoas se desliguem da natureza.</i>
Badajós/2	43	M	
Badajós/3	63	M	<i>Tem que tomar providencia com a natureza, fazer reunião, promover conversas.</i>
Badajós/4	43	M	
Badajós/5	49	M	<i>Para a comunidade o governo não tem feito nada.</i>
Badajós/6	28	F	<i>Colocar vigia nas matas.</i>

Badajós/7	18	M	<i>Não sei</i>
Badajós/8	20	F	<i>Colocar mais fiscalização.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Preservar as matas.</i>
Badajós/10	19	F	<i>Colocar o IBAMA 24 horas atento para que não desmatem.</i>
Badajós/11	18	M	<i>Dá mais recursos</i>
Badajós/12	19	M	<i>Proteger os animais, a natureza, pra isso existe o IBAMA.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Ele deveria dá emprego a algumas pessoas que destroem as matas.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Tem que mandar mais verba pra poder proteger as matas.</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>Incentivar mais o reflorestamento e a preservação.</i>
Caraíbas/16	30	F	<i>Não deixar desmatar, fiscalizar mais.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Fazer a fiscalização.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Primeiro, ele deve cumprir as leis que protegem o meio ambiente e criar mecanismo de apoio ao manejo correto de nossas matas.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Fiscalizar melhor.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Trabalhar mais e mandar verbas.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Colocar uma lei que proíba a destruição.</i>
Caraíbas/22	65	F	
Caraíbas/23	44	F	<i>Fazer por onde as pessoas preservem as matas.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Colocar mais fiscais do IBAMA no campo e mandar bastante verbas para nós.</i>
São Sebastião/25	18	F	<i>Não sei.</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Tem que ser mais firme, leis mais rígidas, pessoas falando sempre, punir as pessoas. O governo tem que criar oportunidades de trabalho.</i>
São Sebastião/27	38	M	<i>Fazer com que as pessoas não destruam. Ajudar a renda.</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Dá mais ajudas as pessoas pra elas não precisarem desmatar.</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>O governo só faz falar e não atua em nada, o IBAMA só fala com os mais pobres.</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>É ajudar as comunidades com acompanhamento de várias instituições.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>O governo através do IBAMA tem feito a fiscalização. Mas tem deixado de fazer o mesmo com os ricos.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Não sei.</i>

Tabela F.8 – Respostas dos entrevistados a pergunta de número sete (O que deve ser feito para que as pessoas preservem as matas?).

Local/sujeito	Idade	Sexo	Resposta
Badajós/1	20	F	<i>Nas escolas (professores) conscientizarem as pessoas que é necessário preservar, caso não preservem, punir de alguma forma, com alguma lei. Se desmata uma área tem que plantar o dobro.</i>
Badajós/2	43	M	
Badajós/3	63	M	<i>Proteger as matas, trabalhar em conjunto.</i>
Badajós/4	43	M	
Badajós/5	49	M	<i>Evitar derrubar pra fazer roça e pasto.</i>
Badajós/6	28	F	<i>Campanhas para não desmatar as matas.</i>
Badajós/7	18	M	<i>Fazer campanhas pra não desmatar, não poluir e preservar.</i>
Badajós/8	20	F	<i>Campanhas, movimentos contra o desmatamento.</i>
Badajós/9	23	F	<i>Falar que não pode destruir, que isso ta fazendo mal pra nós mesmos. Alguns casos não tem outra renda, vai atrás de lenha porque um botijão é caro.</i>
Badajós/10	19	F	<i>Acho que a humanidade deve se unir e lutar pela natureza.</i>
Badajós/11	18	M	<i>Dá incentivo para não desmatar.</i>
Badajós/12	19	M	<i>Incentivar as pessoas para não destruir as matas.</i>
Badajós/13	42	F	<i>Não destruir.</i>
Caraíbas/14	41	M	<i>Leis pra não deixar o homem desmatar.</i>
Caraíbas/15	43	F	<i>Conservar as matas e plantar mais árvores.</i>
Caraíbas/16	30	F	<i>Plantando árvores e preservando o que já tem.</i>
Caraíbas/17	38	M	<i>Existir mais justiça sobre as pessoas que não estão preservando.</i>
Caraíbas/18	26	M	<i>Deve conscientizar as pessoas para que não venham a destruir o meio ambiente.</i>
Caraíbas/19	34	M	<i>Proibir o povo cortar as árvores.</i>
Caraíbas/20	29	F	<i>Plantar nas matas, no lugar seco.</i>
Caraíbas/21	44	F	<i>Proibir e colocar uma lei pra evitar.</i>
Caraíbas/22	65	F	
Caraíbas/23	44	F	<i>A justiça pra proibir, preservar uma parte e derrubar outra.</i>
Caraíbas/24	27	M	<i>Não cortar mais as matas</i>

São Sebastião/25	18	F	<i>Não sei</i>
São Sebastião/26	18	F	<i>Conscientizado mais as pessoas, falando sobre a importância das matas.</i>
São Sebastião/27	38	M	<i>Custo de renda, tem que ter de onde tirar o dinheiro.</i>
São Sebastião/28	22	F	<i>Fazer palestras pra que as pessoas preservem.</i>
São Sebastião/29	55	M	<i>Tem que ter projetos pro homem se manter, sem precisar desmatar. Tem que ter uma renda pra cobrir.</i>
São Sebastião/30	18	F	<i>Preservar, justamente para que não haja tanto desmatamento.</i>
São Sebastião/31	38	M	<i>Não derrubar, convencer que as matas são importantes para os nossos filhos.</i>
São Sebastião/32	47	M	<i>Não cortar, plantar mais.</i>